

UNIFIEO - CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DIREITO

PAULO ROBERTO QUISSI

**A INFLUÊNCIA DAS DOUTRINAS CRISTÃS NA CONCEPÇÃO DO PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**OSASCO
2013**

PAULO ROBERTO QUISSI

**A INFLUÊNCIA DAS DOUTRINAS CRISTÃS NA CONCEPÇÃO DO PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do UNIFIEO – Centro Universitário FIEO, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, tendo como área de concentração “Positivção e Concretização Jurídica dos Direitos Humanos” inserido na linha de pesquisa “Direitos Fundamentais em sua Dimensão Material”, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Pavan Baptista.

**OSASCO
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA

QUISSI, Paulo Roberto.

A Influência das doutrinas cristãs na concepção do princípio da dignidade da pessoa humana / Paulo Roberto Quissi, Orientação Dr. Fernando Pavan Batista. Osasco, Unifio: 2014.

Dissertação (Mestrado). Direito – Centro Universitário FIEO.

1. Direitos humanos. 2. Influência do Cristianismo nos Direitos Humanos.
3. Dignidade da Pessoa Humana.

Autorizo a impressão parcial ou total do meu trabalho acadêmico para fins de divulgação científica.

Osasco, 18 de janeiro de 2014.

Paulo Roberto Quissi

TERMO DE APROVAÇÃO

**A INFLUÊNCIA DAS DOUTRINAS CRISTÃS NA CONCEPÇÃO DO PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Direito do Mestrado em
Direito do Programa de Pós-Graduação do UNIFIEO – Centro Universitário FIEO.

Paulo Roberto Quissi

BANCA EXAMINADORA

Data da apresentação ____/____/_____.

Orientador
Professor Doutor
UNIFIEO

Convidado 1

Titulação: _____
Instituição: _____

Convidado 2

Titulação: _____
Instituição: _____

Conceito Final: _____

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E RESPEITO AOS DIREITOS AUTORAIS

Declaro para os devidos fins que a pesquisa foi por mim desenvolvida e que não há, nesta dissertação, cópias de publicações de trechos de títulos de outros autores sem a respectiva citação, nos moldes da NRB 10.520 de agosto de 2012.

Paulo Roberto Quissi

RG n.º 43.910.600-x, órgão expedidor SSP /SP.

DEDICATÓRIA

A Deus razão da vida. A minha esposa, Karina, por sempre estar ao meu lado. Aos meus pais, Paulo Quissi e Joana Carmem Baião Quissi, pela instrução. Aos meus irmãos, Raquel e Felipe, por sempre acreditarem em mim. Ao meu tio, Haroldo Quissi, por sua generosidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador pela paciência e serenidade conservada, mesmo diante de tantas falhas e desacertos com o cronograma deste trabalho.

Agradeço ao meu amigo Tiago Alves Pessoa pela oportunidade de lecionar na Faculdade de Direito. Serei sempre grato pela oportunidade.

Agradeço ao meu pai, Paulo Quissi, por ter revisado o presente trabalho.

RESUMO

As doutrinas cristãs possuem grande influência no desenvolvimento dos direitos humanos fundamentais. Assim, as doutrinas cristãs podem ser consideradas como fonte histórica para o desenvolvimento dos principais diplomas legais de proteção aos direitos humanos. O presente trabalho traz uma narrativa dos principais acontecimentos do Cristianismo, demonstrando sua evolução através dos séculos e sua influência nos direitos humanos universais, na concepção do princípio da dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chaves: Direitos Humanos. Dignidade da Pessoa Humana. Influência do Cristianismo.

ABSTRACT

Christian doctrines have great influence on the development of fundamental human rights. Thus, the Christian doctrines can be considered as a historical development of the main legal instruments of human rights protection source. This paper presents a narrative of the main events of Christianity, showing its evolution through the centuries and its influence on universal human rights, the design of the principle of human dignity.

Key Words: Human Rights. Dignity of the Human Person. Influence of Christianity

Jesus respondeu: *O primeiro é: "Ouve, ó Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor, e amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento, e com toda a tua força. O segundo é este: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não existe outro mandamento maior do que este"*¹.

¹ **BÍBLIA. Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São Marcos, cap. 12, vers. 29/31. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1778.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O CRISTIANISMO E SUA ORIGEM	3
1.1. JESUS, NASCIMENTO, VIDA, ENSINAMENTOS, CONDENAÇÃO, MORTE E RESSURREIÇÃO	3
1.1.1. O Nascimento de Jesus	5
1.1.2. A Família de Jesus e seus primeiros anos	6
1.1.3. O Início do Ministério de Jesus	7
1.1.4. O Ensino de Jesus	7
1.1.4.1. As Mulheres	9
1.1.5. Morte e Ressurreição de Jesus	9
1.1.5.1. Última Ceia	9
1.1.5.2. Os Últimos momentos de Jesus	10
1.1.5.3. A Crucificação	11
1.1.6. A Ressurreição de Jesus	12
1.1.7. Após a Morte e a Ressurreição de Jesus	12
1.2. PAULO DE TARSO VIDA E ENSINAMENTOS	13
1.2.1. O Silêncio das mulheres	16
1.2.2. Lutei o Bom Combate	17
1.2.3. Os Idiomas dos Cristãos	17
1.2.4. Comparação entre os livros	18
1.3. A IGREJA E O IMPÉRIO ROMANO	20
1.3.1. Domingo, Páscoa, e Natal	21
1.3.2. Batismo: A Alegria da água	22
1.3.4. A Ascensão do Espírito Santo	24
1.4. INFERNO E PURGATÓRIO	25
1.4.1. Em honra a Maria	26
1.4.2. O mistério do pão e do vinho	26
1.5. O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES	27
1.6. A IGREJA E O RETORNO AS SUAS ORIGENS	28
1.6.1. Uma luz em Roterdã	28
1.6.2. A ascensão de Martinho Lutero	29

1.6.3. A venda do perdão	30
1.6.4. Jornada até Worms	31
1.6.5. Fortalezas ocultas de Lutero	32
1.7. DESTRUIÇÃO NA SUIÇA E NA INGLATERRA	33
1.7.1. Zuínglio	33
1.7.2. Uma tempestade varre a Inglaterra	34
1.7.3. Tyndale: “faça-se a luz”	35
1.8. O REINO DE CALVINO	36
1.8.1. Concílio de Trento e a Reforma na Igreja Católica	37
1.8.2. Aos confins da terra	38
1.8.3. As 15 mil capelas e igrejas	39
1.8.4. Os jesuítas se fazem ao mar	40
1.8.5. Peregrinos do Atlântico	41
1.9. ALGUNS FRUTOS DA DEMOCRACIA	41
1.9.1. Hostilidade e tolerância	42
1.10. DUAS VOZES AO VENTO: WESLEY E WHITEFIELD	43
1.10.1. John Wesley	45
1.10.2. Whitefield	45
1.10.3. Pregadores itinerantes	46
1.10.3. Cruzada contra a escravidão	46
1.11. GUERRA E PAZ	47
1.11.1. Levantando bandeiras contra os cristãos	48
1.11.2. Sinais da unidade Cristã	49
1.11.3. A Segunda Guerra Mundial e o Holocausto	49
1.11.4. O mundo Encolhe	50
1.11.5. Vaticano II	50
1.12. DESAFIOS	51
1.12.1 O Movimento Pentecostal	51
1.12.2. Os jesuítas e a teologia da libertação	52
1.12.3. Um mosaico de crescimento e declínio religioso	54
1.13. MAIS FAMOSOS DO QUE JESUS	55
1.13.1. Um papa extraordinário	56
1.13.2. Ateístas e cientistas levantam barreiras	56

2. EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	58
2.1. DAS NOMENCLATURAS	58
2.2. DAS GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS	61
2.3. FONTES HISTÓRICAS DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS	64
2.4. CONCEITO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	75
2.5. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO BEM INDISPONÍVEL	78
3. AS DOCTRINAS CRISTÃS	81
3.1. OS MANDAMENTOS DE CRISTO	81
3.2. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	82
3.2.1. Respeito à Vida	89
3.2.2. A Liberdade	89
3.2.3. A Igualdade	90
3.2.4. A Fraternidade	91
3.2.5. A Felicidade	92
4. OS IDEAIS CRISTÃOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	94
4.1. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À VIDA	95
4.2. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A LIBERDADE	97
4.3. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A IGUALDADE	99
4.4. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A FRATERNIDADE	100
4.4. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A FELICIDADE	101
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar que o princípio da dignidade da pessoa humana não pode ser interpretado fora dos padrões históricos do cristianismo, haja vista que, ao nosso entender, a valorização da vida, a liberdade, a igualdade e a fraternidade foram ensinamentos de Jesus Cristo, sendo certo que tais fundamentos corroboraram para o desenvolvimento do que hoje definimos como dignidade da pessoa humana.

Jesus Cristo ao ensinar sobre a valorização da vida, proibindo a violência, ao impedir que seu discípulo Pedro o defendesse quando seu algoz veio ao seu encontro, ou quando disse para darmos a outra face, mostrou profundo respeito ao ser humano, independente de classe social ou conduta praticada. A liberdade também foi um dos assuntos tratados por Jesus, que afirmou que veio libertar os cativos, bem como disse: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. O apóstolo Paulo, responsável pela expansão do cristianismo no Império Romano, ensinou sobre a igualdade, ao dizer que não havia homem ou mulher, livre ou escravo, pois todos são iguais perante Cristo. A fraternidade talvez seja um dos conceitos mais explícitos no ensinamento de Jesus, pois a eleva a um patamar de mandamento, ao afirmar: “amarás o teu próximo, como a si mesmo”.

Desta forma, o presente trabalho se refugiará no ideais cristãos para apresentar o cristianismo como fonte na construção do princípio da dignidade humana, o qual passou a ser difundido após a Segunda Guerra Mundial.

O presente trabalho inicia-se o primeiro capítulo com uma abordagem histórica do cristianismo, tendo como ponto de partida o nascimento, a vida, a morte e a ressurreição de seu fundador Jesus Cristo. Após, inaugura a narrativa com os apóstolos, passando sucintamente pelos principais acontecimentos eclesiásticos até os tempos atuais.

No segundo capítulo abordaremos a evolução dos direitos humanos, com suas nomenclaturas, gerações, conceitos, fontes históricas e a dignidade da pessoa humana como bem indisponível. No terceiro capítulo será abordada a doutrina cristã, os mandamentos de cristo e a dignidade da pessoa humana, tendo por base o respeito à vida, à liberdade, à igualdade, à fraternidade e a felicidade. Por fim, no quarto e último capítulo, trataremos dos ideais cristãos e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em um primeiro momento, o método utilizado para narrativa dos principais acontecimentos do cristianismo foi o histórico-sistemático, após no debate do tema foi utilizado o método dialético.

O presente trabalho não tem por finalidade exaurir o tema. Assim, estamos sempre abertos para novas discussões e análises para o enriquecimento da ciência jurídica, e o constante aperfeiçoamento.

2. O CRISTIANISMO E SUA ORIGEM

O Cristianismo tem como fundador Jesus Cristo. Para entender os pensamentos do Cristianismo é necessário compreender os ensinamentos de seu fundador.

Existem alguns estudiosos que afirmam que Jesus Cristo, o fundador da religião nem se quer existiu², e que referências a ele feitas durante o tempo em que viveu são extremamente raras. Entretanto, pelos padrões da época, sua história foi surpreendentemente registrada, já que ele só ficou conhecido nos últimos anos de vida e, assim mesmo, em uma região do Império Romano pouco desenvolvida e afastada³. Cumpre consignar que no decorrer de vários séculos, o mundo do ocidente produziu mais livros sobre Jesus do que sobre qualquer outro tema.⁴

2.1. JESUS, NASCIMENTO, VIDA, ENSINAMENTOS, CONDENAÇÃO, MORTE E RESSURREIÇÃO

Jesus era judeu, em raça, cultura e religião. O termo “judeu” vem de “Judá” território que ocupava metade da estreita faixa de terra à margem do Mediterrâneo há muito conhecida como Palestina. Os ancestrais de Jesus, tradicionalmente, conhecidos como hebreus, cujo significado é “povo que atravessou”, eram conhecidos como viajantes.⁵

Os judeus consideravam Jerusalém a Terra Santa. Jerusalém foi conquistada para os hebreus pelo rei Davi, por volta do ano de 1000 a. C., tornando-se o local do grande templo, a edificação mais suntuosa do mundo ocidental. O templo foi construído pelo rei Salomão, filho de Davi, sendo transformando no centro da religião judaica. Os judeus, ao contrario dos povos vizinhos, acreditavam em um só Deus, e o templo de

² SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd publicações, 2004, p.12.

³ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.22.

⁴ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.5.

⁵ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 6

Jerusalém era seu único santuário. Ressalte-se que foi no templo de Jerusalém que houve a rápida sucessão de eventos que culminou na morte de Jesus.⁶

Após a morte do rei Salomão, seu reinado foi dividido em dois: Israel ao norte e Judá ao sul. Em 587 a. C. o império babilônico conquistou Jerusalém, sendo muitos judeus deportados para a Babilônia, como foi o caso de Daniel, cuja história é narrada na Bíblia, tem sido conhecido pelo encarceramento com leões⁷. Em menos de meio século, os persas tomaram a Babilônia, e a maioria dos judeus pôde retornar a sua terra, onde, por volta de 520 a. C., começou a reconstrução do templo. Em 142 a. C., depois de viver sob a sucessão de soberanos estrangeiros e afinal, sob um regime de cultura grega, o povo judeu recuperou sua terra. Durante quase 80 anos, gozou de independência, sendo invadida pelo império Romano em 63 a. C., voltando a ser independente apenas no século XX.⁸

O império Romano era dono do maior e mais diverso império do mundo, eles conferiam certa independência às colônias, desde que fossem submissas e pagassem seus impostos. Os romanos escolheram um líder local, Herodes, a quem delegaram poder e deram o título de rei e concederam considerável liberdade religiosa aos judeus. Foi próximo ao fim do reinado de Herodes que Jesus nasceu, possivelmente em 6 a.C.⁹

Os judeus seguiam rigorosamente suas tradições, o que era plenamente permitido pelo Império Romano. Os meninos tinham que ser circuncidados pouco depois do nascimento. Alguns alimentos, inclusive a carne de porco, não deveriam ser consumidos. O sábado era o dia de oração e descanso, não podendo ser realizada nenhuma tarefa, por esse preceito rígido os judeus tinham dificuldade em servir o exército romano. Deus, chamado de “O Eterno”, dominava a cultura judaica. “O Eterno” era invisível e imortal, detentor de enorme poder e conhecimento e de uma imensa capacidade de sentir amor e raiva. Tendo criado o ser humano à sua imagem, e semelhança, e dotado de livre arbítrio, concedendo-lhe o direito de escolher entre o bem e o mal¹⁰. Nada, sobre a face da Terra, se assemelhava ao senso de justiça do “Eterno”, assim os judeus não aceitavam a ideia de um Deus injusto, de modo que se o mundo

⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.15.

⁷ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 18.

⁸ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 21.

⁹ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p.27.

¹⁰ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.15.

fosse arrasado por um desastre natural, ou um conquistador estrangeiro invadissem sua terra, eles acreditavam ter merecido.¹¹

As crenças mencionadas e a forte tradição do judaísmo foram absorvidas por Jesus, sendo certo que algumas ele reformulou mais tarde, quase ao final de sua curta vida, mas aceitou instintivamente e seguiu sinceramente a maior parte delas.

1.1.1. O Nascimento de Jesus

De todas as pessoas conhecidas, vivas ou mortas, Jesus é a mais influente. Seu nascimento é considerado um marco importante para a humanidade, haja vista que dividiu a cronologia da história em dois blocos, a saber: antes e depois de Cristo¹². Ao ser criada a cronologia atualmente adotada no mundo escolheu-se presumir desse nascimento como o primeiro. A decisão não foi muito precisa. Não se conhece o ano exato em que Jesus nasceu. Ainda hoje, vários aspectos da chegada de Jesus ao mundo, de sua vida e de sua morte permanecem envoltos em mistério e divergência. No entanto, ele exerceu profunda influência sobre a história da humanidade.¹³

Segundo o Evangelho de Mateus, três sábios que foram guiados por uma estrela até o local em que nasceu Jesus. Certo é que o nascimento de Jesus foi narrado com toda a riqueza de detalhes, sendo que os acontecimentos eram passados de boca a boca, até, por fim, serem redigidos. Fato que possibilitou um maior enriquecimento de detalhes. Acreditava-se que a aparição de uma estrela brilhante anunciava a proximidade de acontecimentos importantes.

A história dos três sábios que foram guiados por uma estrela até o local em que nasceu Jesus foi contada e recontada, séculos após séculos. Com a repetição, achou-se que os personagens mereciam mais prestígios. Assim, os três sábios se transformaram em três reis. Somente cerca de quinhentos anos mais tarde, receberam nomes (Baltazar, Gaspar e Belchior).¹⁴

¹¹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 17.

¹² SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 29.

¹³ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 25.

¹⁴ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 26.

Não se conhece ao certo o local do nascimento de Jesus. Marcos, autor do primeiro evangelho sobre a vida de Jesus, não especificou, os outros autores se referiam a Belém, terra natal de Davi, o herói da história dos judeus¹⁵. O evangelho de Lucas narra que os pais de Jesus viviam em Nazaré, mas foram obrigados, por causa de um censo marcado para acontecer em seguida, a estar em Belém na época em que comprovadamente Jesus nasceu. A cidade de Nazaré, na Galileia, onde Jesus passou a maior parte da vida, é considerada por alguns, outro possível local de seu nascimento. Na verdade, os seguidores de Jesus eram chamados de nazarenos, e o próprio Jesus é descrito no Novo Testamento como “o Nazareno”. Mesmo depois de muitas pesquisas, vários modernos estudiosos da Bíblia afirmam apenas que ele era galileu.¹⁶

1.1.8. A Família de Jesus e seus primeiros anos

Os pais de Jesus eram José e Maria, mas foi ela quem ficou mais famosa, com o decorrer dos séculos. De acordo com o evangelho de Marcos, Jesus tinha irmãos e irmãs mais jovens¹⁷. Alguns estudiosos, porém, garantem que se tratava de primos ou outros parentes criados juntos. Jesus desde muito cedo frequentou a sinagoga e tomou conhecimento dos pontos principais dos livros atualmente conhecidos como Antigo Testamento. Jesus também aprendeu a ler e a escrever, o que não era muito comum na cidade onde vivia.¹⁸

Segundo o evangelho de Lucas, Jesus foi com os pais para Jerusalém, em uma caminhada de vários dias, para as festividades anuais da Páscoa, a data mais importante do calendário judaico¹⁹. No templo, Jesus teve a oportunidade de ouvir a falar de vários mestres e a leitura de textos sagrados. Sua vontade de aprender era tanta que seus pais acabaram por perdê-lo de vista. Afinal, encontraram-no “sentado entre os mestres escutando-os e fazendo perguntas”. Jesus explica seu desaparecimento, dizendo: “não sabem que devo estar na casa do meu Pai?”²⁰.

¹⁵ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 39.

¹⁶ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p. 21.

¹⁷ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 41.

¹⁸ BLAINEY, op. cit., p. 21.

¹⁹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 57.

²⁰ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 40.

Jesus se tornou carpinteiro, e aprendeu também um pouco do ofício de pedreiro. Presume-se que fizesse pequenas peças de madeiras usadas nas casas, além de arados, portas, portões, cercados e celeiros espaçosos, para os agricultores da redondeza. Provavelmente, o trabalho artesanal em pedra e madeira lhe rendia ganhos superiores aos da maioria da população.²¹

1.1.9. O Início do Ministério de Jesus

Simultaneamente à carpintaria, Jesus estudava, e acumulou um vasto conhecimento sobre religião. Por volta dos anos 27 e 28 d. C., a intimidade de Jesus com questões religiosas e políticas era intensa. Pessoas que compartilhavam suas ideias passaram a segui-lo. Ao final de algum tempo, eram doze, o mesmo número das tribos originais de Israel. Os seguidores, os quais foram chamados de discípulos, viviam perto do Mar da Galileia, e vários tinham sido discípulos de João Batista, o qual usa túnicas grosseiras, de pele de camelo, e pregava ao longo do rio Jordão²². Segundo o evangelho de Lucas, João Batista e Jesus eram primos. João Batista acreditava em uma antiga profecia do Antigo Testamento, segundo a qual Deus enviaria um novo rei Davi para libertar a Israel do domínio estrangeiro.²³

João Batista, assim chamado porque “batizava” seus seguidores ao longo do rio Jordão, batizou Jesus, provavelmente por imersão, sendo que no momento do batismo, uma pomba desceu do céu, de onde soou uma voz que dizia: “Este é meu filho amado, em quem me comprazo.”²⁴

Assim, o ministério de três anos de Jesus teve seu início.

1.1.10. O Ensino de Jesus

²¹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 30

²² SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 48.

²³ BLAINEY, op. cit., p. 22.

²⁴ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 28.

Jesus passou a ensinar e pregar, ao ar livre ou em sinagogas. Os registros das palestras de Jesus revelam claramente a história da vida rural na Palestina, onde pelo menos metade da população trabalhadora era composta por agricultores, donos de pomares e vinhedos, pastores de rebanhos, cavadores de poços e carregadores de água. Jesus repetidamente retira da vida rural mensagens morais ou religiosas. Jesus menciona um agricultor surpreso porque sua figueira não produzia, e outro que semeava os grãos à mão, mas logo descobriu que muitos eram comidos pelos pássaros, antes de germinar, enquanto outros caíam em solo rochoso, onde morriam por falta de terra e água. Pescadores – dos lagos e não do mar alto – também aparecem em suas histórias e parábolas.²⁵

Jesus, diversamente da cultura judaica, não respeitava o sábado (Sabbath) de forma rígida recomendada pelos religiosos de mais autoridade. Conforme argumentou: “O sábado foi feito para as pessoas, e não as pessoas para o sábado”²⁶.

Ao pregar em sua região natal, acompanhado de seus doze discípulos, Jesus proferiu o maior de todos os seus ensinamentos. Chamado, em um dos evangelhos, de Sermão da Montanha e, em outro, de Sermão da Planície, o qual transmite uma mensagem coerente com a maior parte dos outros ensinamentos de Jesus. Foi provavelmente na mesma ocasião que Jesus ensinou aos seguidores “a oração do Pai Nosso”, como assim ficou conhecido²⁷.

Até a época dos ensinamentos de Jesus, o judaísmo era, sobretudo, uma religião para o povo judeu, embora referências ocasionais, encontradas nos Salmos, se estendessem a todos os seres humanos. No Antigo Testamento, o Livro dos Levíticos determina: “Ama o teu próximo como a ti mesmo.”²⁸ Tal prescrição, provavelmente, baseada na suposição de que os próximos eram, em maioria, judeus. Jesus, por sua vez, tendia a considerar todas as pessoas como próximo.²⁹

Jesus transmitia a mensagem de amor, sendo todos abarcados: jovem e velho, mulher e homem, romanos e judeus, deficiente e saudável, criminoso e justo, até os

²⁵ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.32.

²⁶ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 62.

²⁷ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.26.

²⁸ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 152.

²⁹ BLAINEY, op. cit., p. 27.

coletores de impostos que sustentavam o Império Romano. Jesus ensinou: “assim vos digo: amai os vossos inimigos, abençoai os que vos maldizem, fazei o bem a quem vos odeia”.³⁰

Cumpra consignar que todas as versões conhecidas de seus discursos, sermões e parábolas foram registradas por escrito somente depois de sua morte, na maior parte por pessoas que não estavam presentes aos eventos. Suas palavras foram transmitidas principalmente pela tradição oral.³¹

1.1.10.1. As Mulheres

Os seguidores de Jesus em sua maioria pertenciam a camada mais humildes da sociedade. Jesus falava especialmente para aqueles que, por levarem uma vida errante ou irregular, não eram aceitos por sacerdotes e rabinos de alta posição.³²

As mulheres, de igual forma, eram tidas como seres de segunda categoria em um mundo dominado pelos homens. Entretanto, não houve outra década nos primeiros mil anos do cristianismo, em que as mulheres exerceram tanta influência quanto durante o breve ministério de Jesus. Ele conversou longamente com uma samaritana que lhe ofereceu água tirada de poço. Embora samaritanos e judeus não fossem habitualmente amigos, Jesus dirigiu a ela uma das mensagens mais conhecidas da Bíblia: “Deus é espírito. Aqueles que o adoram devem adorá-lo em espírito e em verdade”.³³

Há relatos de outras mulheres, como Maria de Betânia que lavou os pés de Jesus com óleo precioso com seus cabelos, e Maria Madalena, curada por ele dos “sete demônios”, manteve-se lealmente ao seu lado até a sua morte. Tal vez o relato mais

³⁰GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 32.

³¹LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 33.

³²SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 122.

³³BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.29.

conhecido seja a defesa de uma mulher de má reputação, condenada a morte por apedrejamento pelo crime de adultério, quando Jesus após ouvir as acusações rompeu o silêncio e disse: “Aquele que não tiver pecado atire a primeira pedra”.³⁴

O fato de Jesus se aproximar de mulheres, não importando o rebaixamento social imposto pela época, demonstra o quanto ele estimava a igualdade entre as pessoas, sem a distinção de sexo. Assim, sua demonstração, acima de tudo, era que o amor ao próximo não poderia ficar somente em palavras, mas em atitudes.³⁵

1.1.11. Morte e Ressurreição de Jesus

1.1.11.1. Última Ceia

Na noite anterior a sua execução, Jesus, sabendo que seria preso, reuniu os discípulos para a última ceia. O povo judeu estava comemorando a páscoa. A última ceia foi comovente. Jesus e seus discípulos se acomodaram em uma sala do andar superior da casa. Enquanto comiam e bebiam Jesus ensinava. Em determinado momento, Jesus anunciou: “em verdade vos digo, um de vós me trairá.”³⁶ Os discípulos ao ouvirem falar em traição, perguntaram, um após o outro: “Senhor, sou eu?” Judas já havia se tornado traidor em troca de 30 (trinta) moedas de prata, prometidas pelas autoridades. Na sua vez de falar, fingiu inocência e perguntou: “Mestre, sou eu?”³⁷

Jesus continuou a ensinar. Jesus estava prestes a ensinar um sacramento que perduraria até os dias atuais. Jesus pegou o pão, e tendo dado graças partiu em pedaços, entregando um a cada discípulo. Jesus disse: “Tomai, comei. Isto é meu corpo”. Assim que todos comeram, Jesus pegou um cálice de vinho, e tendo dado graças passou aos discípulos, dizendo: “Bebei todos. Pois este é o sangue da eterna aliança”.³⁸

³⁴ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 98.

³⁵ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 159.

³⁶ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 137.

³⁷ BLAINEY, op. cit., p. 33.

³⁸ BLAINEY, op. cit., p. 34.

Após o termino da cerimônia Jesus disse: “Digo-vos que, a partir de agora, não mais bebereis deste fruto da videira, até o dia em que convosco o beba de novo, no reino de meu pai.”³⁹

Na Última Ceia, conforme foi pintado por grandes artistas europeus, pode-se reconhecer Judas Iscariotes, pois não existe um halo em sua cabeça, e os cabelos são ruivos. Para a civilização ocidental, trata-se de uma das mais simbólicas refeições.⁴⁰

1.1.11.2. Os Últimos momentos de Jesus

Terminada a ceia, depois do canto de alguns salmos, Jesus foi orar no jardim do Getsêmani. E lá estava, quando Judas revelou sua presença às autoridades judias, e os soldados do templo o prenderam. Jesus em suas pregações jamais havia afirmado abertamente ser o profeta enviado para libertar os judeus do jugo romano. Naquele momento, porém, interrogado, por altos oficiais, deixou claro que a mão de Deus estava sobre sua cabeça.⁴¹ Quando o Sumo Sacerdote Caifás perguntou se ele era o Cristo, respondeu simplesmente: “Sim”. Claro que a palavra Cristo significava “o ungido” – o Messias que transformaria Israel. É de ressaltar que os termos Cristo e Messias são palavras possuem o mesmo significado, sendo Cristo em grego, e Messias em Hebraico.⁴² Após esta resposta, o sumo sacerdote Caifás rasgou suas vestes, e bradou a sentença: “Blasfêmia”. Caifás, indagou os escribas e os anciãos: “Que necessidade temos de testemunha? Vós ouvistes neste instante a blasfêmia. O que pensais?”. Eles responderam: “É réu de morte”.⁴³

Nas tristes palavras de Marcos, “todos os discípulos fugiram, desapareceram”. Mesmo Pedro, que havia jurado lealdade até a prisão ou morte, ao ser interrogado oficialmente afirmou por três vezes que nada tinha a ver com Jesus.⁴⁴

³⁹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 166.

⁴⁰ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.39.

⁴¹ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 111.

⁴² SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 144.

⁴³ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 33.

⁴⁴ GOLGH, op. Cit. p. 33.

O que se percebe claramente é que tanto as autoridades judias quanto as romanas o viam Jesus como um perigo, e uma possível ameaça à governabilidade nas respectivas esferas. Pôncio Pilatos, o governador romano que condenou Jesus à morte por crucificação sabia que a Palestina era um lugar potencialmente turbulento.⁴⁵

1.1.11.3. A Crucificação

A morte por crucificação era um castigo aplicado a estrangeiros, e não a cidadãos do Império Romano. Tratava-se de uma morte lenta, horrível e humilhante, imposta quando a intenção era transmitir uma advertência cabal.⁴⁶

Assim, diante do povo, em uma sexta-feira de manhã, Jesus foi pregado pelas mãos e pelos pés. Dois culpados também foram pregados a cruz, um de cada lado dele. Na cruz em que estava Jesus, via-se uma inscrição irônica, em hebraico, latim e grego: “Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus”.⁴⁷

Jesus morreu naquela tarde de sexta-feira. Antes do anoitecer, teve o corpo envolto em tecido de linho perfumado e levado ao túmulo, uma espécie de caverna cuja saída foi bloqueada por uma pesada pedra. O ano de sua morte foi, provavelmente, 30 d. C., embora haja discordância de alguns estudiosos.⁴⁸

1.1.12. A Ressurreição de Jesus

No domingo seguinte à morte de Jesus, havia sinais de que a pedra tinha sido afastada da entrada da caverna, e o túmulo estava vazio. Segundo relatos dos evangelhos, um anjo disse às mulheres que buscavam o corpo de Jesus: “Não tenhais medo. Procurais Jesus de Nazaré, que foi crucificado. Ele ressuscitou. Não está aqui.”⁴⁹

⁴⁵ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 107.

⁴⁶ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 132.

⁴⁷ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.41.

⁴⁸ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.36.

⁴⁹ BLAINEY, op. cit., p. 37.

As aparições de Jesus para os discípulos e seguidores passaram a acontecer naquela mesma tarde de domingo, como narra o evangelho de Lucas, quando dois discípulos de Jesus iam de Jerusalém ao povoado rural de Emaús.⁵⁰ Decorrido uma semana da crucificação, o número dos que realmente acreditavam no Cristo ressuscitado talvez não passasse de poucas centenas. Desde os primeiros tempos o cristianismo enfrentou críticos que questionavam a ressurreição.⁵¹

1.1.13. Após a Morte e a Ressurreição de Jesus

Decorridos cinco anos da morte de Jesus, parecia inconcebível que, um dia, a doutrina deixada por Jesus chegasse a Roma e Alexandria, tornando-se a religião dos governantes e dos habitantes do Império Romano.⁵² O Cristianismo dos primeiros tempos possuía três crenças principais compartilhadas pela maioria dos seguidores, sendo elas: a) Deus existe e reina, e enviou seu filho, Jesus Cristo, ao mundo, para salvar quem merecesse ou atraísse sua misericórdia; b) Jesus Cristo, depois de sua morte, voltou à vida e apareceu brevemente na Terra, antes de subir ao céu, para reinar permanentemente ao lado de Deus; c) Deus e Jesus juntos, sob a forma do Espírito Santo, podem habitar o coração e a mente dos cristãos, sendo que quando o Espírito Santo desce sobre um cristão verdadeiro, ele se sente tomado pela proximidade de Deus e pela presença do próprio Jesus.⁵³

Os ensinamentos de Cristo nos primeiros anos foram passados nas sinagogas que permitiam a presença de discípulos. As sinagogas eram locais em que os judeus se reuniam para adorar a Deus, local de assembleias e reuniões sociais, escola para crianças e adultos, e uma espécie de tribunal. Mesmo quando uma congregação cristã se afastou da sinagoga, passando a organizar as próprias reuniões, manteve a atmosfera das tradições judaicas.⁵⁴

⁵⁰ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 160.

⁵¹ BLAINEY, op. cit., p. 37.

⁵² HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 170.

⁵³ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 34.

⁵⁴ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. Trad. Neuza Capelo. 1º ed. Fundamento Educacional. 2012. p. 40.

A vida de Jesus Cristo foi curta e extraordinária, e a crença em sua ressurreição favoreceu o movimento cristão. Mas, não era o suficiente para garantir que a mensagem deixasse por Jesus perdurasse por mais de dois mil anos, era necessário um líder para conduzir a religião recém criada.⁵⁵

1.2. PAULO DE TARSO VIDA E ENSINAMENTOS

Além dos discípulos de Jesus, que foram testemunhas da sua vida extraordinária, sua morte e ressurreição, surge outro grande líder da comunidade Cristã, que, como Ele mesmo disse em seus escritos nas suas cartas, nascera fora de tempo. Seu nome é Paulo.⁵⁶

Paulo nasceu em Tarso, uma cidade localizada onde fica hoje o sul da Turquia. Em Tarso havia uma próspera comunidade de judeus. Em uma rara combinação Paulo era judeu e cidadão romano. Não há registros de quando ele tomou conhecimento da existência de Jesus. Mas sabe-se que recebera opinião desfavorável e negativa quando foi a Jerusalém para ser instruído por um conceituado rabino, chamado Gamaliel⁵⁷.

Com o seu temperamento colérico de líder e com os ensinamentos recebidos em Jerusalém, Paulo se tornou um grande oponente dos cristãos. Paulo estava determinado pelo seu zelo à realização e aos sentimentos judaicos, e também pela sua ambição em galgar degraus em sua carreira religiosa e política, a destruir a influência da mais nova “seita” que surgia com grande ímpeto, tirando as autoridades religiosas de sua zona de conforto, com os seus ensinamentos messiânicos.⁵⁸

Após ter pedido uma carta de autorização dos seus líderes, em Jerusalém, para perseguir os cristãos em Damasco, Paulo viveu uma experiência extraordinária. Na estrada para Damasco Paulo, após ficar cego e cair por terra, julgou ter ouvido uma voz

⁵⁵ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 165.

⁵⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.46.

⁵⁷ GRANT, Michael. **História Resumida da Civilização Clássica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 54.

⁵⁸ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 172.

que lhe dizia: “Saulo, Saulo, por que me persegues? Ele disse: Quem és tu, Senhor? Respondeu: Eu sou Jesus, a quem tu persegues.”⁵⁹

Depois de ter recebido esta revelação parcial, segundo Paulo, a revelação completa viria através de um anônimo cristão, chamado Ananias, que oraria por ele e receberia instruções claras de sua missão⁶⁰.

Pelo fato de ter sido, segundo a sua revelação que recebera, que o chamou para ser testemunha para com todos os homens⁶¹.

Segundo Paulo, voltou para Jerusalém, e em oração no templo, achou-se em êxtase, e teve outra visão de Jesus que lhe dizia: Apresenta-te, e sai logo de Jerusalém, porque não receberão o teu testemunho acerca de mim⁶². Entendendo que a sua missão não era entre judeus, fora enviado para longe, a fim de pregar aos gentios⁶³. As pessoas que estavam com Paulo em sua viagem, perceberam na mudança de espírito e de personalidade. Paulo transportou seu fervor e dedicação que outrora canalizava em perseguir cristãos, para a nova realidade cristã. Depois de batizado e cumprido todas as exigências de Cristão: passou três anos na Arábia, onde viviam grupos de judeus e de judeus cristãos, que provavelmente trabalhavam em portos ou centros de comércio⁶⁴. Lá provavelmente recebera maior clareza dos ensinamentos do Antigo Testamento que relacionava com a nova realidade cristã, tendo como essencial a vida e a ressurreição de Jesus.⁶⁵

Após muita hesitação, Paulo foi encontrar Pedro, Tiago e outros apóstolos, que viviam em Jerusalém, para que formasse um elo de aliança e uma ponte de unidade entre os judeus e gentios, formando dos dois povos, como revela em uma carta, um só corpo⁶⁶.

⁵⁹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 177.

⁶⁰ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 36.

⁶¹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.50.

⁶² GRANT, Michael. **História Resumida da Civilização Clássica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 55.

⁶³ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 125.

⁶⁴ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. 1º ed. Fundamento Educacional. 2012. p. 42.

⁶⁵ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 173.

⁶⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 56.

Com a sua visão de judeu, provavelmente se inclinava a pensar que romanos, gregos e outros convertidos ao cristianismo deveriam adotar o modo de vida dos judeus. Assim, evitariam comer carne de porco, mariscos e outros alimentos proibidos pela lei judaica, e deixariam de trabalhar aos sábados – O SABBATH⁶⁷.

Após a assembléia em Jerusalém, na comunidade de Antioquia, determinou-se que judeus e não judeus deviam ser livres para decidir as próprias regras acerca da dieta, circuncisão e casamento e que qualquer um seria bem vindo, caso quisesse converter-se ao cristianismo. Paulo escreve aos Gálatas, após a sua visão segundo acreditava, de que a mensagem do evangelho fosse pregada a todos indistintamente. Desta forma não há macho ou fêmea, pois todos vós sois um em Cristo Jesus⁶⁸.

Em suas cartas Paulo enfatiza a volta de Jesus Cristo à terra, tirando dúvidas a respeito desse acontecimento tão comentado nas congregações cristãs da época, de que haveria muito sofrimento antes dessa alegria de sua vinda, e que não deveriam negligenciar as tarefas e os deveres do dia a dia.⁶⁹

Com seu zelo cristão, Paulo destaca, nos seus ensinamentos, a idéia do pecado original, ou herdado, segundo Paulo, o pecado original fazia parte da natureza humana sendo que a desobediência do primeiro homem e da primeira mulher – Adão e Eva – deu origem ao pecado, ao desobedecerem a Deus, no Jardim do Éden. Assim, Paulo ensina que somente em Cristo os seres humanos poderiam tirar o peso do pecado e as consequências da dor e da morte⁷⁰.

Com a mensagem prática cristã de amor verdadeiro à Deus, Paulo pregava que o amor ia muito além das boas ações, devendo-se analisar as motivações de pensar e de sentir.⁷¹

⁶⁷ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.44.

⁶⁸BLAINEY, op. Cit. p. 44.

⁶⁹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 180.

⁷⁰ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 179.

⁷⁰ BLAINEY, op. Cit. p. 44.

⁷⁰ BLAINEY, op. Cit. p. 44.

⁷⁰ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 290.

⁷⁰LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.57.

⁷¹ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.144.

1.2.1. O Silêncio das mulheres

O valor da mulher como se destaca no mundo moderno, por influência da mensagem cristã, não teria lugar nas famílias romanas nem nas famílias judaicas da época. Como um choque cultural, Paulo insistia, em todos os seus escritos, que homens e mulheres são iguais: “Não existe homem nem mulher, pois todos somos um em Jesus Cristo”. Com esta visão de igualdade, as mulheres participavam nas mesmas condições da Ceia do Senhor ou Eucaristia.⁷²

Ao escrever a carta aos Coríntios, Paulo dava a impressão de que ele considerava as mulheres inferiores. Escreveu “Fazei com que as mulheres mantenham silêncio no templo, pois não é permitido falar”.⁷³

A regra em muitas congregações era o silêncio, como, em Coríntios, uma igreja desorganizada e as mulheres deveriam ter falado alto durante os serviços religiosos, Paulo então, chama-lhes a atenção colocando limites, talvez por temer atitudes radicais de solidariedade a mulheres e escravos, provocassem a desaprovação oficial dos iniciantes gregos cristãos.⁷⁴

Priscila, mencionada seis vezes no Novo Testamento, era originária de Roma, e ao lado do marido Áquila, talvez tenha sido fundadores de um importante grupo cristão em Coríntios.⁷⁵

As mulheres tinham os seus espaços de atração nos templos como diaconisas, ou até mesmo, como financistas. Lídia, que vivia em Filipos, na Macedônia, trabalhava como vendedora de um material caríssimo chamado púrpura, e seu dinheiro deve ter sido de vital importância para a congregação iniciante. Com a hierarquia masculina de bispos e sacerdotes que assumiria o controle, por volta do ano 300 d.c, a influência feminina na igreja foi impedida de se destacar.⁷⁶

1.2.2. Lutei o Bom Combate

⁷² BLAINEY, op. Cit. p. 44.

⁷³ BLAINEY, op. Cit. p. 44.

⁷⁴ BLAINEY, op. Cit. p. 44.

⁷⁵ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.57.

⁷⁶ GRANT, Michael. **História Resumida da Civilização Clássica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 57.

Com a lealdade de Paulo às novas igrejas, oficiais romanos começaram a suspeitar de que, com isso, não prestariam lealdade ao imperador e muito menos aos deuses romanos mesmo com as prerrogativas de um cidadão romano, que podia buscar a proteção da lei romana⁷⁷. Ainda assim foi preso e açoitado. Por volta do ano 60, chegou preso a Roma, onde as acusações contra ele passaram por um longo processo.⁷⁸

Paulo foi condenado a morte, sendo executado perto do rio Tibre, durante a breve perseguição movida pelos cristãos pelo imperador Nero.⁷⁹

Muitos teólogos afirmam que Paulo foi a segunda pessoa mais importante em toda a história da igreja, atrás apenas de Cristo. Os seus escritos permanecem atuais até os dias de hoje, com ajuda de tradutores fluentes.⁸⁰

No ano de 62 d. C. Tiago, irmão de Cristo, por ordem do sumo sacerdote e do concílio, foi morto, neste período Pedro foi preso e condenado à morte em Roma.⁸¹

1.2.3. Os Idiomas dos Cristãos

A língua semítica foi usada por Cristo em quase todos os seus ensinamentos.⁸² Ele falava um pouco de hebraico e um pouco de grego, mas o aramaico lhe vinha naturalmente.⁸³

Nas primeiras igrejas cristãs da Palestina, a pregação, os cânticos e orações eram feitos em hebraico, só que os judeus representavam a maioria dos seus membros. Fora da Palestina, os judeus cristãos oravam em grego, a principal língua da metade oriental

⁷⁷ SHELLY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 211.

⁷⁸ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 43.

⁷⁹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.202.

⁸⁰ GOLGH, op. Cit. p.43.

⁸¹ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 298.

⁸² CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 150.

⁸³ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 62.

do império romano. Os quatro evangelhos que compõem o coração do cristianismo foram escritos em grego.⁸⁴

A língua falada em Roma pelos primeiros cristãos era o grego. O Papa Vitor, um norte africano, morto em 198 foi o primeiro papa a abandonar o grego e escrever em latim.⁸⁵

Os primeiros cristãos usaram por 20 anos, a palavra falada e não a palavra escrita. Os apóstolos usavam o Antigo Testamento e o testemunho de tudo que ouviram e viram de Jesus⁸⁶.

Com o testemunho boca a boca, feito pelos apóstolos de Jesus, foi de extrema importância para a igreja; mas com o tempo esses apóstolos morreram e, então, foi necessário o registro por escrito dos ensinamentos de Jesus e da história de sua vida.⁸⁷ Assim, foi formado o Canon do Novo Testamento.⁸⁸

O alicerce do verdadeiro cristianismo é o amor. O amor a Deus e ao próximo. “Amaras o Senhor teu Deus, de todo seu coração, e de toda a sua alma e de todo o seu entendimento”. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este é: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.⁸⁹

1.2.4. Comparação entre os livros

A primeira epístola de Paulo aos tessalonicenses, foi o registro conhecido mais antigo. O manuscrito foi encontrado cerca de vinte anos depois da morte de Cristo. Vários evangelhos, grandes e pequenos, foram escritos nos 50 anos seguintes.⁹⁰

O evangelho de Marcos foi o primeiro a ser escrito. Escrito de uma forma condensada, trata-se de um texto eloquente, vivo e ágil, que relata os últimos anos da vida de Jesus.⁹¹

⁸⁴ LINDBERG, op. Cit. p.

⁸⁵ GOLGH, op. Cit. p.43.

⁸⁶ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.48.

⁸⁷ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 64.

⁸⁸ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 240.

⁸⁹ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 45.

⁹⁰ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 224.

Marcos era judeu e conhecia os primeiros líderes cristãos. Seu evangelho exerceu forte influência sobre o evangelho de Mateus. O evangelho de Mateus possuía tantos méritos literários, tanta clareza e segurança, que se tornou o evangelho mais conhecido, e era o mais lido nas igrejas.⁹²

O terceiro evangelho escrito foi o de Lucas. Lucas não foi amigo de Jesus, e segundo alguns estudiosos, não era judeu. Com certeza era amigo de Paulo, e era médico. Lucas, evangelizando uma autoridade importante da época, Teófilo, fez um trabalho de pesquisa e reúne todas as informações de pessoas que andaram e conviveram com Jesus, para organizar o evangelho.⁹³

João, o discípulo amado de Jesus, escreveu o quarto evangelho. A visão de João da vida de Cristo é única, afetuosa e em alguns trechos direto. Surgiu depois do ano 90, e é mais recente do que os outros três evangelhos, e pouco diz sobre as parábolas que Jesus ensinou.⁹⁴ Este livro termina com a afirmativa categórica de que Jesus fez e disse muito mais do que foi registrado. João acreditava que, se tudo fosse traduzido em palavras, “os livros daí resultantes não caberiam no mundo”.⁹⁵

Passados três séculos da morte de Cristo, ainda não se sabia quais os escritos que surgiram eram verdadeiros. Embora os quatro evangelhos se destacassem, outros trabalhos foram acrescentados, e as fontes de controvérsias, eliminadas. Por volta do ano 400 chegou-se a um acordo quanto ao que seria o Novo Testamento; mas a Bíblia resultante – a vulgata – só foi reunida em um único volume no século sexto.⁹⁶

Muitos estudiosos, antes da era moderna, questionavam ou defendiam a precisão e a autenticidade dos primeiros manuscritos, para selecionar os melhores. Em meio a muitas horas de estudo foram dedicados a vida de Jesus, a maioria dos cristãos chegou a um acordo. Eles acreditam que um homem chamado Jesus viveu e morreu, e que sua vida e seu espírito transmitiram uma mensagem fascinante.⁹⁷

⁹¹ GOLGH, op. Cit. p. 46.

⁹² CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 178.

⁹³ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.49.

⁹⁴ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 240.

⁹⁵ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.230.

⁹⁶ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 47.

⁹⁷ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.180.

1.3. A IGREJA E O IMPÉRIO ROMANO

As reuniões dos primeiros cristãos, geralmente eram feitas em casas de famílias, onde participavam as crianças; e eram batizadas frequentemente quando os pais se batizavam. Os escravos também faziam parte destas cerimônias importantes.⁹⁸

A expectativa da segunda vinda de Cristo estava próxima, conforme acreditavam os primeiros cristãos. Considerava que não havia necessidade de templos nem de um lugar fixo para se reunirem, pois quando aparecesse Jesus entre os fiéis, “em toda sua glória” viria buscar as pessoas que estavam preparadas.⁹⁹

Os primeiros líderes de igrejas eram chamados de “bispos”, palavra de origem grega, com significado de inspetor. A função dos bispos era liderar as reuniões de oração, orientar os membros em suas idéias e ações e ajudar a resolver conflitos.¹⁰⁰

Para escolher o bispo ideal, eles tomavam como referência os ensinamentos de Paulo: a) o bispo ideal não devia ter se convertido recentemente; b) nem ter casado mais de uma vez; c) a sua conduta devia ser “sensato, inteligente, honrado, receptivo e bom professor”; d) ser capaz de transmitir mensagens sólidas da doutrina cristã; e) “ser bem visto por não cristão”; f) não devia beber em público; g) não deveria ser violento, vaidoso ou agressivo.¹⁰¹ Presbíteros ou anciãos assistiam o bispo e lhe conferiam autoridade.¹⁰²

Em 251, a igreja tinha em Roma 46 presbíteros; os quais exerciam suas funções em várias congregações espalhadas pela cidade. Quando passou a ter necessidades de administração, sete diáconos foram escolhidos pela congregação tendo como requisitos exigidos: “Homens com reputação de honestidade, cheios de sabedoria e do Espírito

⁹⁸ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 305.

⁹⁹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 66.

¹⁰⁰ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 246.

¹⁰¹ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.54 e 55.

¹⁰² HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 246.

Santo”. Os oficiais do início do cristianismo não se parecem com os bispos, diáconos, sacerdotes e presbíteros de hoje; suas atribuições e esfera de atuação mudaram muito.¹⁰³

1.3.1. Domingo, Páscoa, e Natal

Pelo fato de ter Cristo ressuscitado no domingo, os cristãos adotaram o primeiro dia da semana para se reunirem para orar e meditar.¹⁰⁴ Como no Império Romano o domingo era um dia de trabalho, os cristãos tinham que se reunir antes ou depois do horário de trabalho. O mais provável é que os serviços religiosos acontecessem quase sempre aos domingos a noite.¹⁰⁵

O serviço religioso incluía uma refeição, onde os cristãos se reuniam para “dividir o pão”, e em algumas congregações criou-se o costume de servir uma refeição especialmente para os pobres.¹⁰⁶ Após um dia de trabalho árduo geralmente braçal os fiéis gostavam de encontrar bebida e comida a noite. Com o passar dos anos, porém, a refeição evoluiu de um meio de saciar a fome para algo simbólico, restrito a pão e vinho ou água, quando acompanhado de jejum; com a intenção de relembrar a última ceia, quando Jesus declarou que o pão era seu corpo e o vinho, o seu sangue, mandando que os seus discípulos comessem e bebessem em sua memória conhecida como: santa comunhão, a Ceia do Senhor, a Missa ou Eucaristia. Naquela “refeição jubilosa” sentiam a verdadeira presença de Cristo entre eles.¹⁰⁷

A Páscoa, a celebração anual da ressurreição de Jesus, não se tornou uma data especial para os cristãos. A congregação de Roma, a princípio, preferiu lembrar a páscoa todos os domingos. No oriente, as igrejas passaram a celebrar a Páscoa na mesma data que os judeus, comemoravam o Pessach. A data variava de ano para ano, pois era determinado pelo equinócio de primavera no hemisfério norte e pela lua cheia,

¹⁰³ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 69.

¹⁰⁴ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 197.

¹⁰⁵ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 312.

¹⁰⁶ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 223.

¹⁰⁷ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.55.

caindo entre 22 de março e 25 de abril. Em 525, chegaram a um acordo sobre a data, mas os mosteiros irlandeses não aderiram.¹⁰⁸

Cumprе ressaltar que os cristãos primitivos não comemoravam o Natal, pois não consideravam simbolicamente tão importante quanto a ressurreição de Cristo.¹⁰⁹

Em 246, três patriarcas do Oriente de - Constantinopla, Alexandria e Antioquia - aceitaram 25 de dezembro como uma data especial; tomando como base o solstício de inverno no hemisfério norte, a partir do qual os dias começavam a ficar mais longos.¹¹⁰ Os cristãos aproveitaram um dia já conhecido como feriado romano não religioso, “o aniversário do Sol Invencível”, para também, no mesmo dia, comemorar o nascimento de Jesus.¹¹¹

Além de Jesus, Maria a mãe de Cristo, passou a ser reverenciada pelas comunidades leste do Mediterrâneo, Alexandria e Antioquia. Embora os evangelhos não fossem contra ao apontar a virgindade de Maria, após ter dado a luz Jesus, a idéia de que Ele era filho único ganhou fama.¹¹²

Por volta de 432, estava de tal modo disseminada a certeza de que Maria tinha permanecido virgem, que foi afastada a noção defendida por Mateus, Marcos e Lucas, da existência de irmãos e irmãs de Jesus - Passou – se a acreditar que Maria, ao morrer, tivera o corpo levado da terra ao céu. Na Igreja Ocidental era conhecida como assunção da santa virgem Maria, na Igreja Oriental como Dormição ou Sono Eterno, esse conceito a coloca formalmente no céu com Jesus.¹¹³

O Bispo Gregório de Tours, em 594, abençoou o evento, e seu veredicto foi aceito. Com isso, as orações dirigidas a Maria adquiriram mais influência e afeto.¹¹⁴ A entronização de Maria que passou a se chamar, Imaculada Conceição, aconteceu só na Idade Média, ficando estabelecido de que Maria, tal como o Filho, tinha nascido sem pecado.¹¹⁵

¹⁰⁸ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 276.

¹⁰⁹ GRANT, Michael. **História Resumida da Civilização Clássica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 66.

¹¹⁰ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 255.

¹¹¹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 70.

¹¹² BLAINEY, op. Cit. p.56 e 57.

¹¹³ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.57.

¹¹⁴ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 303.

¹¹⁵ BLAINEY, op. Cit. p.57.

1.3.2. Batismo: A Alegria da água

Uma pessoa iniciava na igreja por meio do batismo. O termo batismo em grego, significa “purificação”. Era uma cerimônia cristã, não judaica. A maioria das pessoas batizadas eram adultos, a imersão simbolizava o sagrado contato com Deus, que não devia ser rompido.¹¹⁶ O batismo de Jesus significou o início de sua vida como profeta e mestre, e o batismo dos seus seguidores, indicava o começo de uma nova vida.¹¹⁷

No início, batizava-se no rio Jordão, mas como o cristianismo começou a ser praticado em outras cidades, aceitava-se que fosse feito em outros rios; importando-se que água, que é a única substância perfeita: alegre, simples, pura pela própria natureza.¹¹⁸

O costume do uso da água passou a adaptar-se de acordo com locais em que havia ou não abundância de água.¹¹⁹ Em Alexandria, batizava-se com a água do mar, e o horário preferido era ao nascer do sol. Em muitas cidades do interior, as cerimônias do batismo antes realizadas à brisa dos rios, foram transferidas para o interior da igreja.¹²⁰

Outro problema surgiu, por causa do pecado “original”, que toda criança traz ao nascer. Alguns líderes cristãos defendiam a prática de batizar os bebês. Muitos discordavam, pois, segundo eles, o batismo era um ato consciente, o compromisso de dedicar a vida inteira a seguir Cristo, então, como poderiam bebês com uma semana de nascidos chegar a tal decisão. Este debate não chegou a uma conclusão e foi retomado no século 16, na Alemanha e na Suíça.¹²¹

Durante a cerimônia; em Roma, no século II, recitava-se o Credo, uma oração que representava uma simples e ardorosa declaração de fé que termina assim: “Creio no Espírito Santo, na Santa Igreja Católica, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne e na vida eterna”. Seguindo a cerimônia, os novos

¹¹⁶ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 270.

¹¹⁷ BLAINEY, op. Cit. p.57.

¹¹⁸ BLAINEY, op. Cit. p.57.

¹¹⁹ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 256.

¹²⁰ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 50.

¹²¹ GOLGH, op. Cit. p. 50.

cristãos eram ungidos com óleo, vestia roupas brancas.¹²² O bispo molhava o polegar em óleo perfumado e, com ele, fazia o sinal da cruz sobre cada sobancelha de cada um. Então os recém-batizados seguiam em procissão pelo interior da igreja repleto de fiéis. Lá, participavam pela primeira vez da Santa comunhão.¹²³

Houve um período em que a época que se considerava adequada ao batismo de adultos era a páscoa. Nas cidades grandes batizavam-se centenas de pessoas no mesmo tempo. As vezes eram feitos batistérios uma construção circular ou octogonal, no centro da qual havia uma pia batismal, usualmente feita de mármore.¹²⁴

1.3.4. A Ascensão do Espírito Santo

O cristianismo não nasceu com doutrinas estabelecidas. As doutrinas cristãs evoluíram lentamente na Igreja. Como foi o caso da doutrina da trindade, a qual é uma construção teológica para explicar a trindade Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.¹²⁵

Com a Descida do Espírito Santo, a notícia de pentecostes se espalhou, atraindo multidões. Após o discurso dos apóstolos, “quase três mil almas”, se arrependeram de seus pecados e foram batizados. A capacidade de falar um idioma desconhecido – o chamado “dom de línguas” – tornou-se parte importante da tradição cristã.¹²⁶

Com o advento do Espírito Santo, os líderes cristãos passaram a crer no Espírito Santo como sendo Deus e Deus como uma entidade ou substância que existia em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo – Três pessoas, distintas e diversas ao mesmo

¹²² SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.307.

¹²³ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 80.

¹²⁴ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 288.

¹²⁵ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p.332.

¹²⁵ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 266.

¹²⁵ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 336.

¹²⁵ GOLGH, op. Cit. p. 54.

¹²⁵ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 54.

¹²⁵ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 301.

¹²⁶ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.264.

tempo. Essa doutrina recebeu o nome de Trindade, uma denominação que aparece pela primeira vez em registros encontrados em Antioquia, por volta do ano 180.¹²⁷

Com a doutrina da Trindade, resolveu-se o dilema de conciliar a antiga tradição judaica, segundo o qual existe apenas um Deus, com a nova crença de que Cristo reina no céu ao lado de Deus¹²⁸.

1.11. INFERNOS E PURGATÓRIO

Os primeiros cristãos não costumavam pensar no inferno, pois, para eles, o paraíso estava garantido. No entanto, nos últimos séculos antes do ano 1000, o inferno surgiu como tema frequente na arte e nos sermões.¹²⁹

Enquanto os cristãos virtuosos, que tinham buscado o perdão, um dia se encontrariam no céu com Deus. Os maus impenitentes, ainda que cristãos estavam destinados ao inferno – um lugar de “fogo inextinguível”.¹³⁰

Entre o céu e o inferno o contraste era enorme. Assim, muitas indagações surgiram: E se a pessoa fosse reprovada, por uma margem estreitíssima? E se os pecados do morto fossem leves, mas precisassem de punição? Não seria justo ficar no inferno por tão pouco? Não haveria uma solução menos drástica, que o inferno? Não haveria a possibilidade de um meio termo? Havia necessidade de uma terceira opção, e assim foi sugerido o purgatório.¹³¹ A palavra “purgatório” surgiu no vocabulário dos europeus entre 1170 e 1180.¹³²

Uma vez oficialmente aceita, a idéia do purgatório foi ampliada pela igreja, que passou a ensinar que o sofrimento das almas no purgatório e o tempo de permanência lá podiam ser reduzidos pelos vivos. Para isso, contribuiriam as orações, as boas ações praticadas em nome dos mortos e as doações feitas a mosteiros ou igrejas, em dinheiro

¹²⁷ SHELLY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.337.

¹²⁸ GOLGH, op. Cit. p. 54.

¹²⁹ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 54.

¹³⁰ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 305.

¹³¹ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 273.

¹³² CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p.339.

ou terras. Assim, vivos e mortos, unidos pelo ato de rezar, formavam uma vasta, ativa e unida comunidade cristã.¹³³

A igreja, então começou a vender indultos para as famílias enlutadas que perderam seus entes queridos. Alguns teólogos radicais tinham dúvidas, mas como a venda de indultos proporcionava a igreja uma boa receita, deixou de fazer objeções.¹³⁴

Neste período houve um despertamento dos cristãos europeus para orar com medo do purgatório; outro fato que ocorreu neste período foi a intensificação do culto à virgem Maria, cada vez mais conhecida como “a mãe de Deus”.¹³⁵

1.4.1. Em honra a Maria

Na igreja, todos os principais personagens eram homens, a figura masculina era representada por Deus, por Cristo, pelos apóstolos e pelo padre do povoado. No entanto consideravam as virtudes cristãs mais femininas do que masculinas. E ainda existia outro aspecto: muitas religiões orientais adoravam deusas. Talvez com a ausência feminina na hierarquia cristã devesse ser corrigida, já que na maior parte das congregações havia mais mulheres do que homens.¹³⁶

No início da era cristã, a veneração a santa virgem Maria era praticamente desconhecida, e estendeu-se mais ao oriente do que ao ocidente. Em 431, porém, a veneração de Maria estava suficientemente difundida, sendo que no concílio de Éfeso lhe foi concedido o título de mãe de Deus.¹³⁷

A veneração da santa virgem Maria cresceu muito no século XII. A oração da “ave Maria” se tornou popular: O hábito de rezar a Ave Maria, levou ao uso de rosário, um fio de contas de pedras semipreciosas que indicava a ordem e a quantidade das

¹³³ GOLGH, op. Cit. p. 54.

¹³⁴ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 312.

¹³⁵ GOLGH, op. Cit. p. 54.

¹³⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 83.

¹³⁷ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.341.

orações.¹³⁸ A partir de então, muitas igrejas foram construídas em honra a Maria. Maria se tornou a intermediária preferida, quando os fiéis queriam chegar a Deus.¹³⁹

1.4.2. O mistério do pão e do vinho

Em 1215, o papa Inocêncio III fez uma declaração de importância vital acerca do sacramento conhecido como santa comunhão, ceia do Senhor e Eucaristia. Foi estabelecida que o pão consagrado, consumido solenemente pelos fiéis e pelo sacerdote era o verdadeiro sangue de Cristo. Essa doutrina era conhecida como transubstanciação.¹⁴⁰

A doutrina conferiu mais importância a bispos e sacerdotes, os responsáveis pela cerimônia de consagração em que pão e vinho instantaneamente se transformam no “material integral” do corpo e do sangue de Jesus.¹⁴¹

1.12. O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES

A igreja também desenvolveu um ótimo trabalho nas universidades, formadas por bispos ou por grupos informais de professores e estudiosos, logo estavam unidas sob o mesmo comando, obedeciam aos preceitos e promoviam os objetivos da igreja.¹⁴²

As primeiras universidades da Europa Ocidental ficavam na Itália. A do porto de Salerno, ao sul, essencialmente voltada para a medicina. Os estudos se baseavam, sobretudo, em trabalhos de médicos gregos e árabes, traduzidos para o latim.¹⁴³

A mais influente universidade ficava em Bolonha, no norte da Itália. De início especializada em direito canônico e direito civil, criou fama e acabou atraindo muitos

¹³⁸ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.288.

¹³⁹ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 55

¹⁴⁰ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p.341.

¹⁴¹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 87.

¹⁴² BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.129 e 130.

¹⁴³ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.315.

estudantes espanhóis, para os quais chegou a ser fundada uma unidade especial em 1364.¹⁴⁴

Em Paris, a universidade especializou-se em teologia e outras áreas abstratas. Logo quatro departamentos (ou faculdades) – direito, medicina, artes e teologia – foram criados. Na Espanha – a de Salamanca, foi fundada em 1243, tornando-se a universidade mais famosa.¹⁴⁵

Tal como a igreja católica, a universidade era uma instituição internacional: alunos e professores chegavam de várias regiões, em uma movimentação facilitada pelo uso de um idioma comum, o latim. No início, a palavra falada – e não os livros ou manuscritos – constituíam essência do ensino universitário.¹⁴⁶

Na Europa central foi fundada a universidade em Praga, em 1348, e na Cracóvia, dezesseis anos mais tarde, foram eventos marcantes nos círculos intelectuais. A universidade se tornaria uma característica da civilização cristã. Nos séculos mais recentes, porém talvez nenhuma instituição tenha colaborado tanto para promover uma visão alternativa ou menos religiosa do mundo.¹⁴⁷

1.13. A IGREJA E O RETORNO AS SUAS ORIGENS

No fim do século XV, surgiram sinais que abalariam a Igreja Católica, usando as mãos de religiosos mais simples.¹⁴⁸ A igreja indiscutivelmente estava em perigo. Em 1463, o papa Pio II, dirigindo-se aos cardeais, fez esta assustadora declaração: “não temos credibilidade. O clero é objeto de escárnio. As pessoas nos acusam de vivermos no luxo, de acumularmos riquezas, de sermos escravos da ambição de ficarmos com os melhores cavalos e mulas”.¹⁴⁹

1.6.1. Uma luz em Roterdã

¹⁴⁴ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.346.

¹⁴⁵ BLAINEY, op. Cit. p.130

¹⁴⁶ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.316.

¹⁴⁷ BLAINEY, op. Cit. p.130.

¹⁴⁸ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 122.

¹⁴⁹ LINDBERG, op. Cit. p.122.

Desidério Erasmo nasceu perto de Roterdã. Filho de um padre, ele ingressou num mosteiro, por falta de opção de carreira.¹⁵⁰ Em 1492, na Holanda, Erasmo ingressou em um mosteiro agostiniano; lecionou na universidade de Paris, e foi convidado por alunos ingleses a visitar a Inglaterra.¹⁵¹ Após deixar a Inglaterra, Erasmo de Roterdã viajou pelos Alpes e chegou a Roma e Turim, onde se tornou doutor. As duas primeiras vezes em que esteve na Inglaterra foram breves.¹⁵²

Erasmo escrevia em latim, dominava o grego clássico, teve acesso a versões em grego de seções do Novo Testamento, foi professor de grego em Oxford.¹⁵³

A igreja concedeu a Erasmo certa independência; a partir de janeiro de 1517, ele obteve permissão para vestir-se como roupas comuns, procurava viver uma vida simples.¹⁵⁴

Erasmo escolheu viver em Basiléia. Local da única universidade suíça. Lá era o centro da arte de imprimir com tipos móveis. Erasmo passou a trabalhar numa das oficinas de Johannes Froben que passou a imprimir seus trabalhos mais importantes.¹⁵⁵

Daquela gráfica saiu, em 1516, um dos livros mais influentes do século: a versão de Erasmo do Novo Testamento. Em vários pontos contrariava passagens importantíssimas da Bíblia Vulgata, usada pelos católicos.¹⁵⁶

Erasmo lamentou que a maioria dos cristãos conhecidos seus estivessem escravizados pela cegueira e pela ignorância. Assim, através de seus estudos concluiu que: a) a frequência regular à igreja não era absolutamente essencial; b) o dinheiro doado a mosteiros ou santuários seria mais bem empregado se entregue diretamente ao “templo vivo de Cristo” – os pobres; c) certos dogmas cristãos como a existência de um lugar chamado purgatório, tinha pouca justificativa bíblica.¹⁵⁷

¹⁵⁰ LINDBERG, op. Cit. p.123.

¹⁵¹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 352.

¹⁵² CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 291.

¹⁵³ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 68.

¹⁵³ GOLGH, op. Cit. p. 68.

¹⁵⁴ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.321.

¹⁵⁵ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 352.

¹⁵⁶ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 355.

¹⁵⁷ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p.360.

Erasmus morreu no ano de 1536, em Basileia, então uma cidade protestante, e foi sepultado na catedral local. No seu túmulo, um rochedo é descrito em letras douradas como um servo de Cristo e o mais culto dos estudiosos – “Erasmus de Roterdã”¹⁵⁸.

1.6.2. A ascensão de Martinho Lutero

Martinho Lutero, nascido em Eisleben, na Alemanha, deixou sua cidade natal para estudar. Aos 30 anos formava-se em teologia bíblica – uma das cadeiras mais conceituadas – na recém – criada universidade de Wittenberg. Lá era professor ativo e entusiástico que cativava os estudantes, além de atuar como pregador em uma paróquia.¹⁵⁹

Lutero empreendeu uma jornada a Roma, provavelmente no inverno, em 1510. Ficou maravilhado pelos lugares santos espalhados pela cidade de Roma. Lutero sabia que Roma não era a única mancha no mundo cristão. Pelo que tinha visto, os mosteiros alemães abrigavam um bocado de luxúria e excessos na comida e bebida. Em um mosteiro visitado por ele, cada monge normalmente consumia duas canecas de cerveja e 1 litro de vinho nas refeições.

Lutero sentia falta de alguma coisa em sua vida religiosa, e buscou ansiosamente uma resposta na Bíblia. Tornou-se quase obcecado por questões ligadas a pecado e penitência- tanto em relação a si quanto a outros religiosos.¹⁶⁰ Com a leitura que Lutero fez do Novo Testamento, levou-o à conclusão de que a chave da salvação não estava nas boas ações, ou em uma vida virtuosa, nem na prática de rituais, mas no relacionamento da pessoas com Deus. Assim, os Cristãos não conseguiriam a salvação apenas com suas atividades. Perdão e salvação eram dádivas de Deus, aos quais fariam jus somente àqueles que o amassem e confiassem em sua misericórdia. Lutero deu a essa crença a denominação de “justificação pela fé”.¹⁶¹

Lutero pregava que o relacionamento mais próximo de Deus, sem a necessidade de intermediários. Tal pregação de Lutero foi um grande marco para a reforma

¹⁵⁸ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 128.

¹⁵⁹ LINDBERG, op. Cit. p. 128..

¹⁶⁰ GOLGH, op. Cit. p. 70.

¹⁶¹ GOLGH, op. Cit. p. 71.

protestante, bem como valorizou cada indivíduo, pois cada qual, pobre ou rico, mulher ou homem, teria livre acesso à Deus.¹⁶²

1.6.3. A venda do perdão

O argumento tradicional de perdão sustentado pela igreja foi se modificando. Decorridas algumas décadas, estava instituída a prática da venda do perdão. Bastava pagar e o cristão ficava livre dos pecados do passado e do futuro. Era possível também compra indulgências em favor dos mortos.¹⁶³ Assim, algum conhecido ou amigo falecido passaria menos tempo ou sofreria menos no purgatório – aquela região onde o cristão ficava de castigo, até pagar pelos pecados cometidos e ser declarado apto a entrar no céu.¹⁶⁴

A maior motivação de Lutero, em discordar dos teólogos era que o verdadeiro objetivo das indulgências tivesse o fim de levantar dinheiro para a igreja ou para os locais religiosos, não havendo para isso nenhum respaldo bíblico.¹⁶⁵

Em 1515, o papa Leão X criou uma venda de perdão mais ousada. A bula papal oferecia indulgências para financiar a construção da nova Igreja de São Pedro, em Roma.¹⁶⁶

Lutero elaborou cuidadosamente um documento com 95 teses ou objeções. Não eram 95 pontos separados, mas uma argumentação geral, com parágrafos numerados. Em 1517, empregou o documento na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Aquele gesto representou mais uma convocação para o debate do que um ato de rebeldia.¹⁶⁷

Lutero contava com o apoio de seus superiores na universidade onde lecionava. Muitos estudantes escolheram aquela instituição, que logo se tornou uma das maiores da Alemanha.¹⁶⁸

¹⁶²LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 132.

¹⁶³HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 337.

¹⁶⁴LINDBERG, op. Cit. p. 133.

¹⁶⁵HILL, op. Cit. p. 338.

¹⁶⁶GOLGH, op. Cit. p. 74.

¹⁶⁷GOLGH, op. Cit. 74.

¹⁶⁸CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 299.

Naquela época, metade do mundo cristão ouvia e lia versões das ideias de Lutero. Seus panfletos eram impressos em Basiléia, Estrasburgo e outras cidades importantes.¹⁶⁹

Lutero, além de teólogo era também nacionalista. Alguns de seus escritos de 1520 faziam um forte apelo aos alemães, à parte do mundo cristão. Uma de suas acusações era que Roma roubava a Alemanha: “Pobre de nós, alemães. Fomos enganados!” em 03 de janeiro de 1521, ele foi formalmente excomungado.¹⁷⁰

Lutero argumentava que Pedro, origem da autoridade do papa, tinha sido apenas um dos apóstolos, e não era um personagem à altura de Cristo. Rejeitava também a ideia de que o papa tivesse poder sobre o céu, o inferno e o purgatório, ou sobre a eliminação dos pecados. Ele acreditava que eleger um papa, como faziam os católicos, era menosprezar, o papel do próprio Deus. Lutero entendia que ser justificado queria dizer ser perdoado – não por causa de boas ações praticadas, mas pela generosidade de Deus.¹⁷¹

1.6.4. Jornada até Worms

Lutero foi convocado a comparecer diante da assembléia imperial do Sacro império romano. Coube ao sacro imperador romano, o jovem Carlos V, a presidir a reunião na cidade de Worms. Lutero era o único item da pauta.¹⁷²

O sacro imperador romano e ao mesmo tempo chefe de Habsburgo, devia conter a disseminação do luteranismo e controlar o monge que tinha diante de si. Falando em latim, Lutero defendeu os pontos de vista nos quais acreditava, baseados na bíblia e em sua consciência.¹⁷³

Felizmente Lutero contava com um protetor dedicado: Frederico III, o eleitor da Saxônia, que estava disposto a desafiar o sacro imperador romano. Partira dele a idéia de interrogar Lutero em solo alemão, e não em Roma.¹⁷⁴

¹⁶⁹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 144.

¹⁷⁰ LINDBERG, op. Cit. p. 145.

¹⁷¹ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. 1º ed. Fundamento Educacional. 2012. p.176

¹⁷² BLAINEY, op. Cit. p.176

¹⁷³ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 341.

¹⁷⁴ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 365.

Lutero deixou a cidade de Worms em 26 de abril de 1521, antes do final da assembléia. Daí a uma semana, para protegê-lo, um grupo de cavaleiros, a mando de Frederico III, levou-o para o castelo de Wartburg.¹⁷⁵

1.6.5. Fortalezas ocultas de Lutero

Com o avanço da marinha e do exército muçulmanos pelo litoral de mar mediterrâneo e, por terra, pela Europa central. Obtendo vitórias dos turcos otomanos em 1516, capturaram a síria e tomaram Jerusalém de outros ocupantes muçulmanos.¹⁷⁶ No ano depois do encontro de Lutero com seus acusadores em Worms, os turcos ocupavam a ilha de Rodas. Daí a sete anos cercaram Viena.¹⁷⁷

Com o avanço contínuo dos muçulmanos, favoreceu a Lutero o tempo de que tanto precisava. Outro acontecimento que favoreceu Lutero e seus protestos, foi que, os dois mais destacados imperadores católicos estavam divididos.¹⁷⁸ A Espanha Católica e a França Católica se enfrentaram em quatro guerras, entre 1521 e 1544. Num desses enfrentamentos inclui-se a invasão e a pilhagem de Roma, com a morte de cerca de quatro mil moradores.¹⁷⁹

Enquanto isso, lenta e pacientemente, Lutero introduzia modificações que presidia: em 1522, ele começou a fazer o cálice de sangue passar pelos fiéis, um por um. Em 1524, no sul da Alemanha, camponeses se uniram a pequenos proprietários de terras, para exigir reformas econômicas e religiosas.¹⁸⁰

Em Memminger, os camponeses chocaram os vizinhos ricos com as seguintes reivindicações: a) indicar os próprios párocos; b) repassar à igreja uma porcentagem menor sobre os grãos produzidos na safra anual; c) reduzir o aluguel que pagavam aos

¹⁷⁵ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 348.

¹⁷⁶ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 356.

¹⁷⁷ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 78.

¹⁷⁸ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 355.

¹⁷⁹ GOLGH, op. Cit. p.79.

¹⁸⁰ GOLGH, op. Cit. p.80.

de terra; d) reivindicavam acesso aos campos, para extrair lenha - Seu único combustível no inverno – e aos rios, para pescar.¹⁸¹

Lutero reconhecia a justiça da maior parte das reivindicações, conhecidas como os 12 artigos, mas não apoiava os camponeses que pretendiam usar de violência para vê-las atendidas.¹⁸²

Entre os convertidos ao luteranismo havia numerosos gráficos. As novas prensas espalharam a mensagem de Lutero. Se Lutero terminou a tradução do Novo Testamento, mais da metade dos livros publicados na Alemanha era impresso em Wittenberg. Outro fato de Lutero falar e escrever em alemão, com a linguagem simples. A combinação de nacionalismo e religião foi uma das marcas da reforma.¹⁸³

1.14. DESTRUIÇÃO NA SUIÇA E NA INGLATERRA

Após o sucesso de Lutero na região de língua alemã, onde vivia perto dos rios Reno e Elba; houve outros aliados de outros segmentos da Europa.¹⁸⁴ Um dos primeiros foi o padre e teólogo Ulrico Zuínglio. Os dois tinham quase a mesma idade.¹⁸⁵

1.7.1. Zuínglio

Zuínglio nasceu em uma região da Suíça próxima às atuais fronteiras de Alemanha e Áustria, em Wildhaus.¹⁸⁶ Aos 22 anos de idade, em 1506, Zuínglio assumiu a função de pároco na cidade Glarus, onde continuou as leituras e os estudos de hebraico, grego e latim. De Glarus a Basileia e sua gráficas, eram apenas dois dias de caminhada, e Zuínglio foi até lá em 1516, para encontrar-se com Erasmo. Depois de ler

¹⁸¹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.344.

¹⁸² LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 149.

¹⁸³ LINDBERG, op. Cit. p.149.

¹⁸⁴ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 377.

¹⁸⁵ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.181.

¹⁸⁶ BLAINEY, op. Cit. p.181

a tradução do Novo Testamento feita por Erasmo, Zuínglio mudou seu modo de pregar.¹⁸⁷

Zurique era uma república com governo próprio, o que representou um aspecto importante no fortalecimento da campanha de Zuínglio.¹⁸⁸ Na metade da década de 1520, Zurique ocupava o centro da reforma religiosa, na Europa, e mostrava-se mais radical do que Wittenberg e Estrasburgo.¹⁸⁹

Entendendo que a Bíblia não mencionava especificamente sobre o casamento dos padres, em 1524, ele se casou com Anna Reinhardt, uma jovem viúva. Daí a um ano, Lutero liberou que seus religiosos de uso do hábito e contraiu casamento com Catherine Von Bora, ex-freira cisterciã.¹⁹⁰

Os próprios católicos se horrorizaram com as seguintes atitudes dos reformadores: casamento dos líderes da reforma, e condenação a adoração de ídolos e de estátuas, Zuínglio e seus colaboradores ordenaram, em 1524, que as pinturas e imagens de Cristo, de nossa senhora e dos santos fossem retiradas das igrejas de Zurique. O órgão foi removido. A missa foi alterada, em Zurique, a partir de 1525, o idioma alemão passou a ser adotado para os sermões. Foram fechados mosteiros e conventos.¹⁹¹

1.7.2. Uma tempestade varre a Inglaterra

A mensagem de Lutero chegaria às igrejas inglesas, que dependia das crenças e opiniões de Henrique VIII. Em 1521, o rei escreveu um livro sobre os sacramentos no qual expunha as ideias do papa e criticava a doutrina de Lutero. A partir de 1529, ele foi deixando de defender a fé católica, e buscou melhores aliados militares e diplomáticos, procurando objetivos diferentes daqueles defendidos pelo papa. O rei queria, em especial, um herdeiro para o trono. Em 1533, sem filhos ele rejeitou a mulher, Catarina

¹⁸⁷ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 400.

¹⁸⁸ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009

¹⁸⁹ BLAINEY, op. Cit. p.183

¹⁹⁰ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 150.

¹⁹¹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 381.

de Aragão; e em seguida, casou-se com Ana Bolena.¹⁹² Na busca de um filho saudável, ele se casaria várias vezes.

Henrique VIII, desafia a autoridade papal, que não aprovaria a separação e um novo casamento. O papa o excomungou, e assim com a aprovação do parlamento inglês, ele se nomeou “chefe supremo da igreja” na Inglaterra começou a abolir os mosteiros, em 1536, os padres receberam ordens para desestimular a prática da peregrinação.¹⁹³ Os fiéis foram instruídos também a deixar de venerar relíquias dos santos.¹⁹⁴

1.7.3. Tyndale: “faça-se a luz”

Willian Tyndale, criado no país de Gales, ele foi para o Magdalen College, em Oxford, e de lá para Cambridge, revelando-se ótimo aluno. Decidido a traduzir o Antigo Testamento para o inglês, estudou a Bíblia Católica chamada Vulgata e a nova tradução de Erasmo, ambos em latim. Estudou também a tradução alemã do Novo Testamento, feito por Lutero, cujas idéias cada vez lhe pareciam mais atraentes. Aos 30 anos viajou para a Alemanha.¹⁹⁵

Um ano depois de chegar a Alemanha, no verão de 1525, a versão inglesa do Novo Testamento feita por Tyndale estava pronta para ser impressa. Em sua tradução ele usou a linguagem do povo. A Bíblia de Tyndale tornou-se uma das glórias do língua inglesa. Daí a 75 anos, foi publicada a bíblia do rei Tiago.¹⁹⁶

Depois das autoridades católicas perseguirem Tyndale e procurá-lo para matá-lo e destruir os seus escritos; por fim, em 1536, perto de Bruxelas, foi encontrado, identificado e condenado à morte.¹⁹⁷

Na Inglaterra, dois anos mais tarde, o governo decidiu que toda paróquia teria uma bíblia. A tradução escolhida, baseava-se na versão de Tyndale, em inglês, nas duas versões de Erasmo, em grego e latim, e na vulgata, em latim.¹⁹⁸

¹⁹² GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 88.

¹⁹³ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 350.

¹⁹⁴ GOLGH, op. Cit. p. 89.

¹⁹⁵ GOLGH, op. Cit. p. 90.

¹⁹⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 151.

¹⁹⁷ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 379.

Em 1547 com a sucessão de Maria, uma católica devota, casada com um poderoso monarca católico, Filipe II, da Espanha, passou a perseguir os protestantes e a voltar a prática católica. Em 1558, com o coração de um novo rei, os católicos passaram a ser perseguidos.¹⁹⁹

1.15. O REINO DE CALVINO

João Calvino (1509-1564) nasceu na França. Filho de um burguês, dedicou-se à vida religiosa e ao estudo do direito. Não chegou a ser ordenado monge. Durante sua juventude, ficou conhecido na universidade por sua vida piedosa e, também desde cedo, mostrou simpatia pelas idéias da reforma.²⁰⁰

Sua maior ambição era ser um erudito, mas rendeu-se ao chamado de Deus para uma vida de pastorado e ensino da fé cristã.²⁰¹

Pela primeira vez que passou por Genebra, foi convencido por Guilherme Farel a permanecer na cidade e reformá-la. A doutrina de Calvino era considerada muito severa. Para Calvino, não apenas o que era proibido pela bíblia devia ser evitado, mas o que não era nitidamente ordenado também. O principal reflexo desse padrão foi na área litúrgica: foram banidos os paramentos, os rituais, os instrumentos (órgão) e mesmo o canto foi limitado aos salmos metrificados.²⁰²

Calvino se preocupou com o governo da igreja. Calvino ensinou que a igreja do novo testamento era governada por presbíteros e que o episcopado era biblicamente insustentável.²⁰³

As idéias de Calvino sobre predestinação foram notórias. Ele afirmava que Deus decide antecipadamente o que acontece à alma de todos os homens e mulheres. Assim, por mais que a pessoa se esforçasse, tinha o destino traçado desde o nascimento. Não havia tribunal de apelação nem luta por oportunidades iguais. Calvino considerava a vida uma corrida com resultado preestabelecido. Segundo ele, a criação não é feita em

¹⁹⁸ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.190.

¹⁹⁹ BLAINEY, op. Cit. p.191.

²⁰⁰ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 412.

²⁰¹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 366.

²⁰² LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 155.

²⁰³ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 391.

série, mas “alguns nascem predestinados à vida eterna, e outros, à condenação eterna”. Em essência, a doutrina enfatizava o poder, a fragilidade e a ignorância dos seres humanos.²⁰⁴

Depois da morte de Lutero, em 1546, Calvino se tornou o líder não oficial do protestantismo e, pelos 18 anos que ainda teve de vida, continuou a fazer de Genebra o reduto de estudantes, teólogos e religiosos dissidentes, bem como tradutores da Bíblia expulsos da região onde viviam ou que temiam pela vida, caso permanecessem lá.²⁰⁵

Com o crescimento do calvinismo em vários países da Europa, em todas as camadas sociais e com a divulgação da fé pregada em Genebra por John Knox, padre católico que se convertera ao protestantismo, a ideologia de Calvino se espalhou na Boêmia, na Hungria, na Lituânia e na Polônia, sendo que metade da aristocracia polonesa aderiu temporariamente ao protestantismo, em sua maior parte regedora de Calvino.²⁰⁶

Com o surgimento dos jesuítas, os poloneses leais a Roma se sentiram tão fortalecidos, que em 1632, a Polônia tinha voltado a ser maciçamente um reduto católico. Na noite de 23 de agosto de 1572, os Huguenotes (nome conhecido dos calvinistas por falar francês) foram atacados em Paris. Catarina de Médica, rainha – mãe da França e sobrinha de um antigo papa, ordenou o ataque. Estimativas avaliam que o número de vítimas fatais em Paris e cidades próximas ultrapassou 5 mil.²⁰⁷

Chamado de noite de São Bartolomeu, esse massacre foi o episódio mais dramático até então, na guerra entre a maioria católica e a forte minoria protestante. Mais tarde, em 1598, uma trégua foi negociada em Nantes, garantindo aos huguenotes direitos civis, a proteção da lei e permissão limitada de praticar em público seu credo.²⁰⁸

1.8.1. Concílio de Trento e a Reforma na Igreja Católica

²⁰⁴ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 95.

²⁰⁵ GOLGH, op. Cit. p.96.

²⁰⁶ HILL, Jonathan. op. Cit. p.367.

²⁰⁷ GOLGH, op. Cit. p. 97.

²⁰⁸ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 380.

Em 1545, foi instalada uma reunião, para deliberar sobre as controvérsias entre o norte e o sul, solidamente Católico.²⁰⁹ O local escolhido foi a cidade de Trento, localizada no norte da Itália. O concílio foi aberto formalmente em 13 de dezembro de 1545. As disputas religiosas foram a causa da convocação do concílio.²¹⁰

Com a ausência dos protestantes permitiu que os católicos se concentrassem, nos próprios dilemas. Reconheceram que sua igreja precisava de mudanças e deliberaram sobre isso. Reafirmaram a autoridade espiritual da bíblia em latim, a Vulgata.²¹¹ Protestaram contra os bispos que raramente ou nunca estavam em suas regiões, negligenciando os fiéis. Os padres locais deviam retornar seu papel de pregadores. Resolveu também que os bispos deviam criar seminários locais e treinar os padres seriamente, pois muitos mal conheciam a Bíblia. Reafirmou o papel dos santos, a importância das relíquias sagradas, a existência do purgatório e o celibato dos padres; resolveu que a venda de indulgências seria suspensa.²¹²

O papa Pio IV decidiu recomendar o seguinte:²¹³ capacitar cardeais, bispos e teólogos para o debate público, as obras completas de São Tomás de Aquino – o sábio religioso sempre consultado em caso de dúvidas – foram publicados em 1570. A nova versão da bíblia católica teve de esperar até 1590.²¹⁴

Gregório XIII, que iniciou em 1572, instituiu, um lugar do antigo calendário romano, o calendário gregoriano, hoje utilizado em todo o mundo.²¹⁵ Sisto V, sucessor de Gregório XIII, reformulou o colégio dos cardeais, limitando-o a 70 membros. Esse limite de membros do colégio encarregado de eleger o papa persistiria por cerca de quatro séculos.²¹⁶

1.8.2. Aos confins da terra

²⁰⁹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 157.

²¹⁰ LINDBERG, op. Cit. p. 157.

²¹¹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 369.

²¹² BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.204.

²¹³ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 423.

²¹⁴ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 422.

²¹⁵ BLAINEY, op. Cit. p.204

²¹⁶ BLAINEY, op. Cit. p.204

Em 1492, Cristóvão Colombo partiu da Espanha com a esperança de encontrar terras para a atuação de missionários cristãos e riquezas para a Espanha. Cerca de 80 homens lotavam as três embarcações, quando, em 12 de outubro de 1492, surgiu terra à vista.²¹⁷ Verificou-se que a terra era habitada, e os habitantes andavam nus. Imaginando haver chegado à Índia, ou uma região próxima, Colombo os chamou de índios. Enquanto nos três embarcações eram defraudadas bandeiras verdes com a cruz cristã, ele tomou posse formal da terra, em nome do rei e da rainha da Espanha, batizando-a de São Salvador, “em honra de nosso Santo Senhor, conforme disse”. Daí a 15 dias, chegou a cuba que se julgou ser o Continente Asiático.²¹⁸

A segunda expedição de Colombo contava com 17 pequenos navios. Levava padres e frades, além de dois Franciscanos leigos.

A terceira viagem às Índias Ocidentais, em 1498, foi feita em nome da Santíssima Trindade, mas as embarcações carregavam mais trabalhadores de minas – descritos como garimpeiros – do que frades e padres. Avançando rumo à América do Sul, Colombo encontrou o rio Orinoco, convencido de que aquela região fazia parte da Ásia, acreditava que o rio viesse diretamente do jardim do Éden, onde viveram Adão e Eva.²¹⁹

A extensa costa oriental de continente americano logo foi explorada por outras expedições, das quais participavam frades que conheciam bem a bíblia. Quando Pedro Álvares Cabral, um navegador português, chegou a costa nordeste do Brasil deu-lhe o nome de terra da Santa Cruz.²²⁰ Em 1513, os espanhóis batizaram a Flórida em homenagem ao domingo de páscoa. Mais ao norte, o golfo de São Lourenço foi descoberto por Jacques Cartier, que ergueu uma cruz de madeira de quase 10 metros para marcar o local. Na Califórnia foram adotadas as denominações São Francisco e Los Angeles. No Chile a capital recebeu o nome de Santiago, que é o nome de outro apóstolo. E a maior cidade do Brasil carregava o nome de outro apóstolo São Paulo.²²¹

²¹⁷ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, 370.

²¹⁸ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 171.

²¹⁹ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 110.

²²⁰ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 431.

²²¹ GOLGH, op. Cit. p. 111.

1.8.3. As 15 mil capelas e igrejas

Havia necessidade de recrutar cristãos para levar a bíblia às novas terras. Em 1508, o papa Júlio II conferiu ao monarca espanhol o direito de indicar os bispos, padres e frades para viajarem à extensa região da América destinada à Espanha.²²²

Os frades receberam permissão de manter suas atividades religiosas: batizar crianças e adultos, celebrar missa, ouvir confissões e perdoar pecados, e abençoar casamentos. Em 1533, os franciscanos que atuaram no México, afirmavam ter mais de 1 milhão de conversões.²²³

No Brasil, os colonizadores importavam escravos do oeste da África. Os missionários eram os únicos que censuravam a prática da escravidão. Em 1537, o papa Paulo III lançou uma bula contra a escravidão.²²⁴

Daí cinco anos depois, em uma lei espanhola banuiu os maus tratos aos trabalhadores. Nos 150 anos seguintes, os conquistadores ergueram 15 mil igrejas nas terras que chamaram de Índias.²²⁵

O papa Alexandre VI levou o novo mundo, antes pertencentes aos espanhóis, a ser dividido por dois colonizadores. O Brasil, a África e a Ásia ficaram com Portugal, o restante dos comércios, ficou com a Espanha.²²⁶

O papa procurou, facilitar aos portugueses o processo de colonização. Como em Portugal a população era menos numerosa, a igreja católica, menos dinâmica, recrutou a participação de religiosos espanhóis.²²⁷

1.8.4. Os jesuítas se fazem ao mar

Inácio de Loyola era um nobre espanhol. Em 1521, quando servia como soldado nas tropas espanholas, sofreu um ferimento na perna. Tornou-se um cristão dedicado.²²⁸

²²² GOLGH, op. Cit. p. 111.

²²³ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 177.

²²⁴ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 392.

²²⁵ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.211.

²²⁶ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 434.

²²⁷ BLAINEY, op. Cit. p.211

Com 30 anos, Loiola começou a vida de estudioso e pregador. Em Paris, no ano de 1534, uniu-se a outros jovens que partilhavam das mesmas idéias; com isso formou o grupo que foi adotado de Sociedade de Jesus, fez votos de castidade e pobreza. Seis anos mais tarde, a Sociedade de Jesus foi abençoada pelo papa. Loiola, eleito líder ou “general” vitalício, era um excelente organizador, e seu pequeno escritório em Roma tornou-se o centro dos padres jesuítas de todo o mundo.²²⁹

Para viajar às Índias como jesuítas foi escolhido um espanhol do norte, chamado Francisco Xavier, que iniciou sua cruzada cristã em 1542. Sete anos mais tarde foi para a cidade japonesa, localizada bem ao sul da Costa do Japão. Em dois anos seus ensinamentos tinham conquistado 2 mil seguidores cristãos, que por sua vez conquistaram outros que chegou a 150 mil. Com a advertência de que quando os cristãos se tornavam leais a Cristo, os convertidos reduziam um pouco a lealdade ao deus-imperador japonês. Por causa disso, em 1630, o cristianismo estava banido por completo do Japão.²³⁰

1.8.5. Peregrinos do Atlântico

Na América do Norte, muitos chegavam pelo Atlântico. Muitos buscavam liberdade religiosa. Alguns eram religiosos franceses e ingleses, que viviam em Leiden, Holanda, e outros, emigrantes ingleses, puritanos ou não.²³¹

Outros navios transportavam congregações inteiras acompanhadas de pastores, que distribuía em várias regiões, onde se instalaram uma administração controlada pela igreja, construíram casas e cercavam terras.²³²

Cerca de 30 mil protestantes, em 1660, congregacionistas e outros tipos de calvinistas – tinham se estabelecido no território conhecido como Nova Inglaterra, no sul, Maryland, foi preferida pelos católicos. Nova Amsterdã (hoje Nova York) recebeu

²²⁸ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 377.

²²⁹ BLAINEY, op. Cit. p.212.

²³⁰ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 178.

²³¹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 451.

²³² GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 110.

protestantes, holandeses e franceses a Virginia se tornou o reduto dos anglicanos. Um grande grupo de missionários protestantes também se instalou nesta região.²³³

1.16. ALGUNS FRUTOS DA DEMOCRACIA

Algumas sementes da democracia moderna foram lançadas pela reforma, tais como: a) na tradição católica se baseava na hierarquia – na autoridade dos papas, cardeais e bispos; b) os protestantes davam ênfase a leitura da Bíblia e o relacionamento da pessoa com Deus. Lutero se referia a essa atitude de que cada cristão podia chegar diante de Deus, por Jesus Cristo, sem outros intermediários com o termo “o sacerdócio de todos os crentes”.²³⁴

Com a leitura da bíblia em linguagem acessível, o protestantismo favorecia o debate e a discussão, que representantes administraram as próprias igrejas e relacionavam os sacerdotes. Essa forma de organização dependia de pequenos comitês administrativos compostos dos líderes da igreja e do próprio sacerdote.²³⁵

Com a reforma, deixava o uso do latim na época o idioma internacional, passando a valorizar o inglês, o alemão e a outros idiomas nacionais, surgindo uma junção mútua, entre nacionalismo e protestantismo.²³⁶

A educação foi promovida pelas mudanças religiosas. Lutero, Zuínglio e Calvino – saídos de três universidades diferentes – acreditavam que todos devem saber ler, e que a bíblia é leitura obrigatória.²³⁷

Os católicos reagiram, e começaram a promover com mais vigor a educação. Com o surgimento da democracia popular, na segunda metade do século XIX, dependia da disseminação do conhecimento.²³⁸

1.9.1. Hostilidade e tolerância

²³³ GOLGH, op. Cit. p. 111.

²³⁴ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 412.

²³⁵ HILL, Jonathan. op. Cit. p. 412.

²³⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 180.

²³⁷ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 455.

²³⁸ LINDBERG, op. Cit. p. 112.

Durante cerca de 125 anos, após o surgimento da reforma foram um período de graves conflitos em boa parte da Europa.²³⁹

Usava-se o rótulo das “guerras religiosas”. De um lado o sentimento religioso intensificou batalhas, e os acordos durante as negociações de paz foram complicados. Mas o motivo principal destas guerras foram as disputas entre monarcas católicos, não motivados pela religião; eles estavam preocupados demais com as próprias guerras, para dedicar energia com anulação do movimento protestante.²⁴⁰

As longas Guerras foram afetadas pelo surgimento de novas armas. O canhão e o mosquete tornavam as guerras ainda mais mortais e os monarcas, mais poderosos. Os monarcas e não reformadores religiosos, planejavam, financiavam e orientavam a maior parte das guerras. Conforme alguns estudiosos de hoje, a religião neste período pode ter sido “um disfarce para outros motivos”.²⁴¹

Religião não era uma questão de escolha, mas de obrigação. Tanto os calvinistas, quanto os luteranos, exigiam unidade, lealdade e unanimidade. Os governantes exigiam unidade social e religiosa por acreditarem que o território ficaria mais seguro, se tivesse coesão religiosa.²⁴²

A ampla tolerância religiosa é fruto dos tempos modernos. O importante era sustentar a visão religiosa.²⁴³

A ampla tolerância religiosa é fruto dos tempos modernos. O importante era sustentar a visão religiosa apropriada e não a liberdade de rejeitá-la. O direito de desobedecer a igreja e o governo, o direito de ser livre em matéria de consciência, são preceitos que surgiram lentamente, depois da grande influência da reforma.²⁴⁴

1.10. DUAS VOZES AO VENTO: WESLEY E WHITEFIELD

²³⁹ GOLGH, op. Cit. p. 112.

²⁴⁰ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.380.

²⁴¹ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 190.

²⁴² SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 456.

²⁴³ LINDBERG, op. Cit. p. 190..

²⁴⁴ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.221.

Em 1740, na Inglaterra, os protestantes ou puritanos, estavam em ligeiro declínio. A nação era governada pelos anglicanos.²⁴⁵

Um jovem de Lincoln Shire, chamado John Wesley, abalaria a posição dos anglicanos. Seu pai, Samuel, um homem estudioso, atuava como sacerdote nas áreas rurais. Susana, sua mãe, uma cristã fervorosa, moldou com firmeza as crenças dos 19 filhos; John era o 15º.²⁴⁶

Em 1725, depois de se tornar ministro anglicano, passou dois anos ajudando o pai, até voltar a universidade de Oxford, onde se uniu a um grupo de rapazes, liderado por seu irmão Charles, que compartilhavam de suas idéias. Os jovens se reuniam quase todas as noites para orar e trocar ideias. Autodenominados “clube santo”, eles receberam o apelido de metodistas, por causa do jeito sério e metódico.²⁴⁷

Em 1735, os irmãos John e Charles sentiram o chamado para viverem na Geórgia, colônia da América do Norte. Durante a viagem eles conheceram um grupo de jovens cristãos alemães – a irmandade Morávia – cuja calma diante de uma tempestade acharam impressionante. Geórgia era uma colônia com princípios virtuosos, lá se proibia a escravidão e o comércio de bebida. John atuava como pastor da comunidade e missionário junto aos ameríndios.²⁴⁸

John Wesley começou a pensar que, no fundo do coração não era cristão por inteiro e, perturbado, voltou para casa.²⁴⁹

Charles, em Londres, tinha retomado o contato com a irmandade Moravia, que considerava inspirador. Em suas reuniões, Charles observava no grupo a tranquila certeza de estar em unidade com Deus. Em uma dessas reuniões na sua Aldersgate, Charles de repente se sentiu tomado pela mesma convicção.²⁵⁰

Na noite de 24 de maio de 1738, John participou “por acaso” de uma reunião semelhante. Lá ouviu a leitura do prefácio escrito por Martinho Lutero, para uma edição traduzida da epístola de São Paulo aos romanos. Lutero explicava que o verdadeiro cristão deve confiar no amor de Deus e não no próprio valor. A mensagem falou fundo na alma de John, recebendo um lampejo de iluminação. Ele percebeu pela primeira vez

²⁴⁵ BLAINEY, op. Cit. p.231

²⁴⁶ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 428.

²⁴⁷ BLAINEY, op. Cit. p. 231.

²⁴⁸ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 402.

²⁴⁹ BLAINEY, op. Cit. p. 232.

²⁵⁰ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 192.

que seus esforços não seriam suficientes para salvá-lo, e que deveria “confiar em Cristo, e somente em Cristo”.²⁵¹ Segundo John, sentiu o seu coração “estranhamente apaziguado”, e naquela noite representou um momento de transformação.

Na cidade de Bristol, em abril de 1739, John ouviu pela primeira vez um jovem evangelista chamado George Whitefield pregando ao ar livre. Com a influencia desse evangelista, ele passou também a pregar em espaços abertos.²⁵²

John se levantava às 4 horas e passava o dia lendo, pregando, orando ou conversando. No decorrer de um ano, talvez passasse mil horas cavalgando.

1.10.1. John Wesley

John Wesley, anglicano dedicado, pretendia renovar a igreja, e não criar outra. John esperava que seus seguidores frequentassem as igrejas locais nas manhãs de domingo e, daí a algumas horas participassem da reunião Wesleyana em uma residência ou em um espaço alugado.²⁵³

Recrutou ajudantes leigos como pregadores oficiais, que comandavam as reuniões semanais. Praticadas pela primeira vez em Bristol, por volta de 1742, e copiados em parte de uma estratégia dos Morávios. A quantidade ideal de participantes ficava entre 10 e 12, e ficou resolvido que seriam formados grupos separados de homens e mulheres. As reuniões, sempre em dias de semana à noite, começavam com um hino e com uma oração feita na hora. Em seguida, o líder comentava algum fato que o tivesse inspirado ou perturbado espiritualmente.²⁵⁴ Então, era a vez dos fiéis falarem e pedirem orações aos outros. Sobrava pouco tempo para timidez ou privacidade.

Com estas reuniões semanais, muitos discípulos de Wesley consideravam aquelas reuniões semanais a espinha dorsal de sua vida religiosa, e mais compensadora do que os serviços religiosos de domingo.

²⁵¹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 470.

²⁵² LINDBERG, op. Cit. p. 233.

²⁵³ LINDBERG, op. Cit. p.192.

²⁵⁴ LINDBERG, op. Cit. p.192.

Wesley confiava na capacidade de praticamente todas as pessoas amarem a Deus e a toda a humanidade, ele acreditava que o céu está aberto a todos que amarem a Deus e levarem uma vida proveitosa. Ele morreu em 1791, aos 88 anos de idade.²⁵⁵

1.10.2. Whitefield

George Whitefield mostrou a Wesley como pregar ao ar livre. Whitefield, era um pregador cativante. A voz representava seu recurso mais valioso, e suas palavras, pronunciadas lentamente, podiam ser ouvidas a longa distância.²⁵⁶

Em uma de suas pregações ao ar livre, foi calculado que havia 30 mil pessoas, pelo menos que o ouvia. Whitefield, nas suas pregações equilibrava com seu talento de ator e pregador e atraia multidões na América do Norte. Foi um despertador em uma cruzada que se estendeu na nova Escócia a Geórgia e além.²⁵⁷

Em setembro de 1770, com 55 anos, ele proferiu seu ultimo sermão, com duas horas de duração.²⁵⁸

1.10.3. Pregadores itinerantes

Em 1850, um em cada três “crentes” nos Estados Unidos era Metodista. Do início, a igreja se apoiou em pregadores itinerantes, que não se importavam em receber baixos salários. Cada pregador itinerante tinha seu cargo um pequeno distrito ou circuito; no decorrer de um mês, ele devia visitar todas as igrejas e todos os grupos de reunião dentro daquele limite.²⁵⁹

Em um século, a metodista era a maior igreja dos Estados Unidos e provavelmente a segunda na Inglaterra e no país de Gales, pela quantidade de fiéis

²⁵⁵ BLAINEY, op. Cit. p.234

²⁵⁶ BLAINEY, op. Cit. p.234 e 235

²⁵⁷ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 430.

²⁵⁸ BLAINEY, op. Cit. p.236

²⁵⁹ BLAINEY, op. Cit. p.235

presentes ao serviço de domingo. Na Austrália e na nova Zelândia a igreja ocupava o quarto lugar, e destacava-se em muitas outras regiões.²⁶⁰

1.10.3. Cruzada contra a escravidão

A maior parte das regiões do mundo adotou a escravidão.²⁶¹

Os Quakers foram o primeiro grupo religioso da Europa a condenar abertamente a escravidão, em 1774. Na conferência em Baltimore, a conferência metodista, repudiou a escravidão, fazendo um decreto para que os pregadores itinerantes não possuíssem escravos.²⁶²

Os escravos em sua maioria pagãos tornavam-se cristãos nos Estados Unidos. Em geral, eles preferiam integrar-se aos Batistas, metodistas ou a alguma outra Igrejas Protestantes em que se adotasse o novo estilo de culto que se expressava pelas batidas dos pés, pelas palmas, pelo balançar do corpo e pelos agitos espontâneos, aos quais o pregador respondia. Esse estilo era encontrado em congregações dos escravos e em igrejas independentes com pastores negros livres.²⁶³

Alguns anglicanos evangélicos e um grupo de Quakers, década de 1780, promoveram um movimento que, afinal aboliu a escravidão no império Britânico. Em 1787, o jovem William Wilberforce, lidera a Sociedade Abolicionista, na sua campanha no parlamento inglês.²⁶⁴ Assim, 20 anos, surgiu a lei que proibia o transporte de novos escravos para as índias ocidentais e outras colônias britânicas.²⁶⁵

Finalmente, em 1833, a escravidão foi abolida nas colônias britânicas, em um triunfo das igrejas protestantes, mais do que qualquer outro grupo. Em 1848, a França acabou com a escravidão em suas colônias. Portugal tinha banido a escravidão na maior parte das colônias. Em 1865, os Estados Unidos aboliram a escravidão definitivamente. No Brasil e em Cuba, a escravidão persistiu até a década de 1880.²⁶⁶

²⁶⁰ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 194.

²⁶¹ LINDBERG, op. Cit. p.194.

²⁶² CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 504.

²⁶³ BLAINEY, op. Cit. p.283

²⁶⁴ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 435.

²⁶⁵ BLAINEY, op. Cit. p.284

²⁶⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 203.

1.11. GUERRA E PAZ

Com as revoluções de 1917, os cristãos russos sofreram um grande golpe. Aliança da Igreja Ortodoxa russa com os Czares e do regime Czarista, anterior a revolução, fez com que Lenin, o primeiro líder revolucionário russo, que odiava os cristãos, começasse a perseguir a igreja, após assumir o poder.²⁶⁷ Em 1918, todos os seminários foram fechados, impedindo a formação de novos padres. Doutrinas menores de 18 anos com ensinamentos cristãos passou a ser crime. Muitos padres rebeldes foram presos ou mortos. Milhares de igrejas foram transformadas em museus, templos do ateísmo ou depósitos.²⁶⁸

1.11.1. Levantando bandeiras contra os cristãos

Uma avalanche de propaganda soviética se voltou contra o cristianismo. Em 1923, proibiu-se a comemoração da páscoa e do natal. Muitos padres foram enviados para campos de trabalho forçados no litoral do Mar Branco.²⁶⁹

Houve uma trégua em 1942, depois que a Alemanha invadiu a Rússia, com o desejo do governo soviético obter a unidade nacional, relaxou, na sua campanha contra o cristianismo.²⁷⁰

Quando terminou a segunda guerra mundial mensagens ateístas voltaram a ser retransmitidas por todo o país e para os novos países comunistas da Europa ocidental, inclusive Polônia, Hungria e Lituânia, onde os líderes católicos que não se submetesse ao regime eram acusados, humilhados publicamente ou presos.²⁷¹

²⁶⁷ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p. 488.

²⁶⁸ LINDBERG, op. Cit. p.203.

²⁶⁹ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.422.

²⁷⁰ GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971, p. 130.

²⁷¹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.

No início da década de 1920, o recém criado partido político de Hitler tornou-se o principal oponente do comunismo. No final de 1932, em meio a uma grave crise de desemprego, o partido de Hitler obteve 37% dos votos nas eleições nacionais, tornando-se o maior partido independente. Por apreciarem seu nacionalismo, muitos cristãos votaram nele, embora condenassem uma ambição excessiva.²⁷²

Após assumir total controle da Alemanha e fechar o parlamento, Hitler rompeu o acordo e demonstrou seu desprezo pela Igreja Católica. Em seguida, provocou a divisão dos protestantes incentivando os fiéis ao regime nazista a estabelecerem um ramo de luteranismo. Um grupo de luterano fundamentalistas rebelou-se contra Hitler, e pagou um alto preço por isso.²⁷³

Em apenas cinco anos na Alemanha o nazismo tinha substituído o cristianismo como credo dominante. Hitler com o nacionalismo as tradições e o idioma alemão, era o novo messias.²⁷⁴

Em 1922, na Itália, Benito Mussolini, outro ateu, tomava posse. Pragmático, permitiu que se ensinasse religião nas escolas italianas e aproximou-se do papa. Mas fez sérias restrições, fazendo do vaticano uma Cidade/Estado com política exterior própria.²⁷⁵

1.11.2. Sinais da unidade Cristã

Diante da crise de todas as igrejas, havia um desejo de que todos tivessem unidade entre si. Na década de 1920, surge a palavra grega “ecumenismo”. Esse termo havia sido empregado 15 vezes no novo testamento. Randall Davidson, arcebispo de Canterbury, em 1922 liderou um ataque ao ateísmo russo. Davidson organizou protestos que reuniram todas as denominações britânicas, além de católicos e judeus.²⁷⁶

Em 1921, um cardeal francês organizou uma conferencia com outros Cristãos, e em 1925 aconteceu em Estocolmo uma conferencia mundial de igrejas protestantes.

²⁷² GOLGH, op. Cit. p. 132.

²⁷³ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.509.

²⁷⁴ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 208.

²⁷⁵ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 433.

²⁷⁶ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 440.

Outros encontros se seguiram, mas o avanço era difícil, com a Europa religiosa e politicamente dividida.²⁷⁷

1.11.3. A Segunda Guerra Mundial e o Holocausto

A segunda Guerra Mundial iniciou em setembro de 1939, quando Hitler invadiu a Polônia. Em 1940, a maior parte da Europa ocidental estava ocupada, forças japonesas começaram a rápida conquista das colônias britânicas, francesas e holandesas do sudeste da Ásia. Neste período, os Estados Unidos entravam na guerra, depois de sofrerem os ataques aéreos dos japoneses a Pearl Harbor e às bases norte-americanas nas Filipinas. Tratava-se de uma guerra mundial, que perduraria até 1945.²⁷⁸

Hitler em 1941, que cultivava um ódio cruel pelos judeus, resolveu eliminá-los todos que vivam na Europa. Ele acreditava que os judeus eram os responsáveis pela derrota da Alemanha na primeira guerra mundial. Ao todo forma mais de 6 milhões de judeus foram mortos por Hitler na segunda guerra mundial.²⁷⁹

Os cristãos por sua vez, estavam conscientes de suas dívidas em relação aos judeus. As duas religiões tinham muito em comum. Nos 40 anos seguintes, e principalmente pelo surgimento de Israel, em 1948, cristãos e judeus estariam tão próximos como provavelmente nunca estiveram em qualquer outro tempo, desde o primeiro século que se seguiu à morte de Cristo.²⁸⁰

1.11.4. O mundo Encolhe

Com o surgimento de recursos de comunicação como: o cinema, rádio, gramofone, microfone, transmissão a cabo, satélite, televisão, internet, ajudaram a propagação da mensagem do cristianismo²⁸¹.

²⁷⁷ GOLGH, op. Cit. p. 134.

²⁷⁸ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 212.

²⁷⁹ LINDBERG, op. Cit. p. 212.

²⁸⁰ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 550.

²⁸¹ GOLGH, op. Cit. p. 136.

Com o primeiro avião verdadeiro, pregadores usaram este meio de transporte para pregar o evangelho em lugares distantes.²⁸²

Também favoreceu na aproximação de líderes protestantes, para a criação do Conselho Mundial de Igrejas, e por fim da Igreja Católica com o movimento ecumênico.²⁸³

1.11.5. Vaticano II

Com as mudanças drásticas, a Igreja Católica sentia necessidade de uma mudança urgente.²⁸⁴

Entre 1962 e 1965, houve o concílio Vaticano II, onde foram feitas mais mudanças do que em qualquer outra conferência, desde o concílio de Trento, quatro séculos antes.²⁸⁵

As mudanças que foram feitas: a) o latim foi substituído pela língua local ou nacional; b) na missa, o padre passou a ficar de frente para as pessoas; até então, ele ficava de costas para a assistência e de frente ao altar; c) foi admitido um novo tipo de música, com o som das guitarras e canções interpretadas por entusiásticos adolescentes; d) comer peixe em vez de comer carne toda sexta-feira – foi abandonado; e) a liberação do casamento entre católicos e protestantes.²⁸⁶

Após o encontro do concílio Vaticano II, formou-se uma comissão de religiosos leigos para discutir se casais católicos deveriam adotar métodos de controle de natalidade, já liberados pelos protestantes.²⁸⁷

O encontro do papa de Roma e o patriarca de Constantinopla ocorreu em Jerusalém, em 1964.²⁸⁸

²⁸² CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.458.

²⁸³ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.299.

²⁸⁴ BLAINEY, op. Cit. p.300.

²⁸⁵ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.560.

²⁸⁶ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 214.

²⁸⁷ LINDBERG, op. Cit. p. 214.

²⁸⁸ LINDBERG, op. Cit. p. 215.

1.14. DESAFIOS

Ninguém poderia prever o rápido declínio da Europa como coração do cristianismo. Um dado estatístico revela o surgimento de um novo mundo cristão: mais da metade das pessoas que receberam o batismo católico em 1999 vivia na América Latina e na África. No protestantismo, nota-se a mesma redução da importância do papel exercido pela Europa.²⁸⁹

1.12.1 O Movimento Pentecostal

O protestantismo, na América Latina começou a desafiar o catolicismo. Um grupo de jovens dinâmicos, estiveram no início do século 20, nos Estados Unidos, onde tiveram contato com o movimento pentecostal, que surgia em Los Angeles. Esses jovens tiveram experiências de receberem o Espírito Santo como os apóstolos em Jerusalém, no dia de pentecostes, levando-os a falar em línguas até então desconhecidas por eles.²⁹⁰

Em 1908, no porto do Valparaíso, foi inaugurada a maior metodista do Chile, com capacidade para mil pessoas. Willis Hoover, pastor daquela igreja, em uma visita aos Estados Unidos, quatro anos antes tinha conhecido o novo movimento pentecostal, que levou para o Chile.²⁹¹

Com o costume de todos orarem ao mesmo tempo em voz alta, criam que era obra do Espírito Santo. As pessoas começaram a falar em línguas que pareciam estranhas, e não apenas durante a oração, mas também no canto.²⁹² Meninos, meninas e mulheres normalmente tímidas “falavam com uma força impressionante”, quem estava por perto às vezes chorava ou tremia.²⁹³

Várias igrejas pentecostais foram fundadas no Chile. A espontaneidade e o vigor da oração, e da pregação e do canto atraíam os fiéis. Quando as pessoas migravam de

²⁸⁹ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p.640.

²⁹⁰ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.459.

²⁹¹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.563.

²⁹² CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.461.

²⁹³ BLAINEY, op. Cit. p.308.

regiões rurais para as cidades populosas e indiferentes, as igrejas pentecostais ofereciam orientação e solidariedade.²⁹⁴

O Brasil atraiu dezenas de pregadores pentecostais, principalmente pela Assembleia de Deus, uma denominação pentecostal que surgiu.²⁹⁵

Os cristãos brasileiros logo aceitaram o movimento pentecostal. A partir da década de 1960, as conversões aconteciam com uma frequência impressionante. Centenas de igrejas foram instaladas na sala de frente das casas, em lojas e cinemas desativados, pequenos depósitos e galpões para reparos mecânicos.²⁹⁶

Para os milhares de fiéis que se convenceram de que Cristo estava por perto todos os dias da semana, de manhã à noite. Os novos cristãos leigos, eram incentivados a ler a Bíblia e compartilhar com outros, aquilo que entendiam.²⁹⁷ Além de acreditarem nos relatos dos apóstolos como algo que pudesse reproduzir nas suas vidas. Chegaria um período em que o “sol escureceria”, e Cristo voltaria a reinar na Terra. Eles se sentiam parte de um dinâmico movimento de massa que conquistaria o mundo.²⁹⁸

1.12.2. Os jesuítas e a teologia da libertação

Na década de 1960, muitos católicos transmitiam a nova mensagem. Eles afirmavam que os pobres – a principal ocupação dos ensinamentos de Cristo – estavam negligenciados pela igreja. Em nome da “teologia de libertação”, eles perceberam na releitura das mensagens dos santos, descobrindo palavras esquecidas e significados ocultos.²⁹⁹ Muitos padres e professores católicos, liderados pelos jesuítas expressavam simpatia pelos negros pelos pobres, abrindo uma porta para os comunistas e também para os padres radicais. Padres se juntaram à guerrilha, “como sinal de verdadeiro amor Cristão”, segundo as palavras de um jesuíta.³⁰⁰

²⁹⁴ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.460.

²⁹⁵ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.314.

²⁹⁶ BLAINEY, op. Cit. p.314 e 315

²⁹⁷ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.566.

²⁹⁸ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 223.

²⁹⁹ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.462.

³⁰⁰ LINDBERG, op. Cit. p.224.

Em uma conferência realizada em Medellín, na Colômbia, bispos católicos acusaram as nações ricas do ocidente de roubarem as populações pobres, não alfabetizadas e doentes do terceiro mundo.³⁰¹ Eles apontavam como problemas da América latina a violência, as tensões sociais, as doenças, as grandes diferenças entre ricos e pobres, e a falta de direito de voto.³⁰² Com uma mistura de idéias marxistas e jesuítas, o relatório convoca o povo e suas igrejas a libertarem as nações.³⁰³

No ano de 1979, a revolução de Nicarágua foi alimentada por mensagens marxistas e liberalistas, quando o novo governo sandinista assumiu, padres e católicos ocuparam cinco ministérios de gabinete.³⁰⁴

O Brasil, na posição de país mais populoso da América Latina, em dias de se tornar a segunda maior nação cristã do mundo, assimilava a chave do sucesso de movimento, que era de: revolucionar constantemente a própria igreja, para que se torne cada vez mais evangélica.³⁰⁵

No final do século 20, a tradição católica de trabalhar abnegadamente em meio aos pobres floresceu, ao final do século 20. Madre Teresa de Calcutá estava entre seus abnegadores. Nascida nos Bálcãs e educada na Irlanda, ela fundou em 1950 “As Missionárias da Caridade”, para ajudar “os famintos, os despidos, os sem teto, os mutilados, os doentes, e quem quer que se sinta excluído, rejeitado, abandonado”.³⁰⁶ Durante seus últimos anos de vida, cerca de 4 mil freiras, além de um grupo menor de frades e leigos, espalhavam seu trabalho por muitas terras.³⁰⁷

Madre Teresa, nunca desejou ser reconhecida publicamente. Ela não se permitia receber os cumprimentos dispensados aos astros da mídia. Só aceitava beijos de seus doentes. Madre Teresa era uma raridade: alguém que seguira as palavras de Jesus, abrindo mão de tudo.³⁰⁸

³⁰¹ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.567.

³⁰² LINDBERG, op. Cit. p.224..

³⁰³ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.463.

³⁰⁴ BLAINEY, op. Cit. p.317.

³⁰⁵ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p.642.

³⁰⁶ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p.465.

³⁰⁷ BLAINEY, op. Cit. p.317.

³⁰⁸ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 226.

1.12.3. Um mosaico de crescimento e declínio religioso

Os cristãos viram a vitória comunista na China, como um desastre religioso. O país mais populoso do mundo deixaria de ser alcançado pelos novos e antigos missionários. Na década de 1960, os guardas vermelhos fecharam todas as igrejas cristãs, e muitos padres e pastores foram presos.³⁰⁹

Após a Revolução Cultural, chineses cristãos começaram a se reunir discretamente nas casas. No início da década de 1980, algumas congregações protestantes retornaram as reuniões, aproveitando antigos prédios de grandes igrejas³¹⁰.

Em 2002, o vaticano estimou que 8 milhões de chineses católicos rezavam “escondidos”, em vez de se arriscarem a rezar em público acredita-se que esteja ocorrendo aos poucos na China um despertar religioso, ao lado da recuperação econômica, e falam em 50 a 70 milhões de Cristãos, no mínimo.³¹¹

Na Índia, os cristãos respondem por pouco mais de 2% da população, mas o relativo fracasso da evangelização tem sido exagerado.³¹² O número de cristãos supera o número de budistas, em plena terra natal de Buda. Em três pequenos estados indianos, os cristãos são a maioria.³¹³

A Europa deixou de ser o coração da cristandade. Em 2010, metade dos bebês da Grã-Bretanha e França não eram batizados.³¹⁴

Na Europa Oriental, a maioria das pessoas não frequentava a igreja. Na Polônia, uma perfeita exceção, mais de 9 em cada 10 habitantes dizia ser cristão e frequentar a igreja. Na França e na Bélgica, cerca de 4 em cada 10 entrevistados afirmavam não ter religião, e na Holanda, Itália e Espanha, a proporção dos religiosos era mais alta. No ano de 2000, uma pesquisa feita na Itália apresentou o seguinte resultado: 92% das crianças eram batizadas no catolicismo, mas seus pais raramente iam à igreja.³¹⁵

³⁰⁹ LINDBERG, op. Cit. p.226.

³¹⁰ LINDBERG, op. Cit. p.227.

³¹¹ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.468.

³¹² SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.570.

³¹³ BLAINEY, op. Cit. p.319.

³¹⁴ CORBIN, Alain. **História do Cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 469.

³¹⁵ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 230.

Na década de 1950, nos estados unidos a religião floresceu, e John F. Kennedy, eleito em 1960, foi o primeiro presidente católico do país. As Assembléias de Deus, que pregava uma mensagem pentecostal – mais que triplicou o número de fiéis.³¹⁶

Ao fim do século XX, 9 de cada 10 norte-americanos acreditavam em Deus, e mais da metade dizia pertencer a um dos 200 grupos cristãos do país.³¹⁷

Conforme uma idéia muito difundida nos Estados Unidos, aquele era um país único, e o cristianismo representava um componente vital. Os americanos se orgulhavam de sua longa história de nação forte e independente, que poucas vezes precisou de aliados.³¹⁸ É quase como se vissem em Deus seu único aliado. Para eles a providência divina lhes reservou aquela terra enorme, rica e protegida dos perigos dos dois oceanos. A maioria dos americanos acreditava pertencer a uma nação “segura”, criada e guiada por Deus.³¹⁹

1.15. MAIS FAMOSOS DO QUE JESUS

Hoje o papa é uma pessoa mais influente do que em 1500. Naquela época sua influencia ficava restrita a Europa ocidental e à Ásia menor. Hoje, porém, é global, ele é o líder espiritual de uma população de católicos que multiplicou dezenas de vezes, desde o início do cristianismo, e o primeiro papa o Apóstolo Pedro.³²⁰

1.13.1. Um papa extraordinário

João Paulo II, nascido na polônia, de família humilde, foi operário de uma indústria química e estudante universitário, antes de entrar no seminário. Aos 38 anos de

³¹⁶LINDBERG, op. Cit. p. 230.

³¹⁷LINDBERG, op. Cit. p. 231..

³¹⁸HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p.472.

³¹⁹BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.320/321.

³²⁰LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p.231.

idade, era bispo sagrado, e já se destacava como estudioso e pensador. Daí a 20 anos, foi eleito papa. João Paulo II foi um papa mais influente da história da igreja.³²¹

João Paulo II, exerceu um importante papel na derrota do comunismo soviético e europeu. Posicionou-se contra a prosperidade sem precedentes, que desviava a atenção das questões religiosas do século XX, ele falava contra o materialismo. João Paulo II se opôs ao controle de natalidade e o aborto – em que as vítimas deixam de nascer.³²²

Seguiu as pregada de São Francisco de Assis, ao declarar que a igreja tinha um “amor preferencial pelos pobres”.³²³ Destacou os direitos da mulher, mas se manteve firme: mulheres não podiam exercer o sacerdócio.³²⁴

Alguns admiradores de João Paulo II se desapontaram por não atender ao escândalo causado pelas acusações de que padres teriam abusado sexualmente de meninos³²⁵.

O papa João Paulo II, modificou a teologia da igreja, deixou de dar ênfase no purgatório e no inferno, para enfatizar a importância do amor. Uma das suas mensagens sutis foi esta: os santos, tal como os seres humanos, tem suas falhas.³²⁶

João Paulo II viajou a terras estrangeiras e falou a multidões. A antiga idéia das peregrinações sofreu uma reviravolta. Durante séculos os cristãos peregrinavam a Roma para ver o papa; e então, o papa peregrino visitava seu rebanho em terras distantes.³²⁷

1.13.2. Ateístas e cientistas levantam barreiras

No mundo ocidental, no século XXI, houve uma intensificação das atividades e da militância dos ateístas.³²⁸

Os ateístas afirmavam que quando houver mais conhecimento, os princípios da ciência substituiriam o cristianismo. Esses cientistas em geral são otimistas quanto à

³²¹ LINDBERG, op. Cit. p.231.

³²² HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 473.

³²³ LINDBERG, op. Cit. p.232.

³²⁴ SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.574.

³²⁵ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012, p.323.

³²⁶ CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 470.

³²⁷ BLAINEY, op. Cit. p.324.

³²⁸ CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 648.

natureza humana, e prevêm que o mundo vai se tornar cada vez melhor.³²⁹ Em 2010, o professor Stephen Hawking, um dos cientistas mais bem concentrados do mundo, explicou que “a raça humana vem melhorando tão rapidamente em matéria de conhecimento e tecnologia, que se as pessoas estivessem aqui há milhões de anos, a humanidade já teria chegado a muito mais longe, em sabedoria. Segundo ele, a humanidade só precisa de tempo para realizar seu enorme potencial.³³⁰ Segundo Hawking o mundo está complicado pelo fato de não utilizarmos de maneira adequada nossa capacidade de raciocínio. “Felizmente vamos melhorar muito”, ele afirma. “porque estamos perto de compreender as leis que governam o universo e que nos governam”.³³¹

Um otimismo semelhante acontecia os círculos mais intelectualizados, em 1900. Não previam duas guerras tão devastadoras – pois razão e progresso estavam em toda parte. As duas guerras destruíram as previsões.³³² O pior que não previam, era que ciência e tecnologia estiveram como nunca a serviço da guerra. Além disso, duas ideologias contrárias ao cristianismo – o comunismo soviético e o fascismo alemão – demonstraram dar pouca importância à vida humana, em especial às vidas dos adversários civis.³³³

De um lado estão os muitos cientistas e secularistas, que são otimistas acerca da natureza humana, e por isso, acreditaram no progresso do ser humano. Do outro lado está a tradição cristã, que combina otimismo e pessimismo.³³⁴ Ali se acredita que o mal, tal como o bem, faz parte da natureza humana. Assim, os cristãos que seguiam esta tendência se abateram menos com as calamidades ocorridas no século XX.³³⁵

³²⁹ CAIRNS, Earle. op. Cit. p.648.

³³⁰ HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009, p. 479.

³³¹ BLAINEY, op. Cit. p.325.

³³² CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 655.

³³³ LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008, p. 233.

³³⁴ LINDBERG, op. Cit. p.234

³³⁵ LINDBERG, op. Cit. p.234.

2. EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

2.1. DAS NOMENCLATURAS

É de grande relevância apresentar as expressões usadas pela doutrina para fazer menção aos direitos humanos: “direitos fundamentais”, “direitos naturais”, “direitos do homem”, “direitos individuais”, “direitos humanos fundamentais”, “liberdades públicas”, entre outras.³³⁶

Ricardo Lobo Torres assevera que: “os direitos fundamentais ou direitos humanos, direitos civis, direitos da liberdade, direitos individuais. Liberdades públicas formas diferentes de expressar a mesma realidade”.³³⁷

Para Alberto Nogueira, o emprego dessas expressões como sinônimas é incorreto e elas possuem unicamente um núcleo comum, que é a liberdade: “As expressões Direitos do Homem, Direitos Fundamentais e Liberdades Públicas têm sido, equivocadamente, usadas indistintamente como sinônimos. Em verdade, guardam, entre si, de rigor, apenas um núcleo comum a liberdade”.³³⁸

Já para Celso Bastos, a terminologia liberdades públicas, direitos humanos ou individuais são as prerrogativas do indivíduo em face do Estado. Bastos destaca que as liberdades públicas serão componentes mínimos do Estado Constitucional ou do Estado de Direito: “O exercício dos seus poderes soberanos não vai ao ponto de ignorar que há limites para a sua atividade além dos quais se invade a esfera jurídica do cidadão. Há como que uma repartição da tutela que a ordem jurídica oferece: de um lado ela garante o Estado com instrumentos necessários à sua ação, e de outro protege uma área de interesses do indivíduo contra qualquer intromissão ou aparato oficial”.³³⁹

Para José Afonso da Silva a terminologia liberdades públicas “trata-se de uma concepção de liberdade no sentido negativo, porque se opõe, nega, à autoridade. Outra teoria, no entanto, procura dar-lhe sentido positivo: é livre quem participa da autoridade ou do poder. Ambas têm o defeito de definir a liberdade em função da autoridade. Liberdade opõe-se a autoritarismo, à deformação da autoridade; não, porém, à

³³⁶ GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013, p.32.

³³⁷ TORRES, Ricardo Lobo. **Teoria dos direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 254.

³³⁸ NOGUEIRA, Alberto. **A reconstrução dos direitos humanos da tributação**. Rio de Janeiro: renovar, 1997, p.11.

³³⁹ BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e ciência política**. São Paulo: Saraiva, 1995, p.139.

autoridade legítima”.³⁴⁰ Na visão de Ada Pellegrini Grinover, “Todas as liberdades são públicas, porque a obrigação de respeitá-las é imposta pelo Estado e pressupõe sua intervenção. O que torna pública uma liberdade (qualquer que seja o seu objeto) é a intervenção do poder, através da consagração do direito positivo; estabelecendo, assegurando, regulamentando as liberdades, o Estado as transforma em poderes de autodeterminação, consagrados pelo direito positivo”.³⁴¹

Carlos Alberto Bittar sobre as terminologias e sua sistematização ensina:

Autores há que tentam estabelecer distinção entre esses conceitos, mas sempre apontando a extrema dificuldade de sistematização, que a complexidade do tema e a sua estruturação ainda recente oferecem. Assim têm sido apresentadas diversas conceituações em que os escritores examinam a questão sob aspectos vários, adotando cada um, em seu contexto, diferentes direitos. (...) As liberdades públicas distanciam-se dos direitos do homem, com respeito ao plano, pois, conforme se expõe, os direitos inatos ou direitos naturais situam-se acima do direito positivo e em sua base. São direitos inerentes ao homem, que o Estado deve respeitar e, através do direito positivo, reconhecer e proteger. Mas esses direitos persistem, mesmo não contemplados pela legislação, em face da noção transcendente da natureza humana. Já por liberdades públicas se entendem os direitos reconhecidos e ordenados pelo legislador: portanto, aqueles que, com o reconhecimento do Estado, passam do direito natural para o plano positivo.³⁴²

A primeira terminologia que surgiu foi a dos direitos do homem, a qual remonta a época do jusnaturalismo, sendo certo que também foi utilizada na Revolução Francesa, ao entender que bastava ser homem para possuir direitos e poder usufruí-los. Entretanto, tal terminologia sofreu várias críticas devido à expressão “homem”, tendo em vista que tais direitos não eram apenas inerentes as pessoas do sexo masculino, mas, sim, a qualquer pessoa humana.

Ada Pellegrini Grinover estabelece a distinção entre as terminologias: “direitos do homem” e “liberdades públicas”; sustentando que seus conceitos estão em planos diversos. Para melhor compreensão é de salutar importância transcrever os ensinamentos de Grinover:

³⁴⁰ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p.226.

³⁴¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Liberdades públicas e processo penal**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982, p.7.

³⁴² BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.22.

O plano é diverso, porque os direitos do homem indicam conceito jusnaturalista, enquanto as liberdades públicas representam um reconhecimento dos direitos do homem, através do direito positivo. Os direitos do homem constituem conceito que prescinde do reconhecimento e proteção do direito positivo, existindo ainda que a legislação não estabeleça nem os assegure. As liberdades públicas, bem pelo contrário, são direitos do homem que o Estado, através de sua consagração, transferiu do direito natural ao direito positivo. (...) Também diverso é o conteúdo das liberdades públicas e dos direitos do homem: a partir do século XVIII, os direitos do homem passaram por uma evolução que fez com que as liberdades em sentido estrito (negativas) fossem paulatinamente se ampliando, para também abrangerem direitos e prestações positivas. Tais direitos não constituem liberdades *stricto sensu*. Assim sendo, nem todo os direitos do homem, ainda que reconhecidos pelo direito positivo, são suscetíveis de fundamentar uma liberdade pública *stricto sensu*.³⁴³

Paulo Bonavides adverte que a expressão “liberdades públicas” pode ser associada aos “direitos fundamentais, e dentre estes o que a doutrina chama de direitos da liberdade: “Os direitos de primeira geração ou direitos da liberdade têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa e ostenta uma subjetividade que é o seu traço mais característico; enfim são direitos da resistência ou de oposição perante o Estado”.³⁴⁴

Há de ressaltar que o termo “direito fundamental” surge na França, no século XVIII, e decorre de um grande processo de natureza política e cultural que conduziu na Declaração do Direitos do Homem e da Cidadania de 1778.³⁴⁵

José Afonso da Silva entende que a expressão mais adequada seria “direitos fundamentais do homem”, conforme ensina:

Além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, no nível do direito positivo, aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualitativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos,

³⁴³ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Liberdades públicas e processo penal**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982, p.7.

³⁴⁴ BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 517.

³⁴⁵ GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013, p.38.

mas concreta e materialmente efetivados. Do homem, não como o macho da espécie, mas no sentido de pessoa humana.³⁴⁶

Por fim, cumpre ressaltar os ensinamentos de Sidney Guerra:

Levando em consideração os aspectos relativos ao tempo e ao espaço é que se costuma adotar as expressões “direitos humanos” para estudo consagrados no plano internacional ou universal e “direitos fundamentais” no plano interno ou estatal. De toda sorte, os direitos da pessoa humana (consagrados no plano internacional e interno) têm por escopo resguardar a dignidade e condições de vida minimamente adequadas do indivíduo, bem como proibir excessos que porventura sejam cometidos por parte do Estado ou de particulares.³⁴⁷

Dessa maneira, para o desenvolvimento do presente estudo adotaremos a concepção de que os direitos do homem passaram a ser chamados de direitos fundamentais, os quais se ocupam do plano constitucional e visam assegurar e proteger os direitos inerentes a cada ser humano para que possam usufruir de uma vida digna. Ao passo que o termo “direitos humanos” é utilizado para a proteção dos direitos individuais da pessoa humana com amplitude internacional.

2.2. DAS GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

A doutrina, dentre vários critérios costuma a classificar os direitos fundamentais em gerações ou dimensões de direitos, baseando-se na ordem histórica cronológica em que passaram a ser constitucionalmente reconhecidos.³⁴⁸

A doutrina apresenta como o primeiro teorizador das gerações dos direitos humanos o jurista tcheco-francês Karel Vasak, em Estrasburgo em 1979, em uma conferência do Instituto Internacional de Direitos Humanos. [Karel Vasak](#) propôs uma classificação dos direitos humanos em gerações, inspirado no lema da [Revolução Francesa](#), a saber liberdade, igualdade e fraternidade. Assim nos ensinamentos de Karel Vasak os direitos humanos de primeira geração seriam os direitos de liberdade, compreendendo os direitos civis, políticos e as liberdades clássicas. Os direitos

³⁴⁶ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p.176.

³⁴⁷ GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013, p.41.

³⁴⁸ MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, 34.

humanos de segunda geração ou direitos de igualdade, constituiriam os direitos econômicos, sociais e culturais. Já como direitos humanos de terceira geração, chamados direitos de fraternidade, estariam o direito ao meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, progresso, paz, autodeterminação dos povos e outros direitos difusos.³⁴⁹

Os direitos humanos de primeira geração possuem como documentos históricos, conforme Pedro Lenza ensina: (séculos XVII, XVIII e XIX): (1) Magna Carta de 1215, assinada pelo rei “João Sem Terra”; (2) Paz de Westfália (1688); (3) Habeas Corpus Act (1679); (4) Bill of Rights (1688); (5) Declaração Americana (1776); (6) Declaração Francesa (1789). Os direitos de primeira geração dizem respeito às liberdades públicas e aos direitos políticos, ou seja, direitos civis e políticos a traduzirem o valor de liberdade³⁵⁰.

Assim, os direitos de primeira geração, ou nos dizeres de Alexandre de Moraes os direitos fundamentais de primeira geração são os direitos e garantias individuais e políticos clássicos (liberdades públicas), surgindo, ao entender do Moraes, a partir da Magna Carta em 1215.³⁵¹

Os direitos humanos de segunda geração são impulsionados pela Revolução Francesa, a partir do século XIX. Nesse sentido, em decorrência das péssimas situações de trabalho, eclodem movimentos como o cartista – Inglaterra e a Comuna de Paris (1848), na busca de reivindicações trabalhistas e normas de assistência social. O início do século XX é marcado pela 1ª Grande Guerra e pela fixação de direitos sociais. Isto fica evidenciado, dentre outros documentos, pela Constituição de Weimar, de 1919 (Alemanha), e pelo tratado de Versalhes, também de 1919, com a Criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Portanto, os direitos humanos, ditos de segunda geração, privilegiam os direitos sociais, culturais e econômicos, correspondendo aos direitos de igualdade.³⁵²

Assim, os direitos de segunda geração, ou nos dizeres de Alexandre de Moraes os direitos fundamentais de segunda geração são os direitos sociais, econômicos e culturais, surgidos no início do século³⁵³. Themistocles Brandão Cavalcanti ensina:

³⁴⁹ GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013, p.57.

³⁵⁰ LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 11ª ed. São Paulo: Método, 2007, p.694.

³⁵¹ MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, 34.

³⁵² LENZA, op. Cit., p.694.

³⁵³ MORAES, op. Cit., p.34.

O começo do nosso século viu a inclusão de uma nova categoria de direitos nas declarações e, ainda mais recentemente, nos princípios garantidores da liberdade das nações e das normas da convivência internacional. Entre os direitos chamados sociais, incluem-se aqueles relacionados com o trabalho, o seguro social, a subsidiariedade, o amparo à doença, à velhice etc.³⁵⁴

Os direitos humanos de terceira geração são marcados pela alteração da sociedade, por profundas mudanças na comunidade internacional (sociedade de massa, crescente desenvolvimento tecnológico e científico), as relações econômico-sociais se alteram profundamente. Novos problemas e preocupações mundiais surgem, tais como a necessidade noção de preservacionismo ambiental e as dificuldades para a proteção dos consumidores, só para lembrar aqui dos candentes temas. O ser humano é inserido em uma coletividade e passa a ter direitos de solidariedade.³⁵⁵

Sobre os direitos de terceira geração, Bobbio ensina:

Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído.³⁵⁶

Assim, os direitos de terceira geração, ou nos dizeres de Alexandre de Moraes os direitos fundamentais de terceira geração, os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à auto determinação dos povos e a outros direitos difusos.³⁵⁷

Sobre os direitos de primeira, segunda e terceira geração, é de bom alvitre lembra a comparação que se faz com os ideias da Revolução Francesa. Manoel Gonçalves Filho ensina:

³⁵⁴ CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **A Constituição Federal Comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 1948, p. 34.

³⁵⁵LENZA, op. Cit., p.694.

³⁵⁶BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campus, 1992, p.6.

³⁵⁷ MORAES, op. Cit., p.35.

(...) a primeira geração seria a dos direitos de liberdade, a segunda, dos direitos de igualdade, a terceira, assim, completaria o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.³⁵⁸

Direitos Humanos de quarta geração: segundo orientação de Norberto Bobbio, referida geração de direitos decorreria dos avanços no campo da engenharia genética, ao colocarem em risco a própria existência humana, através da manipulação do patrimônio genético.³⁵⁹ Segundo Bobbio:

(...) já se apresentam novas exigências que só poderiam chamar-se de direitos de quarta geração, referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo.³⁶⁰

Por fim, é salutar ressaltar o entendimento de [Paulo Bonavides](#), o qual defende que o direito à paz, que segundo Karel Vasak seria um direito de terceira geração, merece uma maior visibilidade, motivo pelo qual constituiria a quinta geração de direitos humanos.³⁶¹

2.3. FONTES HISTÓRICAS DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS

A ideia de direitos humanos ganhou importância ao longo da história, tendo em vista que seus pressupostos e princípios têm como finalidade a observância e proteção da dignidade da pessoa humana de maneira universal. Assim, as fontes históricas relevantes para a compreensão do tema serão apresentados de forma sucinta no presente trabalho. Há de ressaltar a pregação de Jesus, a valorização da vida, a igualdade estabelecida pelo Apóstolo Paulo, a Igreja Católica e a reforma protestante, como fontes inspiradoras da evolução dos direitos humanos universais.

³⁵⁸ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1995, p.57.

³⁵⁹ LENZA, op. Cit., p.695.

³⁶⁰ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campus, 1992, p.6.

³⁶¹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 474.

Parte-se do período axial³⁶², no qual K. Jaspers analisou o nascimento espiritual do ser humano, ensinando o que segue:

(...) se situaria no ponto de nascimento espiritual do homem, onde se realizou de maneira convincente, tanto para o Ocidente como para a Ásia e para toda a humanidade em geral, para além dos diversos credos particulares, o mais rico desabrochar do ser humano; estaria onde esse desabrochar da qualidade humana, sem se impor como uma evidência empírica; seria, não obstante, admitido de acordo com um exame dos dados concretos; ter-se-ia encontrado para todos os povos um quadro comum, permitindo a cada um melhor compreender sua realidade histórica. Ora este eixo da história nos parece situar-se entre 500 a.C. no desenvolvimento espiritual que aconteceu entre 800 e 200 anos antes de nossa era. É aí que se distingue a mais marcante cesura na história. É então que surgiu o homem com o qual convivemos ainda hoje. Chamamos breve essa época de período axial.³⁶³

E foi no período axial que foram instituídos os grandes princípios e diretrizes fundamentais de vida presentes até hoje³⁶⁴, no qual o indivíduo ousa exercer a sua faculdade crítica racional da realidade devido à substituição do saber mitológico da tradição pelo saber lógico da razão e as religiões tornaram-se mais éticas e menos

362 O filósofo alemão [Karl Jaspers](#) definiu a **Era Axial** (período que decorre entre o ano [800 a.C.](#) e o ano [200 a.C.](#)) como a linha divisória mais profunda da [História da humanidade](#), durante a qual apareceu a mesma linha de pensamento em três regiões do mundo: a [China](#), a [Índia](#) e o [Ocidente](#). Após a Era Axial, as diferentes regiões da [Terra](#) não voltaram a ter o mesmo [paralelismo](#). Segundo Jaspers, o Homem como o conhecemos hoje nasceu nesta época, mas para este fenómeno ainda não se consegue encontrar nenhuma explicação, nem nenhum dado comprova uma interligação entre os [Povos mediterrâneos](#), a [Índia](#) e a [China](#) neste período. Características da Era Axial: a) O Homem torna-se consciente de si mesmo e das suas limitações. O seu anseio é a salvação pessoal. b) Procura conseguir essa salvação através da reflexão. Pela primeira vez na História, os filósofos surgem em público. Nasce conflitos filosóficos, da ânsia de convencer os demais. Tudo acaba na discussão, na ruptura e, finalmente, o caos; c) Deste caos nascem todas as correntes actuais do pensamento. d) As opiniões, o modo de agir e os costumes do Homem são postos em causa e, ao longo do tempo, mudam.

Todas estas características aparecem sob as mesmas circunstâncias sociológicas: a China, a Índia e o Ocidente, constituídos cada um deles por pequenos Estados, envolvem-se em lutas intermináveis. Os estudantes vão de cidade em cidade trocando ideias. Estes estudantes eram os homens sábios da [religião](#) e da filosofia. Na China, [confucionismo](#), taoísmo, as escolas de [Mó-ti](#), [Chuang-tse](#), [Leh-tsu](#), entre outros. Na Índia, [bramanismo](#), [budismo](#). No Ocidente, o [zoroastrismo](#), os profetas do [judaísmo](#) como Elías, Isaías, Jeremias e, na [Grécia](#), o sofismo, a [filosofia](#) de Parménides, [Heráclito](#) e [Platão](#), as tragédias de [Tucídides](#) e Arquímedes. Todas estas correntes surgiram de maneira quase simultânea durante este período, com tudo o que delas resultou para o futuro do Homem -, sem que nenhuma tivesse contacto com as outras. CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 47.

³⁶³ LIBANIO. João Batista. **Theologia: a religião do início do milênio**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 163.

³⁶⁴ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed., rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 9.

rituais, como foi o caso do judaísmo que deu origem ao cristianismo. O ser humano passa a ser considerado como ser dotado de liberdade.³⁶⁵

Levando em consideração o caráter único e insubstituível de cada ser humano, portador de um valor próprio, que veio demonstrar que a dignidade da pessoa existe singularmente em todo indivíduo³⁶⁶, Celso Lafer afirma que “o individualismo é parte integrante da lógica da modernidade, pois o mundo não é um cosmos – um sistema ordenado – mas sim um agregado de individualidades isoladas que são a base da realidade”.³⁶⁷

E ainda, ao longo da história, diversos documentos contribuíram para a concretização dos direitos humanos como antecedentes das declarações positivas de direitos. Porém, esses documentos não eram cartas de liberdade do homem comum, mas sim, contratos feudais escritos nos quais o rei comprometia-se a respeitar os direitos de seus vassalos. Portanto, não afirmavam direitos humanos, mas direitos de estamentos.³⁶⁸ A Igreja Católica, principal representante do cristianismo, teve grande influência na transição da escravidão para a servidão.³⁶⁹

Podemos vislumbrar, na doutrina Cristã, o passo inicial para a edificação de uma ideia de sujeito como pessoa e, portanto de especial dignidade. As Escrituras revelam no homem a imagem e semelhança do próprio Deus, o que nos concede liberdade e inteligência, distinguindo-nos dos demais seres que compõem a natureza.³⁷⁰

Em estudo sobre o enfoque da Doutrina Social da Igreja relativo ao princípio da dignidade, Cleber Francisco Alves relata que o pecado surgiria justamente no momento em que o homem não correspondesse à convocação do Criador, renegando a dignidade que lhe fora atribuída. Na perspectiva judaico-cristã, tais momentos de aviltamento e perversão marcaram os grandes desastres da humanidade.³⁷¹

Foi em São Tomás de Aquino (1225-1274) que ocorreu a transmissão da obra de Aristóteles ao serviço de uma síntese teológica. A concepção de São Tomás enfatiza a

³⁶⁵ COMPARATO, op. Cit. p. 10-11.

³⁶⁶ COMPARATO, op. Cit. 31.

³⁶⁷ LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981. p. 120.

³⁶⁸ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed., rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 40.

³⁶⁹ ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de legislação social: direito do trabalho**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 4-5.

³⁷⁰ ROSENVALD, op. Cit. p.1.

³⁷¹ ALVES, Francisco Cleber. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: o enfoque da doutrina social da igreja**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p.19.

pessoa como uma “impressão da ciência de Deus”, com inerente dignidade em sua alma. O domínio universal humano da razão torna a existência divina evidente em virtude do nosso raciocínio. Há um conhecimento análogo que nos permite ver no espelho das coisas as perfeições divinas. Isto converte a pessoa em um fim em si mesmo, impedindo a sua instrumentalização.³⁷²

Não é possível ignorar o discurso de Giovanni Pico della Mirandola. Em um texto de 1486, que mais tarde ficou conhecido com o título de *Hominis dignitate*, o Conde de Concórdia lança bases da dignidade da pessoa humana. Se até então a dignidade era apreciada em função de uma concessão do Criador, o contributo de Picco della Mirandola consistiu em acrescentar o elemento da racionalidade do homem e da consciência de sua liberdade voltada para a ação ética. Portanto, penetra no campo ontológico, considerando que a vontade humana está orientada para o bem e o homem digno está condenado a escolher, está condenado à liberdade.³⁷³

No sentido moderno, o nascimento da lei escrita cria uma regra geral e uniforme que diz que todos os indivíduos que vivem numa sociedade organizada ficam sujeitos a ela.³⁷⁴ Portanto, somente com a positivação das teorias filosóficas de direitos humanos, enquanto limitação ao poder estatal, é que se pode falar em direitos humanos, enquanto direitos positivos e efetivos.³⁷⁵

Com o advento da modernidade surgem outras concepções de pessoa, e consequentemente de direitos humanos e de direitos fundamentais³⁷⁶. E a partir do ano de 1776 dois fatores propiciaram a consagração dos direitos humanos e direitos fundamentais em textos escritos: as teorias contratualistas e a laicidade do direito natural.³⁷⁷

PÉREZ-LUÑO, ensina que:

são ingredientes básicos na formação histórica da idéia dos direitos humanos duas direções doutrinárias que alcançam seu apogeu no clima da Ilustração: o jusnaturalismo racionalista e o contratualismo. O primeiro, ao postular que todos os seres humanos desde sua própria

³⁷² MARITAIN, Jacques. **Introdução geral à filosofia**. Trad. de Ilza das Neves. 18. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p.164.

³⁷³ ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 2.

³⁷⁴ COMPARATO, op. Cit. 10-11

³⁷⁵ GUIMARÃES, Marco Antônio. **Fundamentação dos direitos humanos: relativismo ou universalismo?** In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). *Direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2006. p. 56.

³⁷⁶ FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 36.

³⁷⁷ FACHIN, op. Cit. p. 37.

natureza possuem direitos naturais que emanam de sua racionalidade, como um traço comum a todos os homens, e que esses direitos devem ser reconhecidos pelo poder político através do direito positivo. Por sua vez, o contratualismo, tese cujos antecedentes remotos podemos situar na sofística e que alcança ampla difusão no século XVIII, sustenta que as normas jurídicas e as instituições políticas não podem conceber-se como o produto do arbítrio dos governantes, senão como resultado do consenso da vontade popular.³⁷⁸

E foi nesse contexto histórico com o desenvolvimento laico do pensamento jusnaturalista, nos séculos XVII e XVIII que as idéias acerca da dignidade da pessoa humana começam a ganhar importância, especialmente pelos pensamentos de Samuel Pufendorf e Immanuel Kant.³⁷⁹

Kant nasceu, viveu e morreu em Königsberg (atual Kaliningrado), na altura pertencente à Prússia. Foi o quarto dos nove filhos de Johann Georg Kant, um artesão fabricante de correias (componente das carroças de então) e da mulher Regina. Nascido numa família protestante (Luterana), teve uma educação austera numa escola pietista, que frequentou graças à intervenção de um pastor. Ele próprio foi um cristão devoto por toda a sua vida³⁸⁰. Para Kant:

a dignidade da pessoa humana não consiste apenas no fato de ser ela, diferentemente das coisas, um ser considerado e tratado, em sim mesmo, como um fim em si e nunca como um meio para a consecução de determinado resultado. Ela resulta também do fato de que, pela sua vontade racional, só a pessoa vive em condições de autonomia, isto é, como ser capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita.³⁸¹

Portanto, para esse doutrinador, que foi cristão a vida inteira, o homem não pode ser utilizado como meio para obter determinados fins, tendo em vista que esse possui um valor intrínseco caracterizado pela sua dignidade, o qual não admite ser substituído por quaisquer equivalentes.³⁸²

³⁷⁸ PÉREZ-LUÑO, Antonio Enrique. **La universidad de los derechos humanos y el Estado Constitucional**. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2002. p. 23.

³⁷⁹ FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 48.

³⁸⁰ BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. 1º ed. Fundamento Educacional. 2012. p.182.

³⁸¹ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed., rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 21.

³⁸² PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 49.

Dessa maneira, as teorizações de Kant tiveram, e ainda têm grande importância no processo de evolução dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, pois a filosofia jurídica da segunda metade do século XX, a partir da premissa de que o homem possui um valor intrínseco, abre-se para a seara axiológica. Assim, a percepção axiológica intitulou os direitos humanos e os direitos fundamentais a principais valores do ordenamento jurídico e da convivência humana.³⁸³

É importante salientar que tanto o pensamento de Kant quanto todas as outras concepções que sustentam ser a dignidade atributo exclusivo da pessoa humana, podem estar sujeitas à crítica de um excessivo antropocentrismo, pois tais posicionamentos colocam a pessoa em lugar privilegiado em relação aos demais seres vivos, tendo em vista sua racionalidade.³⁸⁴

A passagem do Estado absoluto ao Estado liberal da modernidade se preocupou em estabelecer limites ao exercício do poder político. Nesse sentido, o filósofo John Locke, ao final do século XVIII, estava preocupado em defender os interesses individuais em face dos abusos governamentais, sendo ele considerado, portanto, o precursor no reconhecimento de direitos naturais e inalienáveis do homem.³⁸⁵ Portanto, o indivíduo possui direitos, bem como valor em si mesmo, estando em primeiro lugar em relação ao Estado.

Os direitos humanos deixam de ser exclusivos das elites, mas sob a denominação de direitos do homem, conforme explica ALMEIDA, na leitura de Melina Girardi FACHIN, “são uma conquista de uma classe emergente como dona do poder econômico e que se torna dona também do poder político”.³⁸⁶

Acrescenta PÉREZ-LUÑO que:

(...) o traço básico que marca a origem dos direitos humanos na modernidade é precisamente seu caráter universal; o de serem faculdades que deve reconhecer-se a todos os homens sem exclusão. Convém insistir neste aspecto, porque direitos, em sua acepção de *status* ou situações jurídicas ativas de liberdade, poder, pretensão ou imunidade existiram desde as culturas mais remotas, porém como atributo de apenas alguns membros da comunidade (...). Pois bem, resulta evidente que a partir do momento no qual podem-se postular

³⁸³ PIOVESAN, op. Cit. p. 51.

³⁸⁴ SARLET, Ingo **Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 3. ed., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2004. p. 34.

³⁸⁵ SARLET, op. Cit. p. 44-45.

³⁸⁶ FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância.** Rio de Janeiro: Renovar, 2009, P. 58.

direitos de todas as pessoas é possível falar em direitos humanos. Nas fases anteriores poder-se-ia falar de direitos de príncipes, de etnias, de estamentos, ou de grupos, mas não de direitos humanos como faculdades jurídicas de titularidade universal. O grande invento jurídico-político da modernidade reside, precisamente, em haver ampliado a titularidade das posições jurídicas ativas, ou seja, dos direitos a todos os homens, e em consequência, ter formulado o conceito de direitos humanos.³⁸⁷

Segundo Norberto Bobbio, “os direitos humanos nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares (quando cada Constituição incorpora Declaração de Direitos) para finalmente encontrar a plena realização como direitos positivos universais”.³⁸⁸

Os direitos chamados sociais, principalmente os referentes às questões de trabalho, somente apareceram no segundo período da Revolução Francesa, porém a ótica que predomina até o início do século XX era a individualista dos direitos humanos e dos direitos fundamentais.³⁸⁹

Dessa maneira, grande parte da população não sofreu consequências práticas decorrentes desses direitos, haja vista o pensamento individualista, portanto, foi necessária a intervenção do Estado para que tais direitos pudessem ser concretizados, e assim ir à busca da realização da justiça social. Assim, fica caracterizada a transição de Estado Liberal para o Estado Social, ou seja, a passagem da dita primeira à segunda geração de direitos.³⁹⁰ Ou melhor, a passagem dos direitos chamados de 1ª. geração (civis e políticos), caracterizados por uma atuação negativa do Estado, para os direitos de 2ª. geração (econômicos, sociais e culturais), sendo esses vinculados à atuação estatal positiva, pois se faz necessário a intervenção do Estado para que tais direitos se concretizem.

Entretanto, para que tais direitos alcançassem consequência universal foi necessário um discurso internacional dos direitos humanos com a finalidade de assegurar a todos o direito a ter direitos.³⁹¹ E ainda, somente a partir do pós-guerra é que podemos falar em movimento de internacionalização dos direitos humanos, como será a seguir demonstrado.

³⁸⁷ PÉREZ-LUÑO, Antonio Enrique. **La universidad de los derechos humanos y el Estado Constitucional**. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2002. p. 24-25.

³⁸⁸ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 30.

³⁸⁹ SARLET, op. Cit. p. 52-53.

³⁹⁰ SARLET, op. Cit. p. 52-53.

³⁹¹ SARLET, op. Cit. p. 57.

Hitler em 1941, que cultivava um ódio cruel pelos judeus, resolveu eliminá-los todos que vivam na Europa. Ele acreditava que os judeus eram os responsáveis pela derrota da Alemanha na primeira guerra mundial. Ao todo mais de 6 milhões de judeus foram mortos por Hitler na segunda guerra mundial.³⁹²

Os cristãos por sua vez, estavam conscientes de suas dívidas em relação aos judeus. As duas religiões tinham muito em comum. Nos 40 anos seguintes, e principalmente pelo surgimento de Israel, em 1948, cristãos e judeus estariam tão próximos como provavelmente nunca estiveram em qualquer outro tempo, desde o primeiro século que se seguiu à morte de Cristo.³⁹³

Assim, diante das atrocidades cometidas durante a 2ª. Guerra Mundial, a comunidade internacional passou a reconhecer que a proteção dos direitos humanos constitui questão de direitos humanos acabam por transcender e extrapolar o domínio reservado do Estado ou a competência nacional exclusiva. Em razão disso, é criado um código comum de ação composto por parâmetros globais de ação estatal, ao qual deve haver a conformação dos Estados, no que diz respeito à promoção e proteção dos direitos humanos.³⁹⁴

Tal afirmação se deve ao fato de que o totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, pois negou o valor da pessoa humana como fonte de direito. Portanto, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral, ou seja, o direito a ter direitos, ou ainda, o direito a ser sujeito de direitos, segundo Hannah Arendt na leitura de Flávia Piovesan.³⁹⁵ Dessa maneira, é possível sustentar que a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos e o pós-guerra deveria significar sua reconstrução.³⁹⁶

Nesse sentido, Fábio Konder Comparato sustenta que

após três lustros de massacres e atrocidades de toda sorte, iniciados com o fortalecimento do totalitarismo estatal nos anos 30, a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da história, o valor supremo da dignidade humana. O sofrimento como matriz da compreensão do mundo e dos

³⁹² HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.99.

³⁹³ KITCHEN, Martin. **Um Mundo em Chamas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 77.

³⁹⁴ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 5.

³⁹⁵ PIOVESAN, op. Cit. p. 116.

³⁹⁶ PIOVESAN, op. Cit. p. 117.

homens, segundo a lição luminosa da sabedoria grega, veio a aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos.³⁹⁷

Dessa maneira, a autora afirma que “é essa conjuntura que fornece o alicerce fático, no âmbito do Direito Internacional, para que se esboce um sistema normativo internacional de proteção aos direitos humanos”.³⁹⁸

Norberto Bobbio complementa dizendo que o início da era dos direitos é reconhecido com o pós-guerra, já que “somente depois da 2ª. Guerra Mundial é que esse problema passou da esfera nacional para a internacional, envolvendo – pela primeira vez na história – todos os povos”.³⁹⁹

Tal processo de internacionalização possui uma base dual, tendo em vista que a restrição da soberania estatal, considerando que é justamente o Estado que passa a ser um dos principais violadores de direitos humanos e pela concepção universal acerca desses direitos que deveriam ser estendido a todos.⁴⁰⁰

Pode-se citar como exemplo referente à limitação da soberania estatal, o Tribunal de Nuremberg, o qual se caracteriza por ser um tribunal militar com competência para julgar os responsáveis por crimes de guerra e crimes contra a humanidade perpetrados pelas antigas autoridades políticas e militares da Alemanha nazista e do Japão imperial⁴⁰¹, tendo sido instalado entre os anos de 1945 e 1946 e, que apesar de duras críticas, possui grande relevância para o fortalecimento dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no plano internacional.⁴⁰² Esse Tribunal não apenas consolida a idéia da necessária limitação da soberania nacional, como reconhece que os indivíduos têm direitos protegidos pelo direito internacional.⁴⁰³

Assim, a violação dos direitos humanos não é mais concebida como questão interna de cada Estado, pois se tornou uma preocupação no âmbito da comunidade internacional devido a sua importância.⁴⁰⁴

³⁹⁷ COMPARATO, Op. cit., p. 54.

³⁹⁸ FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 59.

³⁹⁹ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 49.

⁴⁰⁰ FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, P. 58.

⁴⁰¹ COMPARATO, Op. cit., p. 446.

⁴⁰² FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 58.

⁴⁰³ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 123.

⁴⁰⁴ PIOVESAN, op. Cit. p. 117.

Fez-se necessário, portanto, a criação de uma medida internacional mais eficaz para a proteção dos direitos humanos, a qual ajudou no processo de internacionalização desses direitos.

Tal situação resultou na construção sistemática normativa de proteção internacional, e, conseqüentemente, quando as instituições nacionais se mostram falhas ou omissas na tarefa de proteger os direitos humanos, atribui à responsabilidade do Estado no domínio internacional.⁴⁰⁵

O início de uma nova ordem internacional protetiva dos direitos humanos sob o manto da universalidade começa com a assinatura da Carta das Nações Unidas.⁴⁰⁶ Uma vez que instaurou um novo modelo de conduta nas relações internacionais, com preocupações que incluem a manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados, a adoção de cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, a adoção de um padrão internacional de saúde, a proteção ao meio ambiente, a criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos direitos humanos.⁴⁰⁷

Segundo João Arriscado Nunes:

(...) no período do pós-Guerra Fria, os direitos humanos continuam a ser um terreno de conflitos entre concepções diferentes do que são esses direitos, e sobre as condições da sua aplicação e das sanções à sua violação. No momento presente, estamos a entrar numa nova fase desses conflitos: por um lado, parece desenhar-se uma tendência, por parte de alguns Estados e, em particular, da única potência global, os Estados Unidos, para subordinar a defesa dos direitos humanos aos seus imperativos estratégicos, justificados pela guerra contra o terrorismo e, mais recentemente, pelo uso da guerra preventiva contra aqueles que forem considerados como ameaças reais ou potenciais aos seus interesses e à sua segurança.⁴⁰⁸

É nesse contexto que se inaugura o pensamento contemporâneo, no qual o binômio liberdade-individualismo encontra-se presente nas primeiras declarações de direitos da América do Norte, principalmente na Constituição Americana e na

⁴⁰⁵ PIOVESAN, op. Cit. p. 117.

⁴⁰⁶ FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009, p. 61.

⁴⁰⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 7. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 124.

⁴⁰⁸ NUNES, João Arriscado. **Um novo cosmopolitismo? Reconfigurando os direitos humanos**. In: BALDI, César Augusto (Org.). **Direitos humanos na sociedade cosmopolita**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 17.

Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão.⁴⁰⁹ Dessa maneira, os direitos naturais do homem, definidos pelo jusnaturalismo, foram pela primeira vez reconhecidos e positivados em textos de índole constitucional que com uma nova concepção de Estado, *ex parte civium*, avançam, uma vez que marcam a passagem das afirmações filosóficas para um verdadeiro e instituído sistema de direitos humanos positivos.⁴¹⁰

É possível afirmar que uma das causas que classificou os direitos humanos como de titularidade coletiva, foi a criação de novos Estados com base no princípio das nacionalidades em território dos antigos impérios multinacionais, nos quais residiam grupos humanos heterogêneos, pois não eram de uma única nacionalidade, por força de suas especificidades linguísticas, étnicas e religiosas.⁴¹¹

O totalitarismo revelou a fragilidade do modelo positivista, de uma ciência do direito pura, cuja juridicidade restou aprisionada na pressuposição de uma norma fundamental. O conceito de direito que se exaure na norma positiva violenta a razão jurídica. De acordo com Marcio Sotelo Felipe: “a lógica perversa do positivismo consiste em eleger a força como a essência do jurídico, para declarar ‘cientificamente’, ‘objetivamente’, a coerção como a característica essencial do direito”.⁴¹²

Não foi por acaso que na própria Alemanha fundou-se a concepção presente da dignidade da pessoa humana. Com inspiração em Kant, a Lei Fundamental de Bonn, de 1949, estabelece em seu artigo 1º, §1º, frase 1, que “a dignidade do homem é intangível. Respeitá-la e protegê-la é obrigação de todos os poderes estatais”.⁴¹³

Na mesma vertente dispõe o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas em 1948, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Esses preceitos se difundiram como valores jurídicos da maior hierarquia em todas as nações civilizadas, convertendo-se em foco dos demais princípios constitucionais e fonte de direitos fundamentais. Ricardo Lorenzetti, ao se referir ao caráter de universalidade da declaração, afirma que: este

⁴⁰⁹ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed., rev., e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 42.

⁴¹⁰ COMPARATO, op. Cit., p. 43.

⁴¹¹ LAFER, op. Cit., p. 141

⁴¹² FELIPPE, Marcio Sotelo. **Razão jurídica e dignidade humana**. São Paulo: Max Limonad, 1996, p. 23.

⁴¹³ ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 6.

sujeito ‘pessoa’ é universal. Está colocado acima da regra de Direito estatal e por isso submete-se à jurisdição internacional; é um sujeito de direito internacional.⁴¹⁴

Assim, o artigo 1º da Constituição Portuguesa de 1976: “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.” Disciplina o art. 10º da Constituição Espanhola: “a dignidade da pessoa, os direitos invioláveis que lhe são inerentes, o livre desenvolvimento da personalidade, o respeito à lei e aos direitos dos demais são fundamentos da ordem política e da paz social”. Por fim, consagra a Constituição Italiana: “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade e são iguais perante a lei”.

Como síntese dessa evolução histórica trifásica do princípio da dignidade da pessoa humana podemos perceber que toda a evolução do tema se resume a seguidas alterações de seus pontos de referência. Inicialmente a dignidade se localiza em Deus, era externa ao homem, posto concedida por um ente superior; em um segundo momento, a dignidade migra para o interior do ser humano, associando-se à racionalidade e liberdade como atributos exclusivos da pessoa natural; por fim, brutais atentados contra a dignidade demonstram a necessidade de localizar a dignidade como princípio constituinte do Estado Democrático de Direito.⁴¹⁵

Dessa maneira, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada unanimemente pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, foi a primeira organização internacional que abrangeu quase a totalidade dos povos da Terra, ao afirmar que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.⁴¹⁶ Portanto, essa declaração condensou toda a riqueza dessa longa elaboração teórica, ao proclamar, em seu artigo VI, que todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa.⁴¹⁷

⁴¹⁴ LORENZETTI, Ricardo. **Fundamentos do direito positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998, p.152.

⁴¹⁵ ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 6.

⁴¹⁶ COMPARATO, Op. cit., p. 12.

⁴¹⁷ COMPARATO, Op. cit., p. 32.

2.4. CONCEITO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Para inaugurarmos o tópico que tratará sobre o conceito da dignidade da pessoa humana, será necessário trazermos a etimologia da palavra dignidade. Dignidade tem sua origem no latim, “*digna*”, anunciando o que seria merecedor de consideração e respeito.⁴¹⁸

Por oportuno, é de bom alvitre destacar DE PLÁCIDO E SILVA, em sua definição de dignidade:

Dignidade – derivado do latim *dignitas* (virtude, honra, consideração), em regra se entende a qualidade moral que, possuída por uma pessoa, serve de base ao próprio respeito em que é tida. Compreende-se também como o próprio procedimento da pessoa, pelo qual se faz merecedor do conceito público. Dignidade, em sentido jurídico, também se entende como a distinção ou honraria conferida a uma pessoa, consistente em cargo ou título de alta graduação. Dignidade, no direito canônico, indica-se o benefício ou prerrogativa decorrente de um cargo eclesiástico.⁴¹⁹

José Afonso da Silva, ao analisar sob o ponto de vista kantiano, ensina que a dignidade da pessoa humana jamais será uma criação constitucional, mas um conceito *a priori* que preexiste a toda experiência especulativa. Demonstra o constitucionalista que a pessoa humana é um valor absoluto, porque a natureza racional existe com um fim em si mesma⁴²⁰. Contudo, acrescenta:

“Qualquer outro ser racional se representa igualmente assim sua existência, em consequência do mesmo princípio racional que vale também para mim, é, pois, ao mesmo tempo, um princípio objetivo que vale para outra pessoa”⁴²¹.

Para Alexandre de Moraes, dignidade da pessoa humana:

É um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das

⁴¹⁸ SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras**. Origens e curiosidades da língua portuguesa. 14. ed. São Paulo: A Girafa, 2004, p.264.

⁴¹⁹ SILVA, de Plácido. **Vocabulário Jurídico**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 463.

⁴²⁰ SILVA, José Afonso. **A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n.º 212, abr/jun, 1998, p.91.

⁴²¹ SILVA, op. Cit. p.90.

demais pessoas, constituindo-se um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais,mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.⁴²²

Com efeito, a alteridade é imanente ao contexto de qualquer relação interpessoal. Nas palavras de Jacy de Souza Mendonça, “a consciência da alteridade tem como pressuposto prévia imagem de semelhança, de igualdade de condição existencial”⁴²³. Se o fim natural de todos os homens é a realização de sua própria felicidade, não basta agir de modo a não prejudicar ninguém. Há ainda uma função positiva, que consiste em privilegiar, na medida do possível, os fins alheios. Sendo o sujeito um fim em si mesmo, os fins de outrem serão considerados também como meus.⁴²⁴

Reconhecer-se no outro é o critério fundamental para a construção da identidade do sujeito. Ademais, a alteridade possibilita a virtude da tolerância, à medida que reconheço o outro como pessoa dotada de dignidade, não pela sua posição econômica ou social, mas exclusivamente por sua condição humana.⁴²⁵

Novamente inspirado nas ideias de Kant sobre valores relativos sujeitos a preço e valores absolutos pautados pela dignidade, José Afonso da Silva conclui que “a dignidade entranha e se confunde com a própria natureza do ser humano”.⁴²⁶ Trata-se de atributo intrínseco à pessoa humana, que explica necessária estima por parte de seus semelhantes. A estima se dirige à proteção da pessoa como realização da dignidade.⁴²⁷

Percebemos que o significado de dignidade se relaciona ao respeito inerente a todo ser humano, por parte do Estado e das demais pessoas, independentemente de qualquer noção de patrimonialidade. É simultaneamente valor e princípio, pois constitui elemento decisivo para a atuação de intérpretes e aplicadores da Constituição no Estado Democrático de Direito. O homem se encontra no vértice do ordenamento jurídico, pois

⁴²² MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, p.50.

⁴²³ MENDONÇA, Jacy de Souza. **O curso de filosofia do direito do Professor Armando Câmara**. Porto Alegre: Sergio A Fabris Editor, 1999, p. 217.

⁴²⁴ COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 22.

⁴²⁵ ALVES, Gláucia Correa Retamozo Barcelo. **Sobre a dignidade da pessoa**. Coordenador Martins Costa. A reconstrução do direito privado. São Paulo: revista dos Tribunais, 2002, p. 227.

⁴²⁶ SILVA, José Afonso. **A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n.º 212, abr/jun, 1998, p.91.

⁴²⁷ ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 8.

o direito só se justifica em função do ser humano⁴²⁸. Cumpre ressaltar a distinção entre valor e princípio, no entender de Claus-Wilhelm Canaris:

O princípio está num grau de concretização maior do que o valor; ao contrário deste, ele já compreende a bipartição, característica da proposição de Direito em previsão e consequência jurídica.⁴²⁹

No ensino de Flórez-Valdes a dignidade da pessoa humana é a razão de ser do direito e fundamento da ordem política e paz social. Todo direito é constituído para servir o homem e nada mais é do que o regulamento organizador de uma comunidade. A dignidade, todavia, antecede ao próprio direito, pois é um atributo de qualquer pessoa, como valor ético, enquanto o direito resulta de circunstâncias e posicionamentos diferentes. A dignidade situa o ser humano no epicentro de todo ordenamento jurídico, como protagonista, tanto no âmbito do direito público como no do privado, repelindo qualquer atentado proveniente de outras pessoas e dos poderes públicos.⁴³⁰

É forçoso concluir que não há pessoa sem dignidade, pois está é um atributo natural que se relaciona a sua essência, sendo que a liberdade e a autodeterminação são intrínsecas à natureza humana e se colocam em um plano superior às ingerências do Estado.

2.5. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO BEM INDISPONÍVEL

Sobre o termo “a dignidade da pessoa humana” há de se questionar se não há uma certa redundância, ou até mesmo um vício de linguagem, o chamado pleonasma. Afinal “pessoa humana”, não é pressuposto da qualidade de pessoa o fato de ser humano? E ao contrário também não seria verdadeiro, não é pressuposto do humano a característica de ser pessoa? Entretanto, é necessário se impor uma resposta negativa, pois o que se busca é uma noção de transcendência do ser, pretende-se trazer a noção de

⁴²⁸ CANARIS, Claus-Wilhelm. **Direitos fundamentais e direito privado**. Rad. Ingo Sarlet e Paulo Mota Pito. Lisboa: Almedina, 2003, p.87.

⁴²⁹ CANARIS, op. Cit. p. 87.

⁴³⁰ FLÓREZ-VALDÉS, Joaquim Arce y. **Los principios generales Del derecho y su formulación constitucional**. Madrid: Civitas, 1990, p. 149.

humanidade, ou seja, o termo “pessoa humana” ultrapassa a ideia de autonomia individual. Sobre esta indagação, é de bom alvitre mencionar Nelson Rosenvald:

Muitos poderiam questionar um eventual excesso na expressão “dignidade da pessoa humana”. Afinal, não haveria uma redundância na referência à “pessoa humana”? Sendo pessoa, já não é naturalmente humana? Uma resposta negativa se impõe: o humano é aquilo que pertence ou é relativo à natureza humana, ao gênero humano. Prende-se, enfim, à noção de humanidade. Algo que ultrapasse a nossa autonomia individual.⁴³¹

Giselda Hironaka, ao analisar Bernard Edelman, sustenta que se a liberdade é a essência dos direitos do homem, a dignidade é a essência da humanidade. Ela se apresenta como a reunião simbólica de todos os homens naquilo que eles têm de comum, isto é, sua qualidade de ser humano.⁴³²

Há de ressaltar o célebre caso recolhido da jurisprudência francesa, envolvendo o “arremesso de anões”, foi citado por Edelman como forma de distinguir a liberdade (como essência dos direitos do homem) da dignidade (como essência da humanidade). A municipalidade impediu o divertimento consistente no lançamento de anão sobre um colchão, com base no respeito à dignidade humana, o que colidiu com a própria liberdade de iniciativa do anão, que, inclusive, aliou-se como litisconsorte da casa em que se passava o espetáculo de seu lançamento, defendendo que não havia ofensa a sua dignidade individual. Cumpre perceber que a decisão final que interditou o espetáculo como atentatório a dignidade da pessoa humana nada mais acusou do que a prevalência do elemento axiológico básico do ordenamento, que prevalece sobre o titular da personalidade, podendo mesmo em face dele ser tutelado sobre o titular da personalidade, podendo mesmo em face dele ser tutelado, até mesmo contra sua vontade.⁴³³

Alexandre dos Santos Cunha discorre, sobre o caso “do arremesso de anões”, no sentido do desacerto do julgamento, ao seu entender:

⁴³¹ ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 10.

⁴³² HIRONAKA, Giselda Maria Fernández Novaes. **Responsabilidade pressuposta**. 2002. Tese de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002, p. 209.

⁴³³ GODOY, Claudio. **Função social do contrato**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 166.

o direito de livre desenvolvimento da personalidade, isento de interferência dos julgamentos morais por parte da opinião pública, ou de restrição estatal, é elemento constitutivo e essencial da dignidade humana (...) não pode ser nunca relativizado, a não ser caso interfira diretamente em direitos de terceiros, sob pena de, pela busca do bem absoluto, cairmos no terror. (...) a pessoa é livre para apreciar o que é ou não é digno dela e para ela, é inadmissível que a definição de sua dignidade lhe seja dada por uma autoridade.⁴³⁴

Outro caso trazido para análise é o da lei inglesa de 1850, que tornava compulsória a ligação das casas à rede de esgoto, mediante pagamento de tributo. Os jornais locais protestavam com base na supressão da liberdade da população, para decidir como devem-se cuidar. Todavia, pelo fato de a legislação se encontrar em perfeita sintonia com a dignidade da pessoa humana, concluiu-se que o que há de divergente na tutela da dignidade da pessoa quando comparada à tutela da liberdade do indivíduo é precisamente, o fato de que enquanto esta última se dá em termos formais, a primeira se materializa em atenção às concretas necessidades humanas, cuja satisfação integra o substrato de dignidade da pessoa.⁴³⁵

Via de consequência, o confronto entre a liberdade, como paradigma de nossas perspectivas individuais, e a dignidade, como apreciação de nossa inserção na comunidade humana, revela-se de grande valia por possibilitar um exato dimensionamento do conceito de dignidade da pessoa humana. À medida que abandonamos a ideia mágica da dignidade como elixir para o tratamento indiscriminado de todas as ofensas perpetradas contra direitos humanos e localizamos seu exato campo de atuação, mesmo que com certa redução de nossas expectativas, paradoxalmente, aumentamos a eficácia do remédio e potencializamos o seu uso apenas aquilo que perpassa o nosso entendimento pessoal e nos alcance como membros da humanidade.⁴³⁶

Assim, para delinear os exatos limites da dignidade da pessoa humana, cumpre ressaltar a ponderação de Maria Celina Bodim:

Uma vez que a noção é amplíssima pelas numerosíssimas conotações que enseja, corre-se o risco da generalização,

⁴³⁴ SANTOS CUNHA, Alexandre dos. **Dignidade da pessoa humana: conceito fundamental do direito civil**. Organizador Martins Consta. **A reconstrução do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 253.

⁴³⁵ NEGREIROS, Tereza. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 17.

⁴³⁶ ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 12.

indicando-a como *ratio* jurídica de todo e qualquer direito fundamental. Levada ao extremo essa postura hermenêutica acaba por atribuir ao princípio um grau de abstração tão intenso que torna impossível a sua aplicação.⁴³⁷

3. AS DOCTRINAS CRISTÃS

4.2. OS MANDAMENTOS DE CRISTO

Jesus Cristo era judeu e seguia a *Torah*. Jesus disse que não veio transgredir a lei (*Torah*), mas cumpri-la. Assim, todos os ensinamentos de Jesus são uma reafirmação das doutrinas judaicas, com uma releitura voltada para o amor. Na doutrina judaica temos os dez mandamentos, conhecidos como decálogo, o qual tem por base o respeito à Deus, e ao próximo.

O decálogo, as “dez palavras”, foi entregue a Moisés, segundo a tradição judaica, por intermédio de Deus, o qual escrevera os dez mandamentos em duas tábuas de pedra. Por oportuno, é de bom alvitre transcrever:

1. Então Deus pronunciou todas estas palavras: **2.** “Eu sou o Senhor teu Deus, que te fez sair do Egito, da casa da servidão. **3.** Não terás outros deuses diante de minha face. **4.** Não farás para ti escultura, nem figura alguma do que está em cima, nos céus, ou embaixo, sobre a terra, ou nas águas, debaixo da terra. **5.** Não te prostrarás diante delas e não lhes prestarás culto. Eu sou o Senhor, teu Deus, um Deus zeloso que vingo a iniquidade dos pais nos filhos, nos netos e nos bisnetos daqueles que me odeiam, **6.** mas uso de misericórdia até a milésima geração com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos. **7.** “Não pronunciarás o nome de Javé, teu Deus, em prova de falsidade, porque o Senhor não deixa impune aquele que pronuncia o seu nome em favor do erro. **8.** Lembra-te de santificar o dia de sábado. **9.** Trabalharás durante seis dias, e farás toda a tua obra. **10.** Mas no

⁴³⁷ MORAES, Maria Cecília Bodin de. **Danos à pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 84.

sétimo dia, que é um repouso em honra do Senhor, teu Deus, não farás trabalho algum, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu servo, nem tua serva, nem teu animal, nem o estrangeiro que está dentro de teus muros. **11.** Porque em seis dias o Senhor fez o céu, a terra, o mar e tudo o que contêm, e repousou no sétimo dia; e por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o consagrou. **12.** Honra teu pai e tua mãe, para que teus dias se prolonguem sobre a terra que te dá o Senhor, teu Deus. **13.** Não matarás. **14.** Não cometerás adultério. **15.** Não furtarás. **16.** Não levantarás falso testemunho contra teu próximo. **17.** Não cobiçarás a casa do teu próximo; não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem seu escravo, nem sua escrava, nem seu boi, nem seu jumento, nem nada do que lhe pertence.^{438,}

Assim, para estabelecermos as doutrinas de Jesus Cristo, as quais foram baseadas no amor não poderíamos deixar de reafirmar os ensinamentos judaicos. Jesus reduziu os dez mandamentos, em apenas dois, mas seu poder de síntese não trouxe prejuízo para a doutrina judaica. Isto porque: aquele que ama a Deus sobre todas as coisas: não tem outro Deus, não tem outros ídolos ou se prosta perante eles, e também não pronuncia o nome de Deus em vão. E aquele que ama o seu próximo como a si mesmo: não rouba, não mata, não comete adultério e não presta falso testemunho.

Assim, quando Jesus Cristo estabeleceu dois mandamentos, conforme é relatado no Evangelho de Mateus⁴³⁹, e no Evangelho de Marcos⁴⁴⁰, ele estava reafirmando o antigo testamento, com enfoque no amor. Os dois mandamentos de Jesus Cristo são: a) amarás o Senhor teu Deus de toda a tua alma e de todo o teu entendimento; b) e ao teu próximo como a ti mesmo.

O segundo mandamento revela um sentimento de empatia, ou seja, a possibilidade de se colocar no lugar do outro. Afinal, aquele que se coloca no lugar do próximo tem a capacidade de respeitá-lo. Assim, tal mandamento é um prenúncio do princípio da dignidade da pessoa humana.

Os ensinamentos de Jesus Cristo não tinham por objetivo uma revolução social, com a derrubada do Império Romano. Ao contrário, o objetivo de Cristo era propagar o evangelho de amor entre os homens.

Os temas tratados neste capítulo terão por ênfase os ensinamentos do cristianismo, sendo que o sentido jurídico será tratado no capítulo seguinte.

⁴³⁸ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Êxodo, cap. 20, vers. 1/17. São Paulo: Paulus, 2002, p. 130.

⁴³⁹ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São Mateus, cap. 22, vers. 37/39. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1744.

⁴⁴⁰ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São Marcos, cap. 12, vers. 30/31. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1778.

4.3. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A Bíblia, desde o seu primeiro livro de Genesis, estabelece que Deus criou o ser humano conforme sua imagem e semelhança. Segundo o livro bíblico de Gênesis Deus criou o mundo e tudo que nele há em cinco dias, sendo que no sexto dia criou o primeiro homem chamado de Adão do barro, e soprou em suas narinas concedendo-lhe fôlego de vida. Após, da costela do homem criou a mulher. A narrativa bíblica da criação tem por premissa a existência de um Deus que cuida e ama sua criação.

Para Fábio Konder Comparato a grande contribuição do povo judeu à humanidade foi a afirmação da fé monoteísta, ao estabelecer em seus ensinamentos que toda criação do mundo foi realizada por um Deus único e transcendente. Por oportuno, é de bom alvitre transcrever os ensinamentos de Comparato:

A justificativa religiosa da preeminência do ser humano no mundo surgiu com a afirmação da fé monoteísta. A grande contribuição do povo da Bíblia à humanidade, uma das maiores, aliás, de toda a história, foi a ideia da criação do mundo por um Deus único e transcendente. Os deuses antigos, de certa forma, faziam parte do mundo, como super-homens, com as mesmas paixões e defeitos do ser humano. Iahweh, muito ao contrário, como criador de tudo o que existe, é anterior e superior ao mundo⁴⁴¹.

A criação do homem na Bíblia é narrada no livro de Gênesis, nos capítulos 1 e 2, sendo de bom alvitre destacar que a narrativa bíblica foi transmitida oralmente por vários e vários séculos, até que de fato fosse escrita e conservada. O livro de Gênesis integra os cinco primeiros livros da Bíblia, sendo à base dos ensinamentos judaicos que o definem como Torá, também recebendo o nome em grego de Pentateuco. Segundo Comparato, a teoria mais aceita é de que os cinco primeiros livros (Torá ou Pentateuco) procedem de quatro fontes distintas, amalgamadas no texto atual, sendo as mais conhecidas as fontes javistas e eloísta. A fonte javista, assim denominada porque nela Deus toma o nome de Iahweh, seria originária do reino de Judá. A fonte eloísta, onde Deus é comumente designado como Elohim, é originária de Israel.⁴⁴²

⁴⁴¹ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8ª. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013, p.13/14.

⁴⁴² COMPARATO, op. Cit., p. 18.

Cumpra ressaltar a criação do homem, conforme a narrativa bíblica, a saber:

Gênesis, capítulo 1 - 26. Então Deus disse: "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastem sobre a terra." 27. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher. 28. Deus os abençoou: "Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra." 29. Deus disse: "Eis que eu vos dou toda a erva que dá semente sobre a terra, e todas as árvores frutíferas que contêm em si mesmas a sua semente, para que vos sirvam de alimento. 30. E a todos os animais da terra, a todas as aves dos céus, a tudo o que se arrasta sobre a terra, e em que haja sopro de vida, eu dou toda erva verde por alimento." E assim se fez. 31. Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom. Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o sexto dia.⁴⁴³

Gênesis, capítulo 2 - 1. Assim foram acabados os céus, a terra e todo seu exército. 2. Tendo Deus terminado no sétimo dia a obra que tinha feito, descansou do seu trabalho. 3. Ele abençoou o sétimo dia e o consagrou, porque nesse dia repousara de toda a obra da Criação. 4. Tal é a história da criação dos céus e da terra. 5. No tempo em que o Senhor Deus fez a terra e os céus, não existia ainda sobre a terra nenhum arbusto nos campos, e nenhuma erva havia ainda brotado nos campos, porque o Senhor Deus não tinha feito chover sobre a terra, nem havia homem que a cultivasse; 6. mas subia da terra um vapor que regava toda a sua superfície. 7. O Senhor Deus formou, pois, o homem do barro da terra, e inspirou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem se tornou um ser vivente. 8. Ora, o Senhor Deus tinha plantado um jardim no Éden, do lado do oriente, e colocou nele o homem que havia criado. 9. O Senhor Deus fez brotar da terra toda sorte de árvores, de aspecto agradável, e de frutos bons para comer; e a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore da ciência do bem e do mal. 15. O Senhor Deus tomou o homem e colocou-o no jardim do Éden para cultivá-lo e guardá-lo. 16. Deu-lhe este preceito: "Podes comer do fruto de todas as árvores do jardim; 17. mas não comas do fruto da árvore da ciência do bem e do mal; porque no dia em que dele comeres, morrerás indubitavelmente." 18. O Senhor Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada." 19. Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos, e todas as aves dos céus, levou-os ao homem, para ver como ele os havia de chamar; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu verdadeiro nome. 20. O homem

⁴⁴³ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Gênesis, cap. 1, vers. 26/31. São Paulo: Paulus, 2002, p. 34.

pôs nomes a todos os animais, a todas as aves dos céus e a todos os animais dos campos; mas não se achava para ele uma ajuda que lhe fosse adequada. 21. Então o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. 22. E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem. 23. “Eis agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem.” 24. Por isso o homem deixa o seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne.⁴⁴⁴

Como se verifica no relato bíblico, a criatura humana, diversamente dos demais animais ocupa uma posição eminentemente na ordem da criação. Deus concedeu ao homem poder sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra. O texto bíblico relata que Deus determinou ao homem que nomeasse os animais como bem entendesse. A tradição judaica entende que aquele que nomeia submete o nomeado ao seu poder, assim, quando no texto bíblico narra que Deus determinou que o homem nomeasse os animais, este estava sendo colocado em posição de destaque. Sobre a importância do nome na cultura judaica Comparato ensina:

Para os antigos, com efeito, o nome exprime a essência do ser. Um homem sem nome é insignificante, em todos os sentidos da palavra (Jó 30:8); é como se não existisse (Eclesiastes 6:10). O nome de Iahweh, pronunciado pelo sacerdote sobre o povo protege-o (Número 6:27). Daí a razão do 2º mandamento do decálogo mosaico: “Não pronunciarás em vão o nome de Iahweh teu Deus, pois Iahweh não deixará impune aquele que pronunciar em vão seu nome” (Deuteronômio 5:11)⁴⁴⁵.

A teoria criacionista que é a defendida por nós neste trabalho, no sentido que Deus criou a Terra e tudo que nela há, e que formou o homem a sua imagem e semelhança, se contrapõe com a teoria evolucionista de Charles Darwin. A teoria criacionista revela que a dignidade da pessoa humana tem origem no pensamento cristão de que o ser humano é dotado de atributos próprios e intrínsecos, que o torna especial e detentor de dignidade, não sendo mera obra do acaso, ou de uma evolução.

⁴⁴⁴ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Gênese, cap. 2, vers. 1/24. São Paulo: Paulus, 2002, p. 34.

⁴⁴⁵ COMPARATO, op. Cit., p. 14.

Para Comparato a justificativa científica da dignidade humana sobreveio com a descoberta do processo de evolução dos seres vivos embora a primeira explicação do fenômeno, na obra de Charles Darwin, rejeitasse todo finalismo, como se a natureza houvesse feito várias tentativas frustradas, antes de encontrar, por mero acaso, a boa via de solução para a origem da espécie humana.⁴⁴⁶

A título de conhecimento é de importância ressaltar que as explicações darwinianas sobre a evolução das espécies, aos poucos vai abrindo caminho no mundo científico a convicção de que não é por acaso que o ser humano representa o ápice de toda a cadeia evolutiva das espécies vivas. Comparato ensina que a própria dinâmica da evolução vital se organiza em função do homem:

Os partidários do chamado “princípio antropológico” reconhecem que os dados científicos não permitem afirmar (nem negar, aliás) que o mundo e o homem existem e evoluem em razão da vontade de um sujeito transcendente, que tudo criou e tudo pode destruir. O que esses cientistas sustentam, com bons argumentos, é que o encadeamento sucessivo das etapas evolutivas obedece, objetivamente, a uma orientação finalística, inscrita na própria lógica do processo, e sem a qual a evolução seria racionalmente incompreensível. A transformação biológica dos hominídeos, aliás, como hoje se reconhece, é um processo único e insuscetível de reprodução. Nestas condições, é razoável aceitar-se, como postulado científico, que toda a evolução das espécies vivas se encaminhou aleatoriamente em direção ao ser humano, como poderia, também de forma puramente aleatória, ter conduzido à degeneração e à morte universal? Muito mais abstrusa que a explicação mitológica e religiosa tradicional parece, assim, a ideia de que o advento do ser humano na face da Terra seria resultado de um estupendo acaso. Pois se a evolução avança sem rumo, como nave desbussolada através da História, esta nada mais seria, como exclamou o desespero de Macbeth: uma história, contado por um idiota, cheio de som e fúria, significando nada. Se a humanidade ignora o sentido da Vida e jamais poderá discerni-lo, é impossível distinguir a justiça da iniquidade, o belo do horrendo, o criminoso do sublime, a dignidade do aviltamento. Tudo se identifica e se confunde, no magma caótico do absurdo universal, aquele mesmo abismo amorfo e tenebroso que, segundo o relato bíblico, precedeu a Criação.⁴⁴⁷

É importante ressaltar que a teoria da criação se amolda perfeitamente com os ideais de dignidade da pessoa humana, bem como estabelece um objetivo da criação humana. Certo é que não se sustenta mais a ideia de que o universo possui apenas seis

⁴⁴⁶ COMPARATO, op. Cit., p. 16.

⁴⁴⁷ COMPARATO, op. Cit., p. 17.

mil anos, fato que não desqualifica a teoria da criação, mas a reforça, na medida em que, pelo relato bíblico, o mundo não surge instantaneamente, completo e acabado, das mãos do Criador. Antes de se iniciar a criação admite-se que havia trevas sobre a face da terra, ou seja, adite-se que havia o caos. Assim, Deus ao iniciar a criação determinar dia após dia uma sequência ordenada, como etapas de um vasto programa, que não necessariamente esteja restrito a um dia de vinte quatro horas. O primeiro casal humano só entra em cena na derradeira etapa da criação, quando todos os demais seres terrestres já haviam sido engendrados.⁴⁴⁸

Em 1486, Giovanni Pico, Senhor de Mirandola e Concordia, em seu famoso discurso sobre a dignidade da pessoa humana, sustentou que o criador, ao completar sua obra, havendo povoado a região supraceleste com puros espíritos e o mundo terrestre com uma turba de animais de toda espécie, vis e torpes, percebeu que ainda faltava alguém, neste vasto cenário, capaz de apreciar racionalmente a obra divina, de amar sua beleza e admirar-lhe a vaidade.⁴⁴⁹

A dificuldade, no entanto, é que já não havia um modelo próprio e específico para a composição dessa última criatura. Todas as formas possíveis – de graus ínfimo, médio ou superior – haviam sido utilizadas e especificadas na criação dos demais seres. Decidiu então o Criador, em sua infinita sabedoria, que àquele a quem nada mais podia atribuir de próprio fosse conferido, em comum, tudo o que concedera singularmente às outras criaturas. Mais do que isso, determinou Deus que o homem fosse um ser naturalmente incompleto.⁴⁵⁰

Nos dizeres de Comparato, Giovanni Pico, senhor de Mirandola e Concordia, em 1486, assevera:

Não te damos, ó Adão, nem um lugar determinado nem um aspecto próprio nem uma função peculiar, a fim de que o lugar, o aspecto ou a função que desejares, tu os obtenhas e conserves por tua escolha e deliberação próprias. A natureza limitada dos outros seres é encerrada no quadro de leis que prescrevemos. Tu, diversamente, não constricto em limite algum, determinarás tua natureza segundo teu arbítrio, a cujo poder te entregamos. Pusemos-te no centro do mundo, para que daí possas examinar à tua roda tudo o que nele se contém. Não te fizemos nem celeste nem imortal, para que tu mesmo, como artífice por assim dizer livre e soberano, te possas plasmar e esculpir na forma que escolheres. Poderás te rebaixar à irracionalidade dos seres inferiores; ou então elevar-se ao nível dos seres superiores.

⁴⁴⁸ COMPARATO, op. Cit., p. 17.

⁴⁴⁹ COMPARATO, op. Cit., p. 19.

⁴⁵⁰ COMPARATO, op. Cit., p. 19.

A dignidade da pessoa humana na visão cristã pode ser, claramente, vista pela narrativa bíblica de que Deus criou o homem a sua imagem e semelhança, fazendo um ser especial e detentor de livre arbítrio, podendo optar até mesmo em se distanciar de seu criador, ou quiçá, ir mais além, negando a existência de seu criador, acreditando inclusive que é obrado acaso. A dignidade da pessoa humana reside em seu livre arbítrio, no poder de escolha, no poder de trilhar seus próprios caminhos. Assim, o ser humano poderá rebaixar-se a irracionalidade dos seres inferiores; ou então elevar-se ao nível dos seres superiores, conforme os dizeres de Giovanni Pico já citado.

O escritor João Guimarães Rosa⁴⁵¹, nos dizeres de seu personagem Riobaldo, no livro *Grandes Sertões: Veredas*, exprimiu a mesma convicção de Giovanni Pico sobre a criação inacabada que é o homem, ao dizer:

Mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam.

Por fim, para encerrarmos, é salutar apresentar o salmo 139 do Rei Davi, o qual expressa o amor e o cuidado de Deus com cada indivíduo, mesmo diante de tantas imperfeições. Davi relata que Deus conhece individualmente cada ser, não havendo nada oculto a seus olhos:

1. Senhor, vós me perscrutais e me conheceis, **2.** sabeis tudo de mim, quando me sento ou me levanto. De longe penetrais meus pensamentos. **3.** Quando ando e quando repouso, vós me vedes, observais todos os meus passos. **4.** A palavra ainda me não chegou à língua, e já, Senhor, a conheceis toda. **5.** Vós me cercais por trás e pela frente, e estendeis sobre mim a vossa mão. **6.** Conhecimento assim maravilhoso me ultrapassa, ele é tão sublime que não posso atingi-lo. **7.** Para onde irei, longe de vosso Espírito? Para onde fugir, apartado de vosso olhar? **8.** Se subir até os

⁴⁵¹ **João Guimarães Rosa** foi diplomática juntamente com sua segunda esposa [Aracy de Carvalho Guimarães Rosa](#), e exerceu, como primeira função no exterior, o cargo de Cônsul-adjunto do Brasil em [Hamburgo](#), na [Alemanha](#), de [1938](#) a [1942](#), período que para auxiliava judeus a fugirem para o Brasil, emitiu, ao lado de [Aracy](#), mais vistos do que as cotas legalmente estipuladas, tendo, por essa ação humanitária e de coragem, ganhado, no pós-Guerra, o reconhecimento do [Estado de Israel](#). Aracy é a única mulher homenageada no Jardim dos Justos entre as Nações, no [Yad Vashem](#) que é o memorial oficial de [Israel](#) para lembrar as vítimas judaicas do [Holocausto](#). CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008, p. 102.

céus, ali estareis; se descer à região dos mortos, lá vos encontrareis também. **9.** Se tomar as asas da aurora, se me fixar nos confins do mar, **10.** é ainda vossa mão que lá me levará, e vossa destra que me sustentará. **11.** Se eu dissesse: Pelo menos as trevas me ocultarão, e a noite, como se fora luz, me há de envolver. **12.** As próprias trevas não são escuras para vós, a noite vos é transparente como o dia e a escuridão, clara como a luz. **13.** Fostes vós que plasmastes as entranhas de meu corpo, vós me tecestes no seio de minha mãe. **14.** Sede bendito por me haverdes feito de modo tão maravilhoso. Pelas vossas obras tão extraordinárias, conheceis até o fundo a minha alma. **15.** Nada de minha substância vos é oculto, quando fui formado ocultamente, quando fui tecido nas entranhas subterrâneas. **16.** Cada uma de minhas ações vossos olhos viram, e todas elas foram escritas em vosso livro; cada dia de minha vida foi prefixado, desde antes que um só deles existisse. **17.** Ó Deus, como são insondáveis para mim vossos desígnios! E quão imenso é o número deles! **18.** Como contá-los? São mais numerosos que a areia do mar; se pudesse chegar ao fim, seria ainda com vossa ajuda. **19.** Oxalá extermineis os ímpios, ó Deus, e que se apartem de mim os sanguinários! **20.** Eles se revoltam insidiosamente contra vós, perfidamente se insurgem vossos inimigos. **21.** Pois não hei de odiar, Senhor, aos que vos odeiam? Aos que se levantam contra vós, não hei de abominá-los? **22.** Eu os odeio com ódio mortal, eu os tenho em conta de meus próprios inimigos. **23.** Perscrutai-me, Senhor, para conhecer meu coração; provai-me e conheci meus pensamentos. **24.** Vede se ando na senda do mal, e conduzi-me pelo caminho da eternidade.⁴⁵²

4.3.1. Respeito à Vida

Jesus ensina acerca do respeito incondicional à vida no Evangelho de Mateus, ao dizer:

38. Tendes ouvido o que foi dito: Olho por olho, dente por dente. **39.** Eu, porém, vos digo: não resistais ao mau. Se alguém te ferir a face direita, oferece-lhe também a outra. **40.** Se alguém te citar em justiça para tirar-te a túnica, cede-lhe também a capa. **41.** Se alguém vem obrigar-te a andar mil passos com ele, anda dois mil. **42.** Dá a quem te pede e não te desvies daquele que te quer pedir emprestado. **43.** Tendes ouvido o que foi dito: Amarás o teu próximo e poderás odiar teu inimigo. **44.** Eu, porém, vos

⁴⁵² BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Salmo 139, vers. 1/24. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1009.

digo: amai vossos inimigos, fazei bem aos que vos odeiam, orai pelos que vos [maltratam e] perseguem. **45.** Deste modo sereis os filhos de vosso Pai do céu, pois ele faz nascer o sol tanto sobre os maus como sobre os bons, e faz chover sobre os justos e sobre os injustos. **46.** Se amais somente os que vos amam, que recompensa tereis? Não fazem assim os próprios publicanos? **47.** Se saudais apenas vossos irmãos, que fazeis de extraordinário? Não fazem isto também os pagãos? **48.** Portanto, sede perfeitos, assim como vosso Pai celeste é perfeito⁴⁵³.

Na Epistola aos Romanos o Apóstolo Paulo ensina:

19. Não vos vingueis uns aos outros, caríssimos, mas deixai agir a ira de Deus, porque está escrito: A mim a vingança; a mim exercer a justiça, diz o Senhor ([Dt 32,35](#)). **20.** Se o teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer; se tiver sede, dá-lhe de beber. Procedendo assim, amontoarás carvões em brasa sobre a sua cabeça ([Pr 25,21s](#)). **21.** Não te deixes vencer pelo mal, mas triunfa do mal com o bem⁴⁵⁴.

4.3.2. A Liberdade

A pregação de Cristo trouxe a idéia de liberdade para os presos e oprimidos, sendo incompatível com a escravidão que era imposta pelo Império Romano.

No Evangelho de Lucas, no capítulo 4, versículo 19, Jesus ensina sobre a razão de Deus tê-lo enviado, ao dizer:

O Espírito do Senhor está sobre mim porque Ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres, enviou-me para proclamar a libertação aos presos e os cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade dos oprimidos, e para proclamar um ano de graça do senhor.

No Evangelho de João, Jesus ensina que a liberdade é a única forma de libertar, conforme segue:

32. conhecereis a verdade e a verdade vos livrará. **33.** Replicaram-lhe: Somos descendentes de Abraão e jamais fomos escravos de alguém. Como dizes tu: Sereis livres? **34.** Respondeu Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: todo homem que se entrega ao pecado é seu

⁴⁵³ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São Mateus, cap. 5, ver. 38/48. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1712.

⁴⁵⁴ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Epistola aos Romanos, cap. 12, ver. 19/21. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1987.

escravo. **35.** Ora, o escravo não fica na casa para sempre, mas o filho sim, fica para sempre. **36.** Se, portanto, o Filho vos libertar, sereis verdadeiramente livres.⁴⁵⁵

4.3.3. A Igualdade

O Apóstolo Paulo ensina sobre a igualdade, na epístola aos Gálatas, ao escrever:

26. porque todos sois filhos de Deus pela fé em Jesus Cristo. **27.** Todos vós que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. **28.** Já não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus.⁴⁵⁶

Jesus ensina a igualdade na clássica história da mulher adúltera que foi trazida para julgamento aos seus pés. Na época de Jesus, pela lei de Moisés⁴⁵⁷, a mulher e o homem, pegos em adultério deveriam ser condenados a pena de morte por apedrejamento. Assim, Jesus, diante daquela mulher pega em adultério, diz que aquele que não tivesse nenhum pecado que atirasse a primeira pedra⁴⁵⁸.

Jesus ensina como princípio de justiça a igualdade. A famosa frase de Jesus poderia ser parafraseada da seguinte forma: aquele que não for igual a esta mulher que atire a primeira pedra.

É de bom alvitre ressaltar que o Apóstolo São Paulo em alguns ensinamentos não descarta a escravidão, recomendando aos escravos que respeitem aos seus senhores. Na Epístola a Tito, Paulo Ensina:

9. Exorta os servos a que sejam submissos a seus senhores e atentos em agradecer-lhes. Em lugar de reclamar deles **10.** e defraudá-los,

⁴⁵⁵ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São João, cap. 8, vers. 32/36. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2034.

⁴⁵⁶ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Epístola de Gálatas, cap. 3, vers. 26/28. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2034.

⁴⁵⁷ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Levíticos, cap. 20, vers. 10. São Paulo: Paulus, 2002, p. 189.

⁴⁵⁸ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São João, cap. 8, vers. 1/ 11. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1863.

procurem em tudo testemunhar-lhes incondicional fidelidade, para que por todos seja.⁴⁵⁹

4.3.4. A Fraternidade

Fraternidade é a convivência harmônica e afetiva entre as pessoas, também pode ser definida como o amor ao próximo⁴⁶⁰.

A fraternidade talvez seja o princípio cristão mais explícito, pois Jesus o define como mandamento, ao ensinar: amar ao próximo como a si mesmo⁴⁶¹. A fraternidade também é ensinada por Jesus quando indagado quem seria o próximo. Jesus explica quem é o próximo na parábola do bom samaritano⁴⁶².

O Apóstolo Paulo explica acerca da função de cada indivíduo no corpo de Cristo, ou seja, na Igreja, ao ensinar que cada indivíduo tem o seu valor, apesar de desempenhar funções diferentes e por mais simples que ela seja haverá uma harmonia entre os demais membros do corpo. Assim, claramente é estabelecida a dignidade da pessoa humana, ao se valorizar cada indivíduo como ser único. Por oportuno, é de bom alvitre transcrever os escritos do Apóstolo Paulo na primeira epístola aos Coríntios:

12. Porque, como o corpo é um todo tendo muitos membros, e todos os membros do corpo, embora muitos, formam um só corpo, assim também é Cristo. **13.** Em um só Espírito fomos batizados todos nós, para formar um só corpo, judeus ou gregos, escravos ou livres; e todos fomos impregnados do mesmo Espírito. **14.** Assim o corpo não consiste em um só membro, mas em muitos. **15.** Se o pé dissesse: Eu não sou a mão; por isso, não sou do corpo, acaso deixaria ele de ser do corpo? **16.** E se a orelha dissesse: Eu não sou o olho; por isso, não sou do corpo, deixaria ela de ser do corpo? **17.** Se o corpo todo fosse olho, onde estaria o ouvido? Se fosse todo ouvido, onde estaria o olfato? **18.** Mas Deus dispôs no corpo cada um dos membros como lhe aprouve. **19.** Se todos fossem um só membro, onde estaria o corpo? **20.** Há, pois, muitos membros, mas

⁴⁵⁹ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Epístola a Tito, cap. 2, vers.9/ 10. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2080.

⁴⁶⁰ Dicionário UOL. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbetes&pesquisa=1&palavra=fraternidade%20#ixzz2lcDR5gHb>. Acesso em: 24 de novembro de 2013.

⁴⁶¹ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de Mateus, cap. 22, vers. 37/39. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1744.

⁴⁶² BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São Lucas, cap. 10, vers. 29/37. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1808.

um só corpo. **21.** O olho não pode dizer à mão: Eu não preciso de ti; nem a cabeça aos pés: Não necessito de vós. **22.** Antes, pelo contrário, os membros do corpo que parecem os mais fracos, são os mais necessários. **23.** E os membros do corpo que temos por menos honrosos, a esses cobrimos com mais decoro. Os que em nós são menos decentes, recatamo-los com maior empenho, **24.** ao passo que os membros decentes não reclamam tal cuidado. Deus dispôs o corpo de tal modo que deu maior honra aos membros que não a têm, **25.** para que não haja dissensões no corpo e que os membros tenham o mesmo cuidado uns para com os outros. **26.** Se um membro sofre, todos os membros padecem com ele; e se um membro é tratado com carinho, todos os outros se congratulam por ele⁴⁶³.

4.3.5. A Felicidade

A felicidade talvez seja um dos temas mais complexos tratados por Jesus Cristo. A felicidade refere-se ao bem estar máximo, sendo certo que muitas vezes depende de fatores externos. Entretanto, Jesus coloca que a felicidade deve ser inerente ao indivíduo, independente dos fatores externos.

No Evangelho Segundo São Mateus Jesus ensina no sermão da montanha sobre as bem-aventuranças. Por oportuno, é de bom alvitre transcrever:

1. Vendo aquelas multidões, Jesus subiu à montanha. Sentou-se e seus discípulos aproximaram-se dele. **2.** Então abriu a boca e lhes ensinava, dizendo: **3.** Bem-aventurados os que têm um coração de pobre, porque deles é o Reino dos céus! **4.** Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados! **5.** Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra! **6.** Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! **7.** Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia! **8.** Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus! **9.** Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus! **10.** Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus! **11.** Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de mim. **12.** Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa

⁴⁶³ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. I Epistola aos Coríntios, cap. 12, vers.12/27. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2008.

recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós.⁴⁶⁴

A palavra bem-aventurança significa felicidade. Jesus ensina que são felizes os que tem um coração de pobre, ou, como em outras versões: o pobre de espírito, porque deles é o Reino dos Céus. O sentido de pobre de espírito ou coração pobre, não é pejorativo, conforme explicação de eruditos, pois “pobreza” refere-se à infância espiritual.⁴⁶⁵

A felicidade tantas vezes buscada pelo seres humanos, não está na riqueza, mas nas condutas em fatores internos. Assim, pelos ensinamentos de Jesus uma pessoa pode ter tudo que a riqueza poderia comprar, mas não ter felicidade. A felicidade depende das condutas e atitudes diárias para com o semelhante, e a confiança em Deus. É importante salientar que os ensinamentos de Jesus sempre foram voltados ao amor ao próximo. Assim, a felicidade somente seria atinável tendo por pressuposto este respeito.

⁴⁶⁴ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de Mateus, cap. 5, vers.1/12. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1710/1711.

⁴⁶⁵ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de Mateus, cap. 5, vers.1/12. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1710/1711.

5. OS IDEAIS CRISTÃOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O objetivo do presente trabalho tem sido apresentar que a dignidade da pessoa humana encontra alicerce no pensamento cristão, segundo que ensina que o homem foi criado a imagem e a semelhança de Deus. Assim, pelos ensinamentos do cristianismo, a pessoa é dotada de atributos próprios e intrínsecos, que a tornam especial e detentora de dignidade.⁴⁶⁶ Neste capítulo abordaremos o sentido jurídico da liberdade, igualdade, fraternidade e felicidade, construídos a partir dos ideais cristãos.

A mensagem de Jesus Cristo e de seus seguidores marcou a História em vários sentidos, entre eles o fato de ter dado ao homem, obra-prima da criação de Deus, um valor individual e único⁴⁶⁷. Cumpre consignar que o amor ao próximo e a compaixão pela dor angústia e miséria do outro, seja ele quem for, também tiveram papel importante, despertando na sociedade o sentimento da fraternidade e solidariedade e solidariedade e consagrando a ideia de igualdade entre os homens.⁴⁶⁸

Laércio Moura Dias ensina que a dignidade da pessoa humana sempre mereceu destaque no pensamento da Igreja Católica:

Historicamente a palavra pessoa traça a linha de demarcação entre a cultura pagã e a cultura cristã. Até o advento do cristianismo não existia nem em grego nem em latim uma palavra para exprimir o conceito de pessoa, porque na cultura clássica tal conceito não existia: essa não reconhecia valor absoluto ao indivíduo enquanto tal e fazia depender o seu valor essencialmente do grupo, do patrimônio familiar e da raça.⁴⁶⁹

Cumpre consignar que este entendimento sobre a dignidade da pessoa humana, ao reconhecer valor individual para cada pessoa, está presente na cultura ocidental, pois na cultura oriental prevalece o entendimento único sobre a coletividade em detrimento do indivíduo. Para tanto, basta mencionar o Japão, que banuiu o cristianismo, e que durante a Segunda Guerra Mundial incentivava seus soldados, a cometerem atos suicidas em prol da nação, ficando tais soldados conhecidos como “camicase”.

⁴⁶⁶ GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013, p.66.

⁴⁶⁷ GUERRA, op. Cit., p. 66.

⁴⁶⁸ BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 105.

⁴⁶⁹ MORA, Laércio Dias. **A dignidade da pessoa e os direitos humanos**. Rio de Janeiro: PUC, 2002, p.77.

Desta forma, a concepção da dignidade da pessoa humana teve seu nascedouro e criação no Ocidente, não podendo ser interpretada como um entendimento adotado em todos os países do mundo. Até mesmo porque no Oriente não houve um desenvolvimento do cristianismo, para que seus ideais penetrassem na cultura e política local.

Ao analisar os ensinamentos de Jesus, fazemos uma comparação com os ideais da Revolução Francesa, liberdade, igualdade e fraternidade. Ressalte-se que a mais de mil e seiscentos anos antes da Revolução Francesa Jesus Cristo já defendia sobre: a valorização da vida, a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Jesus inclusive colocou este último ideal como elemento fundamental da doutrina cristã, ao proclamar: “amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

5.1. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DIREITO À VIDA

Os ensinamentos do cristianismo valorizam a vida humana. Portanto, são incompatíveis com o rancor, o ódio, a pena de morte, o aborto, a eutanásia, e toda e qualquer forma de menosprezo ou aniquilação da vida.

O cristianismo tem por fundamento o amor ao próximo, sendo, portanto, incompatível com qualquer forma de rancor ou ódio. Para tanto basta lembrar o exemplo cristão do Papa João Paulo II, que em 13 de maio de 1981, por volta das 17h:15min, quando abençoava os fiéis na Praça São Pedro, sofreu um atentado terrorista, sendo alvejado por 5 (cinco) tiros, disparados por Mehmet Ali Hagca. O papa João Paulo II, após sua recuperação, foi até a prisão onde estava Mehmet Ali Hagca, e o perdoou, mas não somente isto interveio perante as autoridades da Itália para que Hagca não cumprisse prisão perpétua, fato que permitiu sua liberdade após 19 (dezenove) anos na prisão⁴⁷⁰.

A pena de morte é incompatível com os ensinamentos cristãos. Rizzatto Nunes sustenta que a pena de morte também é incompatível ao direito, pois o direito postula pela vida, luta pela sua manutenção e dignidade, sendo que onde não há vida não há direito. Rizzatto Nunes ensina:

O direito atual é fruto de uma razão que se foi educando e tomando consciência dos necessários pressupostos éticos que deveriam fundá-

⁴⁷⁰ Há 26 anos, Papa João Paulo II sofria um atentado a tiros. Disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=231031>> , extraído em: 07 de dezembro de 2013.

la. Essa racionalidade é o grande triunfo da Ciência do Direito, a grata contribuição que o pensamento jurídico nos trouxe. E a estatura da humanidade se mede pelo implemento dessa racionalidade, cada vez mais humanizada. Daí que o Estado, formado e edulcorado pelo Direito, há de ser escravo dessa mesma racionalidade, e, em sendo seu guardião, deve preservá-la como o prêmio conferido pela história. Matar alguém é ato bárbaro, ignóbil, mordaz. De per si viola a base da humanidade, já que a ninguém é dado tirar a vida de outrem. Então, por consequência, o Estado, legítimo representante da segurança das pessoas, não pode, por maior força de razão, ele mesmo praticar o ato ignóbil: não pode tiara a vida de alguém.⁴⁷¹

O aborto, assim entendido como a interrupção da vida intrauterina, não é admitido pela Igreja Católica, mesmo em casos de estupro. O controle de natalidade, através de métodos anticoncepcionais, é admitido em grande parte pelas Igrejas Evangélicas, encontrando resistência até os dias atuais na Igreja Católica. Hoje em dia pode-se constatar, com toda a certeza, através de experiências científicas, que a vida humana inicia na concepção. Está provado que a partir do momento da união do óvulo com o espermatozóide fica definido o modo fixo e determinado o programa de desenvolvimento de uma nova vida humana⁴⁷². Jérôme Leujene, conhecido mundialmente pela descoberta da casa da síndrome de Down e um dos maiores estudiosos de embriologia, afirma:

Não quero repetir o óbvio, mas, na verdade, a vida começa na fecundação. Quando os 23 cromossomos femininos se unem aos 23 cromossomos masculinos, todos os dados genéticos que definem o novo ser humano já estão presentes. A fecundação é o marco inicial da vida.⁴⁷³

A eutanásia também é repudiada pelo Cristianismo, aliás em nosso ordenamento jurídico brasileiro a eutanásia constitui crime de homicídio privilegiado. A eutanásia, vulgarmente, denominada de “doce morte” ou “morte digna”, para encobrir o que é, na verdade, um suicídio assistido ou um homicídio doloso. A eutanásia é a morte de um ser humano para que seja aliviado o seu sofrimento, seja auxiliando um suicídio, a pedido do moribundo, seja por um homicídio, sem o pedido expresso da vítima, por considerar que a vida do doente carece de uma qualidade mínima para que mereça a qualificação

⁴⁷¹ Nunes, Rizzatto. **O princípio Constitucional da Dignidade da pessoa humana**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p.81.

⁴⁷² MAGALHÃES, Leslei Lester dos Anjos. **O princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à vida**. São Paulo: Saraiva, 2012, p.96.

⁴⁷³ MAGALHÃES, op. Cit., p. 97.

de digna. Todavia, devemos distinguir a eutanásia da interrupção do tratamento médico extraordinário e desproporcional, que não desja matar o doente, mas aceitar o fato da inevitabilidade de sua morte, assim o médico e o enfermo devem se conformar com os meios normais que a medicina pode oferecer e recusar os meios extraordinários ou desproporcionais.⁴⁷⁴

A filosofia cristã sempre definiu que todos os homens são pessoas e que têm dignidade pelo fato de existirem, tendo em vista que foram criados a imagem e a semelhança de Deus. O cristianismo ensina que o indivíduo não pode ser pessoa em maior ou menor extensão, nem tão pouco deixar de sê-lo. Poderão se comportar mal ou bem, podendo ser chamadas de boas ou más pessoas, mas nunca perdem sua dignidade pessoal. Assim, ao nosso entender, em com base nos entendimentos da doutrina cristã, os homens possuem a mesma dignidade e deve ser tratado como pessoa com direitos invioláveis, que são próprios de sua natureza, sendo certo que o primeiro direito inviolável, que fundamentará a existência dos demais, é o direito a vida.

4.2. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A LIBERDADE

A liberdade sempre foi tema recorrente nos ensinamentos de Jesus. Aliás, Jesus ensinou que “veio libertar os cativos”, e também que a liberdade somente era possível através do conhecimento de que ele era o senhor, na famosa frase: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”.⁴⁷⁵

Os ideais cristãos de liberdade influenciaram de forma latente a transição da escravidão para a servidão. A influência dos ideais cristãos no direito do trabalho, na transição da escravidão para a servidão pode ser vista nos dizeres de Domingos Sávio Zainaghi:

O trabalho escravo foi o grande responsável pelo impulso inicial da humanidade. O escravo não era tido como pessoa, mas como coisa, uma vez que podia ser vendido ou trocado. Comte afirma que a escravidão foi importante para o progresso da humanidade, e até mesmo uma avanço na civilização, pois sucedeu à antropofagia ou à imolação dos prisioneiros.

⁴⁷⁴ MAGALHÃES, op. Cit., p. 145.

⁴⁷⁵ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São João, cap. 8, vers. 36. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1865.

No mundo clássico, afirma-se que em Atenas um terço da população foi escrava. Entende-se, também, que na polis a escravidão era tão característica dessa época como hoje é o sistema do assalariado. Ademais, Roma edificou-se com a escravidão. Nunca é demais lembrar que Aristóteles justificava a escravidão, afirmando que “quem pode usar o seu espírito para prever é naturalmente um comandante e naturalmente um senhor, e quem pode usar o seu corpo para prover é comandado e naturalmente escravo; o senhor tem o mesmo interesse.” O trabalho escravo tinha como características ser socialmente produtivo prestado por conta alheia (alheabilidade), ou seja, o fruto do trabalho do escravo não lhe pertencia, mas sim ao seu dono. O trabalho era forçado, isto é, não havia a liberdade de escolha do que, a quem e quando prestar o serviço. Após o período da escravidão surge a servidão. A transição da escravidão para a servidão é de grande complexidade, pois paulatinamente o trabalho escravo, objeto de direito, passa a ser sujeito de direito. O surgimento do cristianismo ajudou muito nessa fase de transição, com suas ideias de convivência fraternal, incompatíveis com a relação estado-dono⁴⁷⁶.

Domingos Sávio Zainaghi ensina que a primeira forma de trabalho que a humanidade conheceu foi a escravidão. Nesta, o trabalhador não era tido como ser humano, mas sim “coisa”; podia ser vendido, morto, trocado. Após a escravidão veio a servidão, em que o prestador de serviços já era reconhecido como pessoa, ficando, todavia, preso às terras do senhor feudal. Uma terceira forma de trabalho foram as corporações de ofício. Estas eram compostas pelos mestres, que detinham o conhecimento de um determinado ofício; pelos companheiros que eram auxiliares dos mestres; e pelos aprendizes, jovens que ingressavam nas corporações com intuito de aprender o ofício.⁴⁷⁷

É de bom alvitre ressaltar que o Apóstolo São Paulo em alguns ensinamentos não descarta a escravidão, recomendando aos escravos que respeitem aos seus senhores. Na Epístola a Tito, Paulo Ensina:

9. Exorta os servos a que sejam submissos a seus senhores e atentos em agradar-lhes. Em lugar de reclamar deles **10.** e defraudá-los,

⁴⁷⁶ ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de legislação social: direito do trabalho.** 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 4-5.

⁴⁷⁷ ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Processo do trabalho.** 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais., 2013, p. 15.

procurem em tudo testemunhar-lhes incondicional fidelidade, para que por todos seja.⁴⁷⁸

4.3. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A IGUALDADE

A igualdade é com absoluta certeza um princípio descendente dos ideais cristãos, sendo o Apóstolo Paulo a figura que ensinou sobre a igualdade entre os irmãos. A contribuição do Apóstolo Paulo no desenvolvimento da igualdade no cristianismo deve ser analisada, pois trouxe a consciência de dignidade, sistematizando o ensino de Cristo, e sua aplicação prática na vida dos novos cristãos.

O Apóstolo Paulo divulga a crença de que o reino dos céus seria, portanto, a sociedade formada com o reconhecimento e respeito aos direitos humanos ou fundamentais do homem, tendo por base a igualdade de todos os homens perante Deus.

479

É de bom alvitre destacar o entendimento de Martins sobre o Apóstolo Paulo:

“todavia, foi apenas a partir de Saulo de Tarso [São Paulo], com a disseminação da idéia de que o genuíno cristianismo era para todos os povos, que a religião cristã passa a ser um verdadeiro corpo doutrinário e adquire pretensão universal”.⁴⁸⁰

O Apóstolo Paulo reproduz os ensinamentos de Jesus acerca da igualdade, ao ensinar, por exemplo:

⁴⁷⁸ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Epístola a Tito, cap. 2, vers.9/ 10. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2080.

⁴⁷⁹ OLIVEIRA FILHO, João de. **Origem Cristã dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Forense, 1968, p. 13 e14.

⁴⁸⁰ MARTINS, Fladimir Jerônimo Belinati. **Dignidade da pessoa humana**. Curitiba: Juruá, 2003, p.22.

“Não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus⁴⁸¹”; “Porquanto não há distinção entre judeu e grego; porque o mesmo Senhor o é de todos, rico para com todos os que o invocam⁴⁸²”; “Porquanto a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens⁴⁸³”; “... Deus, nosso Salvador, o qual deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade”.⁴⁸⁴

O Apóstolo Paulo ensina a igualdade, ao dizer que a igreja se compõe de todas as raças e classes de pessoas sem levar em consideração a origem de cada indivíduo. O Apóstolo Paulo, é conhecido por ter levado o evangelho aos gentios, assim compreendidos aqueles que não eram judeus, tal fato demonstra que, assim como Jesus Cristo, Paulo praticava a igualdade, sendo o divulgador da dignidade de todos os seres humanos.

4.4. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A FRATERNIDADE

O cristianismo nasce com um caráter universal, sendo dirigido para todas as pessoas, indistintamente, o que se contrapõe com o judaísmo que faz a distinção de pessoas, classificando-as em judeus e gentios. Jesus, como última orientação aos seus discípulos, disse:

Todo poder foi me dado no céu e na terra. Ide, portanto e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinado-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos!⁴⁸⁵

Assim, percebe-se de forma nítida que o amor ao próximo pregado por Jesus, tem caráter universal, não se restringindo aos discípulos que ensinou. Ensina Miranda

⁴⁸¹ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Epistola aos Gálatas, cap. 3, vers. 28. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2035.

⁴⁸² BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Epistola aos Romanos, cap. 10, vers. 12. São Paulo: Paulus, 2002, p. 1983.

⁴⁸³ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Epistola à Tito, cap. 2, vers. . São Paulo: Paulus, 2002, p. 2080.

⁴⁸⁴ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. I Epistola a Timóteo, cap. 2, vers. 3^a/4. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2070.

⁴⁸⁵ BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. Evangelho de São Mateus, cap. 28, vers. 18/20. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2070.

que é com o cristianismo que todos os seres humanos só por o serem e sem aceção de condições, são considerados pessoas dotadas de um eminente valor. Criados à imagem e semelhança de Deus, todos os homens são chamados à salvação através de Jesus.⁴⁸⁶

Foi com o cristianismo que se criou a concepção dos direitos humanos fundados na dignidade humana de caráter fraternal e universal, ou seja, no reconhecimento de que todos os seres humanos sem qualquer distinção devem se respeitar como irmãos, tratando-se com idêntico respeito, espelhando-se no próximo seu próprio eu.

O que se conta nestas páginas é a parte mais bela e importante de toda a História: a revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes do mundo capazes de amar, de descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão desta radical igualdade – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo ou nação – pode afirmar-se superior aos demais.⁴⁸⁷

4.4. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A FELICIDADE

A felicidade é um termo muito antigo, sendo utilizado muito antes de Jesus. O termo felicidade foi incorporado pela primeira vez na Constituição dos Estados Unidos da América. Na concepção dos chamados Pais Fundadores dos Estados Unidos, a soberania popular achava-se, assim, intimamente unida ao reconhecimento de “direitos inalienáveis” de todos os homens, “entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade”. O conceito de felicidade (*eudaimonia*, literalmente, ter um bom espírito guardião) da filosofia grega está intimamente ligado a uma vida virtuosa e, por isso, era bem distinto da noção puramente objetiva e sentimental que o termo adquiriu na idade moderna⁴⁸⁸.

A felicidade, no entendimento de Aristóteles, é eminentemente prática, isto é, está ligada às ações próprias do ser humano, que diz respeito às qualidades superiores

⁴⁸⁶ MIRANDA, Jorge. **Escritos vários sobre Direitos Fundamentais**. 1ª ed. Estoril: Principia, 2006, p.187.

⁴⁸⁷ COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p.12.

⁴⁸⁸ COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p.118.

da alma. Por oportuno, é de bom alvitre transcrever o entendimento de Aristóteles sobre a felicidade:

(...) a felicidade, acima de qualquer outra coisa, é considerada como esse sumo bem. Ela é buscada sempre por si mesma e nunca no interesse de uma outra coisa; enquanto a honra, o prazer, a razão e todas as demais virtudes, ainda que escolhamos por si mesmas (visto que as escolheríamos mesmo que nada delas resultasse), fizemos isso no interesse da felicidade pensando que por meio dela seremos felizes. (...) o homem feliz vive bem e age bem, visto que definimos a felicidade como uma espécie de boa vida e boa ação. Além disso, todas as características que se costuma buscar na felicidade também parecem incluir-se na nossa definição. Com efeito, algumas pessoas identificam a felicidade como virtude, outras com a sabedoria prática, outras com uma espécie de sabedoria filosófica, e outras, ainda, a identificam como tudo isso, ou uma delas, acompanhadas do prazer, ou sem que lhe falte o prazer, e finalmente outras incluem a prosperidade exterior.⁴⁸⁹

Segundo o entender de Aristóteles, para que o homem alcance a felicidade na ação, é preciso que lhe sejam dadas condições externas de vida mais adequadas. Ou seja, tudo depende da organização da *polis*.⁴⁹⁰

Thomas Jefferson foi o [terceiro presidente dos Estados Unidos](#) (1801-1809), e o principal autor da [declaração de independência](#) de 1776, entendia que ninguém possui um direito inato à felicidade; que a realização desta, na vida individual, não depende exclusivamente das virtudes dos cidadãos. Mas ele também percebeu, com apoio na lição dos clássicos, que a dignidade humana exige que se deem, a todos, as condições políticas indispensáveis à busca da felicidade.⁴⁹¹ Assim, a grande distinção da felicidade incorporada pela Constituição Americana e a felicidade apresentada por Jesus no sermão da montanha, é que a primeira para sua concretização pressupõe o fator externo, condições políticas indispensáveis para a formação de uma estrutura social que possa concretizar a felicidade, ao passo que Jesus ensina que a felicidade é atingível mediante fatores internos, em consequência do amor ao próximo.

Por fim, cumpre ressaltar que há no Brasil a chamada proposta de emenda à constituição, conhecida como PEC da felicidade ([PEC 19/10](#)) que "direciona os direitos

⁴⁸⁹ ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. trad. Torrieri Guimarães. Coleção a obra prima de cada autor. 5ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2011, p.25.

⁴⁹⁰ COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p.119.

⁴⁹¹ COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p.119.

sociais à realização da felicidade individual e coletiva". A PEC é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e teve como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o ex-senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), substituído *ad hoc* pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).⁴⁹²

CONCLUSÃO

O cristianismo é a religião com o maior número de seguidores no mundo. Grandes cidades de todo mundo sofrem ou sofreram influência direta do cristianismo, como inclusive é o caso do Estado e Cidade de São Paulo, que tem seu nome em homenagem ao apóstolo Paulo. O Brasil, em especial, quando descoberto por Pedro Álvares Cabral, em 1500, foi chamado de Ilha de Vera Cruz ou Terra de Santa Cruz (Ilha da Verdadeira Cruz ou Terra da Santa Cruz). O Brasil até 1889 tinha como religião oficial do Império a Igreja Católica Apostólica Romana, principal representante do cristianismo.

Assim, fazem apenas 124 anos da história do Brasil que houve a desvinculação da Igreja Católica como religião oficial. Ao analisar o cenário mundial, somos fadados a admitir que o cristianismo influenciou o mundo, de modo que a maioria dos grandes pensadores, em algum momento da vida, professavam a fé cristã ou, ao menos tiveram contato com os ensinamentos de Jesus Cristo.

⁴⁹² PEC da Felicidade. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/07/22/pec-da-felicidade-aguarda-inclusao-na-pauta-do-plenario>>, extraído em 02 de janeiro de 2014.

O princípio da dignidade da pessoa humana não pode ser interpretado fora dos padrões históricos do cristianismo, haja vista que, ao nosso entender, a valorização da vida, a liberdade, a igualdade e a fraternidade foram ensinamentos de Jesus Cristo, conforme se comprova nos ensinamentos do Novo Testamento, sendo certo que tais fundamentos corroboraram para o desenvolvimento do que hoje definimos como dignidade da pessoa humana.

Jesus Cristo ao ensinar sobre a valorização da vida, proibindo a violência, ao impedir que seu discípulo Pedro o defendesse quando seu algoz veio ao seu encontro, ou quando disse para darmos a outra face, mostrou profundo respeito ao ser humano, independente de classe social ou conduta praticada. A liberdade também foi um dos assuntos tratados por Jesus, que afirmou que veio libertar os cativos, bem como disse: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. O apóstolo Paulo, responsável pela expansão do cristianismo no Império Romano, ensinou sobre a igualdade, ao dizer que não havia homem ou mulher, livre ou escravo, pois todos somos iguais perante a Cristo. A fraternidade talvez seja um dos conceitos mais explícitos no ensinamento de Jesus, pois a eleva a um patamar de mandamento, ao afirmar: “amarás o teu próximo, como a si mesmo”.

Como não se lembrar que foi São Tomás de Aquino (1225-1274) que inaugurou o termo da dignidade da pessoa humana, enfatizando a pessoa como uma “impressão da ciência de Deus”, com inerente dignidade em sua alma. Também não é possível ignorar o discurso de Giovanni Pico della Mirandola, em 1486, que mais tarde ficou conhecido com o título de “*hominis dignitate*”, ao lançar as bases do humanismo traçando a perspectiva do problema da dignidade do homem como referência de toda a realidade. Giovanni Pico della Mirandola foi além da dignidade em decorrência da criação do homem por Deus, atribuindo o elemento da racionalidade do homem e da consciência de sua liberdade voltada para a ação ética. Giovanni Pico della Mirandola, concluiu que a vontade humana está orientada para o bem e o homem digno está condenado a escolher, está condenado à liberdade.

Anos depois, na Alemanha, Martinho Lutero enfrenta a Igreja Católica, abrindo precedentes para o estudo da Bíblia, mediante as traduções do livro sagrado. Lutero, precursor da reforma protestantes, ensinava que o indivíduo poderia ter livre acesso a Deus, sem a necessidade de intermediários, pois todos tinham igual valor aos olhos do criador. A reforma protestante foi um grande marco para o mundo, pois possibilitou o avanço das discussões sobre os dogmas da Igreja, o que, até então, era proibido.

Após a reforma, e com a consolidação dos ideais protestantes, Immanuel Kant (1724-1804), nascido numa família protestante luterana, teve uma educação austera numa escola pietista, tendo sido cristão devoto por toda a sua vida, além de suas contribuições na metafísica, desenvolveu o conceito da dignidade da pessoa humana.

Muitos estudantes e cientistas, tentam desvincular a influência do cristianismo na vida de Kant, sendo certo que muitos livros nem ao menos mencionam sua devoção, por toda a vida como protestante, mas é notória a influência que Kant teve em seu desenvolvimento como pessoa através do cristianismo. Assim, ao colocar Kant como o idealizar do conceito de dignidade da pessoa humana, não há um desprezo pelos ideais cristãos, mas sim uma afirmação, haja vista sua fé protestante.

Com Hitler no comando da Alemanha, a Segunda Guerra Mundial, a humanidade presenciou uma sequencia de violações aos direitos humanos. Houve distanciamento de credos cristãos e religiosos, sendo colocado o Estado Alemão como unica fonte de esperança para o futuro. Assim, após o termino da Segunda Guerra Mundial, em 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas, editou A Declaração Universal dos Direitos Humanos, como sendo os direitos básicos de todo cidadão, a fim de se evitar novas violações aos direitos humanos como ocorreu na Segunda Guerra Mundial.

A dignidade da pessoa humana é vista como um dos fundamentos dos direitos fundamentais. Pela dignidade da pessoa humana os seres humanos, enquanto racionais são diferentes de coisas. Assim, é inevitável concluir que o cristianismo corroborou para a afirmação das fontes dos direitos humanos internacionais, pois apesar de não ser a única influência, com absoluta certeza, de forma histórica é fonte de valorização a vida, a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. 2ª reimpressão. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.

ALVES, Francisco Cleber. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: o enfoque da doutrina social da igreja**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ALVES, Glauca Correa Retamozo Barcelo. **Sobre a dignidade da pessoa**. Coordenador Martins Costa. A reconstrução do direito privado. São Paulo: revista dos Tribunais, 2002.

ANDORNO, Roberto. **A noção de dignidade humana é supérflua na bioética?**, NASCIMENTO, Carlos Eduardo Bistão (trad.). *Pensando Direito*, São Paulo, 10 nov. 2008.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. trad. Torrieri Guimarães. Coleção a obra prima de cada autor. 5ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de direito administrativo**. 15ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e ciência política**. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. **Direito de recusa de pacientes submetidos a tratamento terapêutico às transfusões de sangue, por razões científicas e convicções religiosas**. In: Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 90, n. 787, jul.2001.

Benute GRG, Nomura RMY, Pereira PP, Lucia MCS, Zugaib M. **Abortamento espontâneo e provocado: ansiedade, depressão e culpa**. Rev Assoc Med Bras. 2009.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. ed. Brasileira. Trad. Gilberto da Silva Gorgulho e outros. São Paulo: Paulus, 2002.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Neuza Capelo. São Paulo: Fundamento Educacional, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. **Do Estado liberal ao Estado social**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Norma técnica: atenção humanizada ao abortamento**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2005.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2009

CÁCERES, Vicente Theotônio. **Los derechos humanos desde la filosofía de la realidad histórica**. In: THEOTONIO, Vicente; PIETRO, Fernando (Dirs.). *Los derechos humanos: una reflexión interdisciplinar*. Córdoba: ETEA, 1995.

- CAIRNS, Earle. **O cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. **Direitos fundamentais e direito privado**. Rad. Ingo Sarlet e Paulo Mota Pito. Lisboa: Almedina, 2003.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 2ª ed. Coimbra: Almedina. 1998.
- CAPEZ. Fernando. **Curso de direito penal**. Parte geral. 11ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CÁCERES, Vicente Theotonio. **Los derechos humanos desde la filosofía de la realidad histórica**. In: THEOTONIO, Vicente; PIETRO, Fernando (Dir.). *Los derechos humanos: una reflexión interdisciplinar*. Córdoba: ETEA, 1995.
- CRETELLA JR., José. **Comentários à constituição brasileira de 1988**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. **Liberdades públicas**. 4ªed. São Paulo: José Bushatsky, 1974.
- _____. **Liberdades públicas**. 4ª ed. São Paulo: José Bushatsky, 1974.
- Chaves JHB, Oliveira EM, Bezerra AFS, Camano L, Sun SY, Mattar R. **O abortamento incompleto (provocado e espontâneo) em pacientes atendidas em Maternidade do Sistema Único de Saúde**. Rev Soc Bras Clín Méd. 2011;9(3).
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8ª. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
- _____. **A civilização capitalista**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CORBIN, Alain. **História do cristianismo – para compreender melhor nosso tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Costa RG, Hardy E, Osis MJD, Faundes A. **A decisão de abortar: processo e sentimentos envolvidos**. Cad Saude Pública. 1995;11(1).
- DESMOND. Tutu M. **Deus não é cristão**. trad.Lilian Jenkino. Rio de Janeiro: Tomas Nelson Brasil, 2012.
- DINIZ, Débora. **Aborto e saúde pública no Brasil**. Cad Saude Pública. 2007;23(9):1992-3.
- _____. Conselho Federal de Medicina do Estado da Bahia. **Anencefalia e o Supremo Tribunal**. Brasília: Letras livres, 2004.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DÓRIA, Antonio de Sampaio. **Os direitos do homem**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1942.

FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos direitos humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FELIPPE, Marcio Sotelo. **Razão jurídica e dignidade humana**. São Paulo: Max Limonad, 1996.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Religião, estado e Direito**. In: Revista Direito Mackenzi. São Paulo. V. 3. n.2., 2002.

_____. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1995.

FRREIRA, Pinto. **Curso de direito constitucional**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERREIRA, Wolfgran Jaqueira. **Direitos e garantias individuais – comentários ao artigo 5º da CF /88**. São Paulo: Edipro, 1997.

FLÓREZ-VALDÉS, Joaquim Arce y. **Los principios generales Del derecho y su formulación constitucional**. Madrid: Civitas, 1990.

Font-Ribera L, Pérez G, Salvador J, Borrell C. **Socioeconomic inequalities in unintended pregnancy and abortion decision**. J Urban Health. 2008;85(1).

GIORGI BARROSO, Marcela Maria Gomes. **Aborto no Poder Judiciário: o caso da ADPF 54**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

GODOY, Claudio. **Função social do contrato**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GONÇALVES, Tamara Amoroso; BEVILACQUA, Helga Lutzoff; LAPA, Thais de Souza. **Aborto e Religião nos Tribunais Brasileiros - Análise dos dados referentes à casos de anencefalia e má formação fetal julgados pelos tribunais estaduais e superiores no período de 2001 a 2006**. São Paulo: PROSARE, 2008.

GOLGH, Michael. **Os Primitivos Cristãos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1971.

GRANT, Michael. **História Resumida da Civilização Clássica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal. Parte geral**. V. 1. 8ª ed. Niterói: Impetus, 2007.

GRIMES, DA, Benson J, Singh S, Romero M, Ganatra B, Okonofua FE, et al. **Unsafe abortion: the preventable pandemic**. Lancet. 2006;368(9550).

- GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos Curso Elementar**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GUIMARÃES, Marco Antônio. **Fundamentação dos direitos humanos: relativismo ou universalismo?** In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). *Direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2006.
- HABERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2009.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernández Novaes. **Responsabilidade pressuposta**. 2002. Tese de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- HSU, Francis L. K. **O Estudo das Civilizações Letradas**. São Paulo: EPU/ EDUSP, 1974.
- KANT, Emmanuel. **Crítica da razão pura**. Trad. de Valério Rohden. São Paulo: Nova Cultura, 2000.
- _____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. Trad. Leopoldo Holzbach. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- KITCHEN, Martin. **Um Mundo em Chamas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- KOHN, Hans. **Reflexões Sobre a História Moderna - O Historiador e a Responsabilidade Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.
- LANARES, Pierre. **Liberte religieuse dans lês lconventions internationals**. ET dans Le droit public general; these present a l' universite. Roanne: Horvath, 1964.
- LAUTERSLAGER, Pedro Frederico Hooft. **Anencefalia: consideraciones bioéticas y jurídicas**. Revista Acta Biothica 2000. ano VI, n. 2. Santiago de Chile: 2002.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 11^a ed. São Paulo: Método, 2007.
- LIBANIO, João Batista. **Theologia: a religião do início do milênio**. São Paulo: Loyola, 2002.
- LINDBERG, Carter. **Uma breve história do Cristianismo**. trad. Paula Silvia R. Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2008.

LOPES CASTILLO, Antonio. **Acerca Del derecho de libertad religiosa**. IN: Revista Española de Derecho Constitucional. Madri. V. 19, n.º 56, mar/ago, 1999.

LORENZETTI, Ricardo. **Fundamentos do direito positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MACHADO, Jonatas Eduardo Mendes. **Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: dos direitos da verdade aos direitos do cidadão**. Coimbra: Coimbra, 1996.

MARITAIN, Jacques. **Introdução geral à filosofia**. Trad. de Ilza das Neves. 18. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p.164.

MARTINS, Fladimir Jerônimo Belinati. **Dignidade da pessoa humana**. Curitiba: Juruá, 2003.

MENDONÇA, Jacy de Souza. **O curso de filosofia do direito do Professor Armando Câmara**. Porto Alegre: Sergio A Fabris Editor, 1999.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de Direito Penal**. Editora Saraiva. Vol. 2.

MIRANDA, Jorge. **A liberdade religiosa em Portugal e o anteprojeto de 1997**. In: Direito e Justiça: Revista da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. EDIPUCRS, Vol. 21, Ano XXII, 2000.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Direito constitucional**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Constituição do Brasil interpretada**. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAES, Maria Cecília Bodin de. **Danos à pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MOTA NP, Burnett M, Sareen J. **Associations between abortion, mental disorders, and suicidal behavior in nationally representative sample**. Can J Psychiatry. 2010;55(4).

MORA, Laércio Dias. **A dignidade da pessoa e os direitos humanos**. Rio de Janeiro: PUC, 2002.

NEGREIROS, Tereza. **Teoria do contrato: novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

NOGUEIRA, Alberto. **A reconstrução dos direitos humanos da tributação**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal: parte geral: parte especial.** 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NUNES, João Arriscado. **Um novo cosmopolitismo? Reconfigurando os direitos humanos.** In: BALDI, César Augusto (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita.* Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Nunes, Rizzatto. **O princípio Constitucional da Dignidade da pessoa humana.** 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA FILHO, João de. **Origem Cristã dos Direitos Fundamentais.** São Paulo: Forense, 1968, p. 13 e14.

OLIVEIRA, Aline Albuquerque S. **Anencefalia e Transplante de Órgãos.** Advocacia Geral da União, distrito Federal, Brasil. Ano 1, vol.1, 2005.

PERES SO, Heilborn ML. **Considering and submitting to abortion among young people in the context of legal prohibition: the hidden side of teenage pregnancy.** Cad Saude Pública. 2006;22(7).

PÉREZ-LUÑO, Antonio Enrique. **La universidad de los derechos humanos y el Estado Constitucional.** Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2002.

_____. **Los derechos fundamentales.** 7. ed. Madrid: Tecnos, 1998.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 7. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea.** In: _____. (Coord.). *Direitos humanos.* Curitiba: Juruá, 2006.

_____. **A universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos: desafios e perspectivas.** In: BALDI, César Augusto (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita.* Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte.** In: PIERUCCI, Antonio Flávio. PRANDI, Reginaldo. *A Realidade Social das religiões no Brasil: Religião, Sociedade e Política.* São Paulo: Hucitec, 1996.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Democracia, liberdade, igualdade: os três caminhos.** São Paulo: Saraiva, 1979.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo internacional de direitos humanos: análise dos sistemas de apuração de violações dos direitos humanos e a implementação das decisões no Brasil.** Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ROCHA PINHEIRO, Douglas Antônio. **Direito, Estado e Religião – a Constituição de 1987/1988 e a (re)construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

ROSENVALD, Nelson. **Dignidade humana e boa-fé no código civil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS CUNHA, Alexandre dos. **Dignidade da pessoa humana: conceito fundamental do direito civil**. Organizador Martins Consta. A reconstrução do direito privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

Sedgh G, Henshaw S, Singh S, Ahman E, Shah IH. **Induced abortion: estimated rates and trends worldwide**. Lancet. 2007;370(9595).

SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Cursos de direito constitucional positivo**. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia**. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n.º 212, abr/jun, 1998.

Silva RS. **Especulações sobre o papel do aborto provocado no comportamento reprodutivo das jovens brasileiras**. Rev Bras Estud Popul. 2002;19(2).

SILVA, de Plácido. **Vocabulário Jurídico**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SORIANO, Ramón. **Las libertades públicas**. Madrid: Tecnos, 1990.

TORRES, Ricardo Lobo. **Teoria dos direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratados de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.

VIEIRA DE ANDRADE, José Carlos. **Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976**. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2009.

ZAFARONI, Eugenio Raul e PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro, parte geral**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de legislação social: direito do trabalho.** 13 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Processo do trabalho.** 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais., 2013, p. 15.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988.** Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.